



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Luiz Armando Dantas de Oliveira

SALAZARISMO SOB O OLHAR IMIGRANTE:

Identidade, memória e representações de um grupo de imigrantes portugueses
residentes em Niterói

São Gonçalo
2008

Livros Grátis


<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Luiz Armando Dantas de Oliveira

SALAZARISMO SOB O OLHAR IMIGRANTE:

Identidade, memória e representações de um grupo de imigrantes portugueses
residentes em Niterói



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Território da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joana do Valle Bahia

São Gonçalo
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/C

O148s Oliveira, Luiz Armando Dantas de.

Salazarismo sob o olhar imigrante: identidade, memória e representações de um grupo de imigrantes portugueses residentes em Niterói / Luiz Armando Dantas de Oliveira. – 2008.

134f.

Orientador: Joana do Valle Bahia.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

Bibliografia: f. 129-134.

1- Portugal - Política e governo – 1933-1974. 2. Salazar, Antonio de Oliveira – 1889-1970. 3. Portugueses – Niterói (RJ) – Identidade étnica. I. Bahia, Joana do Valle. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDD: 320.9469042

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Luiz Armando Dantas de Oliveira

SALAZARISMO SOB O OLHAR IMIGRANTE:

Identidade, memória e representações de um grupo de imigrantes portugueses
residentes em Niterói

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-
Graduação em História Social do Território da
Faculdade de Formação de Professores da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: _____

Banca examinadora: _____

Prof.^a Dr.^a Joana do Valle Bahia – Orientadora
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP

Prof.^o Dr. Sydenham Lourenço Neto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP

Prof.^o Dr. Helion Póvoa Neto
Universidade Federal do Rio de Janeiro

São Gonçalo
2008

AGRADECIMENTOS

O resultado final deste trabalho foi possível graças à ajuda inestimável de inúmeras pessoas e instituições. A lista é bastante extensa, compreendendo os meus pais, vários familiares, amigos da família, os portugueses do bairro da Ponta d'Areia, a minha professora/orientadora, os funcionários do Real Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Nacional, a Faperj e a minha namorada Caroline.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais e aos meus irmãos, responsáveis pelo caminho até aqui conquistado, sempre acreditando e impulsionando os meus estudos.

A minha família foi o meu pilar de sustentação e, ao mesmo tempo, objeto da minha pesquisa. Além das entrevistas que concederam, foram a ponte de outras produtivas entrevistas, com amigos da família. Portanto, sou eternamente agradecido por sua ajuda.

A comunidade portuguesa da Ponta d'Areia foi muito receptiva ao meu projeto, concedendo valiosas entrevistas. Gostaria de agradecer também ao Sr. Adilson, que viabilizou a realização das entrevistas.

Sou grato aos funcionários do Real Gabinete Português de Leitura, que muito me auxiliaram na pesquisa bibliográfica. Além, é claro, a própria instituição, que cedeu, para fins de pesquisa, várias obras portuguesas de difícil acesso. Gostaria igualmente de agradecer à Biblioteca Nacional e aos seus funcionários.

Agradeço à Faperj pela concessão da minha bolsa de pesquisa, que colaborou decisivamente para o desenvolvimento desta.

Contei com o precioso auxílio e atenção da professora Maria Dina, sempre paciente e com muita boa vontade para ler os meus escritos, apontando observações muito pertinentes.

Gostaria também de agradecer ao meu amigo Gustavo pela tradução em inglês do resumo da dissertação.

Sou grato também a minha orientadora, a doutora Joana Bahia, por sua orientação perspicaz e pela atenção que dedicou a mim e ao meu trabalho. Joana foi uma vigorosa incentivadora do meu projeto e, ao mesmo tempo, uma rigorosa orientadora, sendo imprescindível para a realização desta dissertação.

E por fim, sou grato a minha namorada, Caroline, que nos meus momentos de desânimo e capitulação em relação à dissertação, me fez acreditar novamente nela. Também dedicou igual

empenho na revisão e nas críticas ao texto. Em suma, ela foi uma parte fundamental da realização da presente dissertação.

RESUMO

OLIVEIRA, Luiz Armando Dantas de. **Salazarismo sob o olhar imigrante: identidade, memória e representações de um grupo de imigrantes portugueses residentes em Niterói.** 2008. 134 f . Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta dissertação trata das representações de um grupo de imigrantes portugueses sobre o salazarismo, residente na cidade de Niterói. São imigrantes que vieram ao Brasil nos anos 50 e 60, que vivenciaram diretamente o regime salazarista, sendo todos eles de origem camponesa, mais precisamente, oriundos do centro e do norte de Portugal.

O período de vigência do Estado Novo português, que esteve grande parte do tempo sob o comando direto de Oliveira Salazar, foi autoritário e duradouro, ocupando praticamente metade do século XX. Desse modo, é impossível negar a permanência do espectro do salazarismo no debate público da sociedade portuguesa.

O presente estudo discute como os imigrantes portugueses elaboram a sua identidade social e nacional, tendo em vista que esta é relacional e construída na diferença com o outro. A identidade portuguesa, exibida pelos entrevistados, tem uma estreita vinculação com a origem camponesa dos mesmos. Então, neste caso, o “ser português” remete ao mundo camponês, sendo esses os aspectos da identidade dos entrevistados, formas de diferenciação do meio ao qual estão imersos. O regime salazarista vinculou a identidade nacional ao modo de vida camponês, espelhando na primeira os valores importantes do mundo rural. Desse modo, a elaboração da imagem da nação portuguesa sob o salazarismo significou a associação desta com o mundo camponês, com a ideologia imperial (“missão civilizadora e cristã”) e com os signos da tradição.

Neste sentido, vemos que a memória não é fixa, mas sim uma categoria que sofre flutuações ao longo do tempo e tem uma vinculação com as questões do presente. No entanto, a memória necessita de um sentido de coerência, que é fornecido pela identidade, demonstrando assim a vinculação entre as duas. A memória sobre o período salazarista produzida pelos imigrantes revela tanto a ligação destes com a sua origem camponesa quanto o grau de dissensão deles com o ideário salazarista. A contradição entre o discurso dos imigrantes e o salazarismo é um indicativo da existência de uma cultura própria entre os imigrantes, capaz de estabelecer convergências e divergências em relação ao salazarismo, por meio de uma visão que lhes é própria: os olhos de imigrantes de origem campesina.

Palavras-chave: Portugueses. Salazarismo. Memória. Identidade.

ABSTRACT

This dissertation treats of the representations of a group of portuguese immigrants about the Salazarism, residents in the city of Niterói. They are immigrants that came to Brazil in the fifties and sixties, that lived directly the salazarist regime, being all of them from the country, more precisely, from the center and the north of Portugal.

The period of existence of the portuguese New State, that was in major time over Oliveira Salazar's direct command, was long and marked by a huge authority, occupying praticly half of the 20th century. This way, it's impossible to deny the permanence of the salazarism's espectral in the public debate at the portuguse society.

The present study discuss how the portuguese immigrants elaborate their social and national identity, keeping in mind that it is relational and constructed in the difference to the other. The portuguese identity, exhibited by the interwied, has a strictly relation with the country roots by the same. So, in this case, the "being portuguese" is connected to the country world, being these aspects of the identity of the interwied, forms of differentiation from the middle wich they are in. The salazarist regime vinculated the national identity with the country man way of life, reflecting at the first the expensive world's values of the last. This way, the elaboration of the portuguese nation's image over the salazarism meant association of that with the country world, with an imperial nostalgia ("civilizatory and cristian mission") and the signs of tradition.

In this sense, we see that memory is not fixed, but a category that suffers flutuations at the long of the time and has got a vinculation with the present questions. However, memory needs a sense of coherence, that is provided by identity, showing this way the vinculation between both. The memory about the salazarist period produced by the immigrants reveals as much about the link of those with their country roots as over the degree of dissentness of them with the salazarist ideas. The contradiction between the immigrants speech and the salazarism is an indicative of an existence of a proper culture between the immigrants, capable of establishing convergences and divergences about salazarism through one point of view that is proper to them: the eyes of immigrants from country roots.

Keywords: Portuguese. Salazarism. Memory. Identity.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	PONTO DE PARTIDA	18
1.1	Mundo Camponês	21
1.2	Sobre o salazarismo	29
1.3	Imigração	40
2	O “SER PORTUGUÊS”	48
2.1	A composição do “ser português”: valores camponeses e cristãos	50
2.2	A manutenção dos laços com o lugar de origem	60
2.3	A identidade nacional e o salazarismo	63
3	PRESENTE PASSADO: SOBRE A MEMÓRIA CONSTRUÍDA DO SALAZARISMO	77
3.1	As lembranças do tempo salazarista	78
3.2	A articulação da memória pela identidade: a lembrança da vida na aldeia	93
3.3	Passado e presente	101
4	CONCLUSÃO	112
5	REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é a materialização de uma inquietação no momento inicial de escolha do tema da monografia de conclusão do curso de graduação. De um assunto ainda vago e indefinido, que era mais uma intenção do que um tema de estudo – “estudar imigração portuguesa” – se converteu no presente assunto abordado nesta pesquisa: a relação, no nível da representação e do discurso, dos imigrantes portugueses com o regime inaugurado e comandado por Oliveira Salazar, que ocupou praticamente a metade do século XX na história portuguesa.

Sem dúvida que o tema dessa dissertação partiu da minha ascendência portuguesa, dessa proximidade com o mundo lusitano – o que pode ser uma dificuldade, ao mesmo tempo, para pesquisa, pois há sempre o risco de tomar certas manifestações culturais desses imigrantes portugueses como “naturais”. Mas sobre o tema do salazarismo, não é tão simples rastrear os motivos para estudá-lo. Talvez a vontade de estudar o salazarismo surgisse pela curiosidade de saber quem foi aquele personagem, que se apresentava (seja de forma reverencial, temerosa ou mesmo de admiração) eventualmente nas falas dos meus parentes durante a minha infância.

A premissa inicial que orientava a pesquisa – não essa, e sim o trabalho monográfico da graduação – sugeria uma completa adesão ao salazarismo por parte dos imigrantes portugueses no Brasil, já que, imaginava eu, a origem camponesa e a formação católica destes eram representantes do mesmo mundo que emergia o salazarismo. Em suma, tanto os imigrantes portugueses quanto o salazarismo eram essencialmente conservadores, sendo duas categorias historicamente convergentes. Desse modo, a análise das representações dos imigrantes portugueses em relação ao salazarismo consistiria em observar e inventariar as manifestações de adesão e simpatia daqueles sobre este. No entanto, as entrevistas revelaram uma margem de divergência significativa entre os dois pólos, que em alguns momentos contradizia os postulados do regime. A idéia de que os imigrantes portugueses, de origem camponesa, pertencentes a uma cultura própria, com valores sociais e anseios distintos, já se encontrava subentendida no trabalho monográfico de conclusão da graduação, sendo na presente dissertação desenvolvida e discutida com mais afinco. Certamente que, quando se refere à cultura própria, não se quer afirmar que esta seja pura ou genuinamente autêntica. Invariavelmente esta é uma mescla, tem um caráter composto, sendo uma interseção de elementos, pois ela se constitui na interação com o outro, não estando imune a relações e configurações de poder. Dessa forma, o discurso dos imigrantes

se apresenta de maneira ambígua, permeada de contradições, que oscila entre a convergência e a divergência com o ideário salazarista. Eis então a hipótese central que permeará todos os capítulos subseqüentes, e será diretamente discutida na conclusão.

Quanto ao objeto deste estudo, os imigrantes portugueses entrevistados são de origem camponesa, oriundos do centro-norte português (por sinal, região tipicamente de agricultura camponesa). Todos tiveram convivência direta (quando jovens ou não) com o regime salazarista, sendo, por isso, todos os imigrantes situados na faixa acima dos sessenta anos de idade. O grupo de entrevistados é composto por catorze pessoas, sendo três mulheres e onze homens. Quando migraram para o Brasil, esses imigrantes se dirigiram para grandes centros urbanos ou próximos a eles (Rio de Janeiro, Niterói e arredores), para trabalharem em setores urbanos, embora uma parte do grupo começasse trabalhando em hortas, que se situavam no perímetro urbano de Niterói. Além disso, a tendência verificada era que, após certo tempo, migrassem para outras áreas econômicas. Basicamente, no Brasil, esses imigrantes circularam em várias atividades, mas acabavam por se estabelecer no comércio varejista ou, em menor grau, no setor de serviços.

A trajetória desses portugueses no Brasil é condizente com a tendência histórica da imigração portuguesa para o Rio de Janeiro e redondezas, que pode ser observada desde o século XIX: a transposição dos portugueses do meio rural para um urbano e a concentração deles no setor do comércio varejista.¹ Aliás, Rio de Janeiro e cidades vizinhas, como Niterói, foram historicamente grandes centros de entrada de imigrantes, sobretudo portugueses. No caso mais específico de Niterói, pode-se observar na paisagem da cidade uma significativa presença portuguesa, com vários espaços de memória da comunidade lusa, como o Clube Português, o Centro Musical Beneficente, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima e o Hospital Santa Cruz². Além disso, existe um famoso reduto de portugueses na cidade, chamado Portugal Pequeno.

Mais do que o lugar de recepção desses imigrantes (no caso, Niterói), a dissertação concentrou-se em Portugal, a referência principal para pensar a relação entre o salazarismo e os imigrantes. Todos os capítulos, de alguma forma, se remetem ao país, seja como lugar de origem dos imigrantes camponeses, seja como a grande referência para a elaboração da identidade e a articulação da memória desses portugueses.

¹ Menezes, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucesso, histórias de fracasso. In Gomes, Ângela de Castro (org). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 164.

² Nogueira, Ana Maria de Moura. No ritmo da banda: histórias da comunidade lusa da Ponta d'Areia. In *Ibidem*, p. 186.

O primeiro capítulo analisa justamente o lugar de origem dos imigrantes entrevistados nesta pesquisa, que é pensado e dividido em três “momentos” ou “esferas” distintos, mas nem por isso sem nexos entre si, que estiveram presentes e atuaram de forma decisiva nas suas trajetórias de vida: o universo camponês português, o regime salazarista e o ato da emigração para o Brasil.

O mundo camponês é central para a reflexão sobre as representações do imigrante sobre o salazarismo, sendo esse mundo a matriz dos valores e referências para a formação da visão de mundo do imigrante, além de ser o lugar pelo qual o Estado Novo retirava os elementos culturais para compor o seu modelo de “ser português”. Desse modo, cabe aqui elencar algumas características fundamentais que definem a organização social camponesa.

Dentre inúmeras características, a natureza familiar de sua força de trabalho e a sua produção revertida para o autoconsumo – que tem como objetivo vital e ao mesmo tempo constante de garantir a reprodução temporal e física da família camponesa – são definidoras desse modo de vida. Sendo assim, a atividade baseada na pequena propriedade fundiária (própria ou arrendada) é uma das condições fundamentais para a sobrevivência do grupo familiar. Certamente que o espaço produtivo camponês, que pode ser chamado de unidade granjeira, comportava alguma integração ao mercado, poderia também contar com uma parcela não-familiar em sua mão-de-obra – embora intermitente e muitas vezes sob a forma de “entre-ajuda” de vizinhos – e nem todas as atividades ou fontes de renda, que sustentavam a economia doméstica, estavam envolvidas com a lida da terra (como trabalhos de olaria, bordado, trabalho em fábricas e, até mesmo, as remessas de parentes no exterior). Mas, mesmo que à primeira vista fugissem à regra geral da organização social camponesa, todos esses artifícios eram direcionados em favor da reprodução física do grupo doméstico. No caso do norte português, área por excelência da formação social camponesa e produtora histórica de emigrantes, as remessas dos que estavam longe eram importantes para a manutenção das famílias camponesas.

Nesse tipo de organização social, a vontade individual não é o referente, tampouco determinante ou preponderante. As escolhas e estratégias sociais visam o bem comum do grupo ou da comunidade, sendo a vontade pessoal cerceada por força do costume e das normas: o casamento é o exemplo de uma prática controlada e sancionada pela coletividade. As relações no interior desse tipo de sociedade são hierárquicas e desiguais, orientadas pela autoridade paterna, que se apresenta sob a forma de subordinação a laços de autoridade e dependência tradicionalmente estabelecidos, como, por exemplo, a obediência dos filhos aos pais.

Após breve exposição das características gerais da organização social camponesa, podemos escrutinar a relação entre o campesinato do norte e o regime salazarista. Entretanto, neste momento, vamos observar essa relação em uma via, de cima para baixo, mais especificamente no sentido da apropriação de elementos da cultura camponesa e a transformação deles em símbolos nacionais. Antes disso, é preciso uma breve definição do que foi o salazarismo.

Dos quarenta e oito anos que Portugal foi submetido a um regime autoritário, praticamente todos estiveram sob o domínio do governo salazarista, cuja alcunha se deve ao extremo personalismo que Oliveira Salazar, por longos anos, imprimiu no comando dos destinos dos portugueses. Basicamente, podemos afirmar que o regime salazarista pertence àquele conjunto de governos de direita dos anos 20 e 30, cujo nazi-fascismo foi o representante principal. O salazarismo e o franquismo da Espanha foram os únicos regimes desse tipo sobreviventes na Europa do pós-guerra. A partir de então, Portugal amargaria crescente isolamento e contestações ao seu império colonial, embora o anticomunismo arraigado do regime fosse receptivo dentro do ambiente da Guerra Fria. Até o fim do Estado Novo, em 1974, a ação deste foi no sentido de resistir às transformações do contexto pós-guerra, de tentar assegurar de todas as formas aquilo que o sustentava e o definia. A defesa intransigente do império ultramarino, que envolveu uma guerra de treze anos em solo africano, foi o exemplo mais emblemático dessa postura do regime salazarista. Isso é um indicativo do comportamento típico do regime, que o acompanhou por toda a sua existência, que é voltar o rosto em direção ao passado para lidar com o presente e o futuro.

O Estado Novo, em vários sentidos, representou o revigoramento das forças da “tradição” em Portugal, como por exemplo, a Igreja Católica e as classes dos grandes ruralistas. O regime salazarista, principalmente nos anos 30, significou a reação contra as medidas laicizantes da Primeira República. Ao contrário dos regimes nazi-fascistas, Portugal de Salazar não mobilizou politicamente os segmentos da população que o apoiava, confiando às estruturas tradicionais (os notáveis locais) o controle social.

É no sentido voltado para o passado que o regime imagina a nação. É também nesse ponto que se centra o segundo capítulo da dissertação, ao discutir os conceitos de identidade, nação e os seus termos correlatos. O salazarismo se imaginava e se auto-representava o continuador da glória passada, ou melhor, o agente responsável pela recuperação dessa glória que se esvaiu ao

longo dos anos. Essa é uma das linhas mestras para pensar o nacionalismo sob o salazarismo, cujo modelo de nação portuguesa se encontra nas brumas do Império do século XVI. Desse modo, a palavra-chave para entender o nacionalismo do Estado Novo é regeneração, ou, mais precisamente, reaportuguesamento. Todas as imagens ideológicas acerca do Império português, traduzidas na idéia de “missão civilizadora e cristianizadora”, são recorrentes e têm função importante na composição da nação portuguesa sob as vestes do salazarismo. Recorrer à tradição e apelar a um passado idealizado, além de procurar construir uma ligação artificial com esse passado, subjaz a elaboração do “ser português” empreendida durante o governo Salazar.

O esforço dispensado para engendrar uma certa imagem de nação pelo regime português indica o quão a nação é um ente construído e historicamente recente. Mais adiante, aprofundaremos essa discussão em torno desse tema, mas podemos adiantar que a nação, tal qual conhecemos, é um constructo moderno e sua existência está diretamente atrelada ao Estado moderno, assim como denuncia o termo Estado-nação. Toda a construção de um conjunto simbólico assentado em novas bases de legitimidade e lealdade, sob a alcunha de nação, pertence a um contexto pós-Revolução Francesa, cujo contexto figurou a decadência das formas tradicionais de estabelecer a lealdade e o consenso dos populares – formas estas representadas pelo poder da Igreja, do Rei e das instâncias intermediárias de feição feudal. Com isso, aliado ao nivelamento produzido pela igualdade jurídica do liberalismo clássico, abria-se o caminho – talvez não desejado para os governantes – para uma cada vez maior participação e representação política do “povo”, numa crescente democratização do acesso à “política”. Desse modo, era necessário estabelecer, por parte dos governos, novos modos de garantir o consenso e a coesão social.³

Como pontua Hobsbawm, a “invenção de tradição” é um dos recursos utilizados pelos Estados nacionais com o fim de estabelecer a coesão social entre os seus subordinados. É curioso observar o caráter paradoxal da tradição inventada: é uma prática ritual e simbólica, pertencente ao domínio do sagrado; mas, ao mesmo tempo, é funcional em um contexto laico e “desencantado”, ambiente típico da modernidade. Embora as tradições inventadas de tipo “político” – que é produzida pelo Estado – “baseiam-se em exercícios de engenharia social

³ Esta interpretação sobre nação é retirada de: Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde de 1780: programa, mito e realidade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

muitas vezes deliberados e sempre inovadores” e alegam uma antiguidade que não possuem⁴, para obter eficácia devem ter correspondência com anseios e sentimentos do público a quem se destinam.⁵

Voltando à questão da construção do “ser português”, houve uma escolha clara por parte do salazarismo pelo modelo ruralista para compor a imagem da nação. A vida urbana passa a ter um status negativo, que, quando lembrada, é identificada com aqueles valores repudiados pelo regime, como o “individualismo egoísta”, a contestação da hierarquia social e tudo que lembre o anticlericanismo maçônico. É evidente, nesse caso, a utilização do contraste campo e cidade para compor a imagem do “ser português”, já que o campo seria visto como o lugar da “harmonia social” e do respeito às hierarquias “naturalmente constituídas”, onde estariam firmemente enraizados os valores cristãos e da família.

O lugar onde se retirariam os elementos culturais para construir o “ser português” não seria a região rural do sul, zona socialmente polarizada e recheada de conflitos entre o patronato e proletariado rural, mas sim a região centro-norte, justamente a área predominante da família camponesa e o lugar de origem dos imigrantes entrevistados. A apropriação desses elementos pelo discurso oficial implicava necessariamente em um processo de depuração e enquadramento, que visava àqueles valores sociais conservadores e que eram convenientes para o salazarismo. Houve medidas práticas do regime em aproximar o mundo oficial e a cultura eleita como a ideal, do campesinato do norte, como a construção de museus em homenagem à “arte popular” e os concursos para escolher a aldeia mais “portuguesa” de Portugal. No entanto, essas medidas eram unilaterais e orientadas pela visão redutora do poder oficial sobre o mundo rural.⁶

Na outra ponta, temos os imigrantes portugueses entrevistados que têm Portugal e o mundo camponês como referências para a elaboração de sua identidade. Para o desenvolvimento desse ponto, cabe aqui uma breve discussão acerca do conceito de identidade.

De grosso modo, a identidade é definida muito mais pela diferença e pela fronteira estabelecida com os outros do que pelo seu conteúdo interno. Em outros termos, este conceito é relacional, contrastivo e não-essencial, pois não podemos identificar um “núcleo duro”, que se mantém imutável ao longo do tempo. De acordo com Barth, a identidade tem caráter dinâmico,

⁴ Hobsbawm, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In _____; Ranger, Terence (orgs). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.22.

⁵ *Idem*, p. 272.

⁶ Melo, Daniel. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 207-219.

pois se estrutura conforme as interações sociais realizadas pelos atores, que podem omitir ou realçar certas características de sua identidade pessoal.⁷

Portanto, é o jogo da diferenciação em relação ao “outro” o organizador da identidade. No presente caso, os imigrantes portugueses entrevistados, mesmo vivendo no Brasil e no meio urbano há tanto tempo, se autodenominam como portugueses e camponeses.

Definem-se como portugueses porque, embora exista toda a retórica que postula a irmandade entre Brasil e Portugal – e o passado colonial reforça esta retórica –, existe todo um conjunto de diferenciações utilizadas pelos imigrantes para se destacarem em relação ao brasileiro, como, por exemplo, a ênfase e o elogio ao trabalho duro, que seria típico dos portugueses, em contraposição às caracterizações negativas imputadas aos elementos nacionais. A fé católica e a devoção a Nossa Senhora de Fátima também são elementos que, exibidos como insígnias culturais pelos entrevistados, são associados à identidade nacional portuguesa. Por outro lado, os entrevistados alegam manter boas relações com os brasileiros, fazendo eco ao discurso da irmandade luso-brasileira. De fato, as relações entre brasileiros e portugueses são marcadas pela ambigüidade, pois, sendo esta relação prisioneira da retórica da irmandade e do passado colonial que os tornam próximos, existe uma dificuldade em perceber e lidar com os conflitos resultantes da própria relação luso-brasileira.⁸

A auto-representação como camponeses, à primeira vista, não é tão evidente, pois os entrevistados há muito vivem e trabalham no meio urbano. Mas a identidade camponesa se explicita na defesa dos valores sociais típicos e caros a este mundo, sobretudo àqueles que se referem à subordinação dos filhos frente aos pais. Essa referência à identidade não tem somente um aspecto geográfico (Brasil - Portugal), mas também um componente temporal, já que está relacionada à constatação (pelos entrevistados) de abandono das terras e da ausência do “respeito” – o equivalente a autoridade paterna, termo central e organizador do mundo camponês – nas relações familiares e sociais do Portugal moderno.

A associação do “ser português” com o modo de vida camponês, presente tanto no salazarismo como no discurso dos entrevistados – embora por razões e naturezas diferentes –,

⁷ Barth, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In Lask, Tomke (org). *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, pp. 32-33.

⁸ Sobre a ambigüidade das relações luso-brasileiras ver: Gomes, Artur. *Sob o signo da ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

indica a convergência entre o salazarismo e a narrativa dos entrevistados. Como veremos no segundo capítulo, boa parte das manifestações de simpatia ao salazarismo está baseada na associação deste com o ideal de trabalho, “respeito” e ordem, apesar de algumas delas estarem acompanhadas com descrições negativas do contexto referente à época.

Por outro lado, temos no discurso dos entrevistados a divergência e a contradição em relação ao discurso do regime salazarista. Isso é perceptível principalmente quando nos referimos à memória dos imigrantes, mais especificamente, às discrepâncias observadas com os postulados do salazarismo. Ao mesmo tempo, a memória dos entrevistados se refere recorrentemente ao mundo camponês, o que denota a sua importância para a composição da identidade destes. E é sobre a discussão em torno do conceito de memória que tratamos no terceiro capítulo. Cabem, então, algumas considerações preliminares sobre este conceito.

A memória é seletiva e o esquecimento, mesmo sendo o seu pólo negativo, é sua parte constituinte e funcional. Ela não é um bloco rígido ou um mero repositório de lembranças; pelo contrário, é produto de um processo interno de organização, um trabalho contínuo, que, quando é coletiva ou nacional, essas qualidades são exacerbadas. Isso indica que a memória individual possui um caráter construído, uma certa flexibilidade ao longo do tempo, já que ela não é uma instância imune aos interditos e pressões sociais. Além disso, a articulação da memória está vinculada às questões do presente, dentro de um jogo comparativo entre passado e presente, onde o último não se caracteriza mais pela escassez de antigamente, mas, por outro lado, perdeu-se o “respeito” inerente ao passado.

A memória individual muda porque está conectada com o contexto social, mas a sua flexibilidade possui limites, pois o sentido de continuidade e coerência dela é decisivo e necessário para o bem-estar psíquico do indivíduo. No caso de memórias institucionais, guinadas bruscas e rupturas provocam conflitos e divisões no interior do grupo. É a identidade que fornece a coerência para a memória, denotando a estreita ligação entre as duas. A vida camponesa e o espaço da aldeia podem ser encarados como a visualização simbólica do encontro entre a memória e a identidade dos imigrantes portugueses, sendo o suporte de referências para se diferenciar do “outro” e para julgar o presente.

Percebemos que as lembranças dos entrevistados divergem em alguns momentos dos postulados salazaristas. Para observar as devidas contradições, comparamos o discurso dos imigrantes com o propagado pelo oficioso jornal *Voz de Portugal*, veículo produzido pela elite

social e econômica da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. O desencontro basicamente reside na questão da oposição ou do descontentamento com o governo – que alguns entrevistados alegam ser significativo naquele período, algo nem ao menos reconhecido pelo *Voz de Portugal* –, na questão da falta de trabalho e de perspectiva no mundo rural – o que se relacionava ao problema do desenvolvimento do país durante o Estado Novo – e no período da Segunda Guerra Mundial – mesmo Portugal se mantendo neutro durante o conflito, a população sofreu todos os efeitos do desabastecimento e da escassez, cuja penúria do momento alguns entrevistados responsabilizaram o governo salazarista pela sua intensificação.

É essa margem de contradição entre o discurso dos imigrantes e o salazarismo que será abordada na conclusão. De fato, a discussão central nessa parte gira em torno do conceito de cultura popular. Desse modo, nos permite refletir sobre a seguinte questão: se os imigrantes portugueses entrevistados pertencem a uma cultura (camponesa) própria, se realizam uma leitura da realidade a partir das suas perspectivas e anseios. Essa concepção de cultura, no entanto, não prescindirá da constatação que esta tem um caráter composto, permeado de contradições internas e que deve ser vista a partir da relação com a cultura hegemônica.

1º CAPÍTULO: PONTO DE PARTIDA

Este capítulo trata, primordialmente, do universo de origem dos imigrantes portugueses entrevistados neste trabalho. São três momentos que constroem a trajetória desses imigrantes: o mundo rural, o regime salazarista e a imigração. Ou seja, o objetivo deste capítulo é fazer uma panorâmica do lugar de origem dos imigrantes, o ponto de partida de suas trajetórias, já que a origem camponesa deles e a experiência de vida sob o regime de Salazar são pontos esclarecedores sobre o modo como construíram as suas representações em relação ao salazarismo.

Em um primeiro momento, abordaremos as características da organização social e econômica da família camponesa e como esta estava inserida na estrutura agrária portuguesa, pois esta forma elementar de organização sócio-econômica é parte integrante do mundo de origem desses imigrantes. A família camponesa se distinguia de outras formas de produção porque o objetivo primeiro da atividade na terra era garantir o bem-estar e sobrevivência do grupo. Isto não impedia a alocação de algum excedente para o mercado, mas desde que não pusesse em risco a sua subsistência. Os membros familiares eram a base do trabalho, que estavam subordinados à autoridade paterna. Assim, o ente organizador da vida social no mundo camponês era a figura do pai.

No caso, analisaremos mais detidamente o universo rural da região norte de Portugal, que é o local de origem da grande maioria dos imigrantes que vieram ao Brasil. Esta região guarda diferenças substanciais em relação à região sul, sendo a divisão fundiária do norte predominantemente formada por pequenos proprietários e rendeiros (arrendamento), ao contrário do sul, formado por grandes propriedades rurais, cuja força de trabalho era um numeroso proletariado rural.

A relação do regime salazarista com o mundo rural português operava principalmente em dois níveis.

Por meio do *lobby* dos grandes proprietários sulista e da preocupação em manter a estabilidade social, o regime procurou manter a estrutura agrária do país, conjugando, na medida do possível, uma modesta industrialização.

O outro nível de relação se dava na formulação do discurso oficial do regime, que buscava aproximar e incorporar os valores oriundos do campo, mais especificamente, os do mundo rural ao norte do Tejo.⁹

Sobre o salazarismo, analisaremos as linhas gerais que o caracterizou e o distinguiu de outras experiências autoritárias dos anos 20 e 30. Diferentemente do fascismo e do nazismo, o salazarismo não foi um elemento ativo na mobilização da sociedade para legitimá-lo, mas sim agiu no sentido de desmobilizar a população, confiando nos instrumentos tradicionais de controle social, como as elites locais e a Igreja.

Assim, a linha mestra que o orienta é a ênfase na tradição¹⁰. No entanto, isso não representou a estagnação completa da sociedade portuguesa. Mesmo nos anos 30, quando era maior o ímpeto ideológico do regime, verificava-se um grau de modernização e desenvolvimento industrial do país, o que desmente a tese de que o regime serviu apenas aos interesses da classe ruralista, sobretudo a do sul.

Economicamente, o regime estava empenhado em uma política econômica autárquica e nacionalista, orientada para o Atlântico (ou seja, para as suas colônias), que buscava conjugar, ao mesmo tempo, os interesses dos grandes produtores rurais, dos industriais e dos comerciantes do comércio ultramarino. Politicamente, o regime se destacava pela negação dos princípios democráticos e das liberdades individuais. Ao mesmo tempo, o seu principal atributo era a concentração de poder político em torno de Salazar, a ponto de todo o arranjo institucional (e o seu funcionamento) estar subordinado e sob a supervisão do ditador.

Essas características vão ser adaptadas conforme o passar do tempo, dado o novo contexto do pós-guerra, que, em parte, se mostrava adverso para um regime autoritário e defensor intransigente do imperialismo clássico – em parte, porque o anticomunismo virulento do Estado

⁹ Melo argumenta que o regime empreendeu toda uma recriação do mundo rural no nível discursivo, mediante o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) e o SNI (Secretaria Nacional de Informação), que utilizava a etnografia como modo de recolher vestígios do passado e montar uma imagem folclorizada do mundo camponês. Melo, Daniel. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 376. Este ponto se aproxima à idéia de tradição inventada, que possui um caráter “ritual ou simbólico”, empenhada em “inculcar certos valores e normas de comportamento”. Hobsbawm, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In _____; Ranger, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. 3º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9.

¹⁰ Neste ponto, o conceito de tradição está se referindo à manutenção de condutas orientadas pelo passado. No entanto, este conceito pode ser problematizado. Para Hobsbawm, tradição é diferente de costume, pois o primeiro é invariável, fixo e com uma natureza ritualística; o costume é mais flexível e comporta a inovação, mas desde que seja sancionada pelas experiências do passado. *Ibidem*, p.10.

Novo se adequou perfeitamente às exigências políticas da Guerra Fria, o que deu sobrevida ao regime e estancou o seu progressivo isolamento internacional.

Houve, desse modo, uma modesta industrialização do país, baseado nos chamados “Planos de Fomento”, além de uma limitada liberalização política, mas que era pontuada por retrocessos repressivos. Quanto à questão imperial, o governo salazarista se mostrou irredutível e intransigente, bancando uma custosa guerra colonial de treze anos, que exauriu a sua legitimidade e foi determinante para a sua queda.

Sobre a imigração portuguesa para o Brasil, observamos que este fenômeno era antigo e recorrente, tendo uma particularidade que o difere de outras experiências da imigração para o Brasil. A diferença eram os laços históricos e culturais, resultante dos papéis de colonizador e de colonizado, representados respectivamente por Portugal e Brasil. Além do tradicional binômio expulsão-atração, as redes sociais de portugueses constituídas no Brasil (as famílias atlânticas) foram importantes para a concretização do projeto imigrante português.

Historicamente, o campo português (mais especificamente, a zona rural do norte) servia como um mecanismo de expulsão de trabalhadores rurais. Como a indústria nacional e as cidades nunca tiveram capacidade de incorporar tantas pessoas saídas do campo, a tendência era que esse contingente emigrasse. Dessa forma, os governos portugueses, que sucederam no tempo, buscaram, senão evitar, administrar este fenômeno através do desestímulo à emigração por família e a orientação do fluxo migracional para as colônias africanas – o que em nenhum momento se mostrou eficaz.

Durante o regime salazarista, esta tendência migracional se manteve (com exceção dos anos 30 e dos anos da Segunda Guerra), sendo que o destino da emigração sofreu uma diversificação a partir de meados dos anos 50, com a perda da liderança do Brasil como receptor principal de portugueses a partir de meados dos anos 60.

O regime, aliás, além de buscar organizar e controlar as correntes migratórias, seguindo aquela política de vedar a emigração por família e de orientar a ida para as colônias africanas, vai articular uma política de aproximação com o emigrante, mediante à ação das associações portuguesas no Brasil¹¹ e à valorização da imagem do emigrante no imaginário social português.

¹¹ Segundo Paulo, a Federação das Associações Portuguesas possuía afinidade com os ideais salazaristas, sendo um instrumento de propaganda do regime. Paulo, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000, p. 323.

1.1 Mundo Camponês

O rio Tejo é a grande fronteira natural da divisão fundiária em Portugal, tendo o predomínio da pequena propriedade na parte norte, o sul sendo o locus preferencial das grandes propriedades e, por último, a região central, que é a área intermediária e de transição entre os dois tipos principais de propriedade agrária. Certamente, há “manchas” de grandes propriedades no norte e há pequenas propriedades encravadas entre as grandes do sul.¹² Mas, como afirma Cunhal, este quadro, um tanto esquemático, encobre tanto o fato de existir uma importante classe de grandes proprietários no norte (encobertos pela natureza descontínua de suas propriedades rurais)¹³ quanto o grau diferencial da fertilidade e da capacidade produtiva das terras das duas regiões – “enquanto, no Alentejo, 10 hectares da seara em terras pobres são uma pequena exploração, os mesmos 10 hectares em regiões de regadio podem ser uma grande exploração.”¹⁴

Mesmo tendo importantes nuances na divisão fundiária entre o norte e o sul, podemos afirmar que o sul é o local dos grandes proprietários e, por conseguinte, do proletariado rural e dos agricultores sem-terra; enquanto o norte – e também o centro, mas não com a mesma intensidade e frequência – é o lugar da pequena propriedade camponesa, auto-suficiente ou não, própria ou arrendada, sendo o universo de origem dos imigrantes portugueses pesquisados nesta dissertação.

Sobre o modo camponês de viver, há na história uma enorme variedade de formas de sociedades camponesas, tendo em vista que esta é uma formação muito particular e, historicamente, presente em toda parte. No entanto, há certos traços da vida e da organização campesina comum a todas elas.

Uma característica premente em organizações sociais camponesas é a escala micro de seu funcionamento. É a família, em torno das atividades na granja, o núcleo básico das operações sociais de reprodução da vida camponesa. São os membros familiares os fornecedores quase únicos de mão-de-obra da unidade produtiva granjeira. De outro lado, a granja fornece os subsídios necessários para o consumo do grupo, além de render o excedente econômico necessário para o pagamento de tributos ou para eventual comercialização deste excedente. Dessa forma, as atividades econômicas estão imbricadas com as relações familiares, no que concerne à

¹² Cunhal, Álvaro. *Questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 115.

¹³ *Ibidem*, p. 129.

¹⁴ *Ibidem*, p. 117.

divisão de tarefas e à reprodução social do grupo – isso, de certo modo, explica a razão pela qual o objetivo final da unidade produtiva camponesa não é a maximização dos lucros, mas a garantia do bem-estar do grupo, ou, em outros termos, a unidade de produção sendo a unidade de consumo.¹⁵ A família, além de ser o esteio econômico da unidade doméstica, também é a referência cultural e pedagógica no processo de socialização no mundo camponês.¹⁶

Dessa forma, os interesses e as escolhas individuais estão submetidos ao crivo dos interesses da coletividade. Isso é emblemático no caso dos casamentos camponeses. Thomas e Znaniecki argumentam que o casamento no mundo camponês na Polônia não é um ato redutível à vontade e à relação pessoal de dois indivíduos, mas, sim, um ritual controlado diretamente pelo conjunto familiar. Nesses termos, o casamento é mais a união de duas famílias do que propriamente a união de um casal, ou seja, não é o “amor” que norteia a união, mas o “respeito” e a equivalência da posição social das duas famílias. Além da pressão exercida para que todos os filhos se casem, a família dirige o processo de escolha do par e mantém os laços de controle sobre os cônjuges após o matrimônio. O dote, por exemplo, não é uma propriedade exclusiva do casal, pois tem um caráter familiar, já que o casal é parte integrante da família.¹⁷ O controle e a vigilância não são restritos à família. Um fato que é recorrente em outros grupos camponeses, a comunidade de pomeranos do Espírito Santo, por exemplo, acompanha toda a trajetória dos pretendentes ao casamento, desde o tempo de namoro até após o casamento. O longo tempo do noivado e a protelação para se casar são reprovados socialmente, encarados como uma afronta à autoridade do sogro e “uma ameaça de laços desfeitos entre as famílias”.¹⁸

As relações internas de uma família camponesa são desiguais e hierarquicamente constituídas, sendo a autoridade paterna o elo central, o elemento organizador da vida social no mundo camponês. Para os pomeranos, a atribuição de tarefas e a direção do trabalho na terra são competências do pai, aquele que “governa o saber-fazer”.¹⁹ Na questão da herança dos bens, a discussão em torno de quem fica com os bens é um domínio estritamente masculino, onde a

¹⁵ Shanin, Teodor. Introducción. In _____. *Campeñinos y sociedades campeñinas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p.11.

¹⁶ Silva, Manoel Carlos. *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

¹⁷ Thomas, William; Znaniecki, Florian. Una familia campesina polaca. In Shanin, Teodor. *Op cit*, p. 19-22.

¹⁸ Bahia, Joana. “*O Tiro da bruxa*”: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000, pp. 119-120.

¹⁹ *Ibidem*, p. 89.

decisão final cabe ao chefe de família. Por sinal, a família vive uma dependência legal em relação ao pai, já que este é o proprietário da terra.²⁰

A produção voltada primeiramente para a subsistência é um traço característico da economia camponesa. Neste ponto, a terra assume um papel fundamental, sendo o esteio principal da reprodução do grupo.

Para Hespanha, a posse da terra, no sistema social camponês, possui um caráter estruturante na reprodução social da unidade familiar. Embora a propriedade fundiária seja uma parte constituinte do universo da granja familiar – há tantos aspectos materiais e imateriais formadores deste espaço –, o trabalho na terra é a ocupação produtiva mais importante, que subordina as demais atividades. Isso, de certa forma, explica o porquê da terra ser a razão principal para conflitos e disputas neste tipo de sociedade.²¹

De fato, o cultivo da terra é a garantia da relativa autonomia do camponês em relação ao mercado e a outros produtores, que em tempos de escassez pode aumentar os seus esforços para a produção, ou diminuir o consumo familiar, ou se retirar parcialmente do mercado.²² É neste ponto que se evidencia a função principal da granja: a reprodução da existência da unidade doméstica. As ações não são orientadas para a maximização dos lucros ou para o crescimento exponencial da produção, mas para a garantia do bem-estar do grupo.

Para Scott, as ações camponesas estão baseadas na “ética da subsistência”, onde é mais importante assegurar a subsistência “e a estabilidade de um rendimento mínimo que a quantidade do excedente extraído pelo proprietário fundiário ou outra instância”. Assim, a economia camponesa é avessa aos riscos que possam implicar na desagregação da unidade produtiva, onde os aspectos econômicos estão imbricados com a dimensão moral, cultural e normativa do mundo camponês.²³ A preocupação primeira em garantir a subsistência pelos camponeses explica, em certa medida, a tendência pela permanência de técnicas produtivas tradicionais e a resistência em modificar o modo de cultivo que implique na adoção de novas técnicas agrícolas. Como a

²⁰ *Ibidem*, pp. 55-56.

²¹ Hespanha, Pedro. *Práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Edições Afrontamentos, 1994, pp. 62-66.

²² Shanin, Teodor. El campesinato como factor político. In: _____. *Op cit*, p. 216.

²³ Scott, James. Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance. *Apud* Silva, Manuel Carlos. *Op cit*, pp. 52- 64.

economia camponesa está marcada pelo signo da escassez, é preferível manter práticas consagradas pela experiência passada do que o “risco do desconhecido”.²⁴

Tão premente quanto à preocupação com a subsistência é a garantia de manter a reprodução social da estrutura da família camponesa, mediante o expediente de várias estratégias. A prática da prole numerosa, o casamento e a questão da herança são estratégias fundamentais para a reprodução social através no tempo desse tipo de família.

No mundo camponês, quanto mais filhos o casal tem, mais são os braços disponíveis para a lida na terra. Há, então, uma relação diretamente proporcional entre o número de filhos e a capacidade produtiva da unidade granjeira. Por isso que um dos valores centrais da cultura camponesa é a fertilidade, tanto da terra quanto da mulher.²⁵

O casamento no universo campesino é um ritual que demarca o novo ciclo familiar, sendo também fundamental para o processo de transmissão da terra, já que o cultivo desta estará fundamentado na formação da nova unidade familiar. Assim,

no contexto tradicional da sociedade campesina envolvida por um sistema de herança avantajada, influenciar ou inclusivamente determinar qual ou quais do(s) filho(s) ou filha(s) deveria(m) casar-se e eventualmente, ser o (a) sucessor (a) principal na casa constituía uma preocupação nuclear dos respectivos grupos domésticos.²⁶

Esse ponto está correlacionado à questão da partilha de bens. A herança, como vimos antes, é um domínio masculino, tanto a sua discussão quanto a própria herança. Reservava-se toda a unidade granjeira para o sucessor, justamente para evitar a fragmentação da propriedade fundiária e, por conseguinte, a desagregação da unidade familiar baseada na terra.²⁷ Como coloca Hespanha, “a estratégia principal dos produtores consiste em assegurar um regime de posse dotado da maior estabilidade.”²⁸

No caso do mundo rural do norte português, tanto a migração para as cidades ou terras do sul quanto a emigração são estratégias importantes para dirimir conflitos intrafamiliares e também, assim como uma fonte alternativa para o complemento da renda familiar. A típica prole numerosa de uma família camponesa entrava em choque com o processo de partilha de bens, que beneficiava somente o sucessor, em detrimento dos demais filhos. Se antes a grande quantidade

²⁴ Hespanha, Pedro. *Op cit*, pp. 66-67.

²⁵ Bahia, Joana. *Op cit*, p. 100.

²⁶ Silva, Manoel Carlos. *Op cit*, p. 74.

²⁷ *Ibidem*, pp. 74-75.

²⁸ Hespanha, Pedro. *Op cit*. p. 68.

de filhos era bem-vida como força de trabalho, no momento da transmissão da terra se tornar um problema. Assim, “aos demais filhos restar-lhes-ia, senão encetar profissões não agrícolas prestigiantes (militar, padre), manter-se celibatário na casa ou emigrar”. Então, a emigração era uma forma de preservar a integridade da propriedade fundiária e superar os problemas decorrentes da renovação do ciclo familiar.²⁹ Ao mesmo tempo, as remessas do filho emigrante contribuíam para a manutenção da renda da casa e, por conseguinte, a reprodução da estrutura da família camponesa.³⁰

Retomando à questão do campo durante o regime salazarista, percebemos que a estrutura agrária portuguesa sofreu poucas mudanças no decorrer do Estado Novo.

No sul alentejano permaneceu a grande propriedade fundiária cerealífera com base no trabalho assalariado da grande massa do proletariado rural, cujo conjunto de trabalhadores sem-terra representava cerca de $\frac{2}{3}$ da população rural ativa. Este proletariado se dividia em duas categorias principais. A primeira era o conjunto de trabalhadores assalariados permanentes, sendo uma categoria complexa e diversificada, que se estendia do lavrador comum até o feitor responsável pela propriedade. Comparativamente, a situação do trabalhador permanente era melhor do que a da grande massa de trabalhadores temporários, que viviam uma existência incerta, dificilmente conseguindo trabalho contínuo de seis meses. Como não havia a possibilidade de emigrar, uma significativa parte dos trabalhadores temporários debandava para as fábricas ao sul do rio Tejo.³¹

A região norte do país era fundamentalmente uma área de agricultura familiar, nos moldes como foram descritas anteriormente as características da organização social camponesa. No entanto, o caso nortenho português guarda algumas peculiaridades. Sobre as unidades camponesas do norte, havia dois tipos principais: as explorações familiares “perfeitas” (também chamadas de “isolados”) e as explorações imperfeitas.

O primeiro tipo é aquela família camponesa que conseguia suprir as suas necessidades básicas com o trabalho em sua “quinta”, sem que os seus membros precisassem recorrer à venda

²⁹ Silva, Manoel Carlos. *Op cit*, pp. 74-80.

³⁰ Hespanha, Pedro. *Op cit*, pp. 117.

³¹ Rosas, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In Mattoso, José (dir). *História de Portugal*, V.7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 51-52.

da força de trabalho para outrem.³² Eventualmente, poderiam complementar a renda com outras atividades (carpintaria, olaria, bordado), mas sendo estas pertencentes à própria economia doméstica. A terra onde se baseava o trabalho familiar poderia ser tanto uma pequena propriedade própria quanto uma terra arrendada em regime de “parceria”, cujo tamanho variava entre cinco a vinte hectares. Este tipo de exploração familiar representava 14% da população ativa do campo em 1940, concentrados no litoral norte, sobretudo nos distritos de Aveiro e Viana do Castelo. Rosas argumenta que houve um crescimento (relativo e absoluto) dessas explorações até os anos 60, devido, em parte, às remessas dos emigrantes, à própria natureza do trabalho familiar (não-remunerado) e à possibilidade de vender o excedente no mercado.³³

O outro tipo, as explorações familiares “imperfeitas”, são aquelas famílias camponesas semiproletarizadas, cuja produção na granja, por si só, não garante a subsistência dos seus membros. Neste caso, o trabalho assalariado em outras terras mais ricas (ou mesmo em fábricas de algodão) era um recurso frequentemente utilizado por essas famílias. Em casos extremos, geralmente no outono e no inverno, algumas famílias caíam na mendicância como meio de se sustentar, onde “o camponês e o pedinte confundiam-se”. Essas explorações “imperfeitas”, que não ultrapassavam cinco hectares, cobriam metade de todas as explorações do país nos anos 50.³⁴

Em termos gerais, a estrutura agrária portuguesa durante o salazarismo não sofreu grandes rupturas ou transformações, pois a orientação por parte do regime era manter intactos os alicerces do mundo rural português, conjugado, na medida do possível, com as inevitabilidades de uma limitada modernização industrial. Ou seja, com Salazar houve um esforço no sentido de manter as tradicionais estruturas agrárias do país, devido à preocupação em assegurar a estabilidade social (ou melhor, o controle social) e ao peso representado pelas poderosas classes ruralistas. Inclusive, Rosas chama a atenção para o ruralismo, um projeto político de alguns grupos oligárquicos do campo, com o objetivo de conservar a estrutura agrária portuguesa, sendo sistematicamente contrário à modernização agrícola. Tais grupos tinham significativa influência no regime, constituindo um poderoso *lobby* decisório no interior do governo. A conservação deste arranjo rural era uma condição fundamental para a sustentação econômica destes grupos

³² Cabe lembrar que estas categorias são estatísticas e passíveis de contradição. Uma delas seria que as remessas dos emigrantes, importante para a manutenção das explorações familiares “perfeitas”, não se enquadram como renda de trabalho assalariado, que, se fosse levado a rigor, este tipo de exploração seria caracterizado como “imperfeita”.

³³ *Ibidem*, p.49.

³⁴ *Ibidem*, p.50.

oligárquicos.³⁵ O ruralismo também estava presente no “ser português” elaborado pelo discurso oficial, que enfatizava como modelo a ser seguido o conjunto de valores sociais caros ao mundo camponês, sendo um deles o respeito à hierarquia estabelecida.³⁶

Nos anos 30, praticamente a paisagem rural portuguesa não tinha mais terra de fronteira aberta. Isso demonstra os limites estreitos do crescimento agrícola do país, baseado no crescimento horizontal de suas forças produtivas. Com o “esgotamento das terras virgens”, se coloca a questão de como aumentar a produção do campo sem recorrer ao aumento espacial da área produtiva. A tentativa de implementar um plano de crescimento qualitativo da produção agrícola por parte do regime se mostrará malgrado.³⁷

Os anos 40 foram indelevelmente marcados pelo advento da Segunda Guerra Mundial. Dentre o período salazarista, estes anos foram particularmente difíceis, pois, mesmo Portugal mantendo a neutralidade no conflito, a guerra impactou severamente o cotidiano da população.³⁸ Houve uma forte crise de abastecimento de matérias-primas e alimentos, que foi agravada pela prática de açambarcamento – com a tendência ascendente dos preços, os produtores, em geral os grandes, retinham a sua produção, não a colocando no mercado, para provocar um aumento artificial dos preços – e a hesitação por parte do governo em programar um sistema de racionamento.³⁹ Assim, entre o campesinato, ocorreram protestos contra o açambarcamento e as requisições de gêneros agrícolas por parte do governo, inclusive resultando em motins praticados por pequenos produtores do norte e do centro do país, “a grande zona esquecida da agitação social”.⁴⁰

Apesar das dificuldades econômicas e do desabastecimento durante o conflito, Portugal, de modo geral, saiu beneficiado economicamente da guerra, com significativas reservas de ouro no Banco de Portugal. No entanto, essa prosperidade não se reverteu para baixo na pirâmide social. Ao contrário, foi realizado, em boa parte, através da sobre-exploração do trabalho do operário urbano e do trabalhador rural.⁴¹

³⁵ *Ibidem*, p 47.

³⁶ Paulo, Heloísa. *Op cit*, p.42.

³⁷ Rosas, Fernando. *Op cit*, p.34.

³⁸ *Ibidem*, p.307.

³⁹ Podemos apontar, dentre outros, como fator para o desabastecimento o bloqueio inglês ao comércio externo português, que se deu em represália ao contínuo contrabando de guerra – que se manteve durante toda a guerra e com a conivência do governo – realizado com a Alemanha. O próprio contrabando exercia uma pressão no sistema produtivo português, favorecendo a escassez. *Ibidem*, pp. 308-313.

⁴⁰ *Ibidem*, pp. 364-365.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 349-352.

Mesmo com a disponibilidade de capital, não haverá um processo de reinvestimento na produção ou modernização do setor agrícola, mantendo-se estagnado. Em termos globais, a agricultura vai progressivamente perdendo importância ao passar dos anos, chegando a ponto de, nos anos 70, não mais contribuir para a evolução econômica do país – a taxa de crescimento econômico da agricultura entre 1970 e 1973 foi de -0,7 %. Sintomaticamente, nos anos 70, Portugal se torna um país com a maioria da sua população vivendo nas cidades,⁴² mas sendo que parte dessa população urbana tinha uma origem rural.

A relação do regime salazarista com o mundo rural não se restringiu somente à questão da manutenção possível da estrutura agrária, mas também à evocação da “ruralidade” na elaboração do seu discurso oficial.

Para Melo, o regime articulou e impôs para a sociedade portuguesa um modelo de “cultura popular”⁴³ assentado em três pilares básicos: o tradicionalismo, o ruralismo e o nacionalismo. A cultura camponesa nortenha fornecia o parâmetro para a elaboração desta política cultural sob o Estado Novo. No entanto, a incorporação da “cultura popular” pelo discurso oficial se realizou através de um processo de depuração desta, selecionando os elementos socialmente convenientes para os seus propósitos políticos.⁴⁴

A evocação da tradição pelo regime dizia respeito aos valores centrais no universo rural português. Para o discurso salazarista, o popular remetia diretamente à vida camponesa, como se fosse uma verdade óbvia demais para ser refletida. Nesta perspectiva, a vida urbana é simplesmente ignorada ou, quando lembrada, assume uma conotação bem negativa, cujos hábitos são associados à “degenerescência da identidade popular”.⁴⁵

Esta questão acima é próxima ao conceito de tradição inventada de Hobsbawm, pois é uma operação por muitas vezes deliberada pelo Estado, com objetivo, entre outros, de fortalecer os laços sociais entre o Estado e o corpo de cidadãos da nação, procurando dotar o governo de legitimidade perante aos seus subordinados.⁴⁶ Para esse mesmo autor, a necessidade do Estado moderno em fortalecer os laços com os seus cidadãos, sobre uma nova base, estava vinculada ao enfraquecimento de antigas formas de lealdade e coesão social, como os governos dinásticos e a

⁴² *Ibidem*, pp. 423-442.

⁴³ Pretendemos discutir este conceito mais detidamente no quarto capítulo, onde trataremos da questão da constituição de uma cultura camponesa própria, referendada, em primeiro lugar, em seus próprios termos, podendo estar em desacordo com as diretrizes do regime salazarista.

⁴⁴ Melo, Daniel. *Op cit*, pp. 27-34.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 45.

⁴⁶ Hobsbawm, Eric. *Op cit*, pp. 17-22.

religião, pois, após a Revolução Francesa, os governos não poderiam mais contar com a fidelidade “automática” – quer dizer, aquela forma aparentemente mais espontânea e natural de lealdade, chancelada pela tradição, que reside na relação entre o rei e os seus súditos – dos seus governados.⁴⁷

Segundo Heloísa Paulo, a construção da imagem do “ser português” pelo regime esteve baseada nos valores “simples da vida camponesa”, como a centralidade da autoridade paterna, a religiosidade e a pobreza honrada. A imagem estereotipada do “ser português” encontrava ressonância na realidade vivenciada pela maioria da população, dado a esmagadora maioria rural do país.⁴⁸

A própria elaboração da imagem pessoal de Salazar, produzida e veiculada pelo Estado Novo, denota o intuito de aproximar o discurso oficial do universo campesino, através da ênfase na origem camponesa do presidente do Conselho de Ministros:

Misto de “aldeão” e de “doutor”, distante das honras de homem de Estado, “nascido pobre” e com uma vida modesta, o presidente do conselho é, antes de mais nada, o professor abnegado que abdicou da sua carreira e do seu sossego no campo para “salvar a nação”. [...] Desta imagem depende a sua popularidade num país rural, tantas vezes distanciado dos debates políticos dos centros urbanos, ou ainda, a sua credibilidade na cidade, entre uma camada média da população, resistente aos conflitos e aos movimentos de revolta que marcaram os primeiros anos republicanos.⁴⁹

1.2 Sobre o salazarismo

O salazarismo teve um peso muito significativo na história de Portugal no século XX, que seguramente ainda permanece no debate público em Portugal.⁵⁰ Antonio Oliveira Salazar esteve diretamente presente no poder por longos 40 anos, primeiro como ministro das finanças e depois como chefe incontestado da nação. Mesmo após a sua saída do poder por incapacidade física (1968), o regime subsistiu até 1974, tombado pela Revolução dos Cravos. Dos 48 anos que Portugal esteve sob regime autoritário, 46 anos foram, diretamente e indiretamente, com a participação e a chefia de Salazar.

⁴⁷ Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde de 1780: programa, mito e realidade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.105.

⁴⁸ Paulo, Heloisa. *Op cit*, pp. 42-43.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 386.

⁵⁰ Como, por exemplo, o surgimento de partidos de Direita extrema em Portugal.

Tendo uma vida tão longa, não é simples uma caracterização do salazarismo no espaço permitido neste trabalho, mas podemos analisá-lo a partir de algumas linhas gerais. A linha que talvez mais o caracterize e que norteia as suas ações é o seu pendor em manter e conservar o universo tradicional que lhe dava sustentação – sendo, em um nível discursivo, central a idéia de resgate do passado “glorioso” de Portugal – ou, na feliz denominação de Rosas, a arte de “saber durar”. Assim, a orientação geral é muito mais para a conservação e a estabilidade do que movimento e mudança. Evidentemente, o salazarismo não significou a estagnação geral da sociedade portuguesa durante o seu período, pois “geriu o país consciente da inevitabilidade desta modernização, mas pensando sempre na sobrevivência e no bem-estar do que estava ameaçada por ela”.⁵¹

De fato, antes de Salazar se tornar o chefe incontestado do Estado português, já estava em vigência um governo autoritário, originário de um golpe militar, em 1926, que pôs término à primeira experiência republicana portuguesa (1911-1926). Esse golpe militar não foi, segundo Costa Pinto, uma simples intervenção militar pretoriana e despolitizada, pois se encontrava em disputa vários grupos políticos e de matizes ideológicos diversos, que ia dos republicanos conservadores, passando pelos católicos sociais, até à direita integralista. Portanto, no período autoritário que antecedeu a ascensão de Salazar, foi permeado pela luta da hegemonia no interior desta coligação conservadora, consubstanciada por sucessivas conspirações e tentativas de golpes palacianos.⁵²

A entrada de Salazar no poder, primeiro como ministro das finanças e mais adiante como primeiro-ministro⁵³ e a promulgação de uma nova Constituição em 1932 (que institucionalizou o Estado Novo), representou a consolidação do regime autoritário, dotando-o com um perfil ideológico e político definidos.

O próprio cenário político internacional indicava a tendência de recuo e de descrédito geral do liberalismo clássico. A tônica desse momento era a viabilização de uma alternativa autoritária, que teve no nazi-fascismo o seu norte. Como afirmou Hobsbawm: “[...] primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças

⁵¹ Pinto, António Costa. *O Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 123.

⁵² *Ibidem*, p. 118.

⁵³ Aliás, Salazar ocupou e acumulou inúmeros cargos políticos durante o seu regime, embora nunca tivesse ocupado o cargo de presidente da República. Por outro lado, o cargo de presidente era apenas figurativo e esvaziado de poder efetivo. Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 272.

antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica (...)”. De certo, essa direita internacional era um bloco bem heterogêneo, com toda a sorte de tipos de movimentos e de regimes políticos. O Estado Novo português foi distinto das experiências nazi-fascistas. Estes últimos estavam muito mais identificados com a modernidade do que com a tradição – embora também pudessem evocar um passado mítico, defender idéias tradicionalistas e se posicionarem contra a emancipação feminina e a arte moderna –, alçados e legitimados pela moderna política de mobilização de massas.⁵⁴ Embora estivesse compondo o bloco da direita internacional e fosse influenciado pelo fascismo italiano, o regime português simbolizou muito mais a tradição e o conservadorismo do que os aspectos modernos do fascismo. Além disso, deve-se ter em mente que a derrubada do liberalismo em Portugal se deu mais por questões domésticas do que externas.⁵⁵

Por sinal, existe uma extensa discussão quanto à validade de classificar o regime salazarista como fascista ou não. Alguns autores argumentam que, embora o Estado Novo não tenha nascido a partir de um movimento fascista e não tivesse um caráter modernizador, a sua tentativa premente em intervir e controlar todas as esferas da sociedade portuguesa seria o indicativo claro de que foi um regime fascista. Manuel de Lucena classificou o regime como um “fascismo sem movimento” e Rosas, embora não aparente muita preocupação com esta discussão, o tipificou como um “fascismo de tipo genérico”. Costa Pinto argumenta que o fascismo foi uma das opções apresentadas como modelo para a instauração da ditadura, sendo um ator secundário no processo de derrubada do liberalismo em Portugal. Também não havia no país certas condições históricas que pudessem ter possibilitado o sucesso de um regime fascista típico.⁵⁶ Deixando um pouco de lado esta discussão sobre o fascismo, no presente espaço iremos demonstrar que o regime apelou muito mais para as forças do passado, sendo marcado por um caráter tradicionalista.

Consolidado o regime a partir da Constituição de 1933 e erradicado todos os mecanismos institucionais liberais, se assenta uma concepção corporativista de sociedade emanada pelo Estado. Para Costa Pinto, o corporativismo português teve um papel importante na estrutura institucional, na ideologia, nas relações entre grupos sociais e na atuação do Estado na

⁵⁴ Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp.116-121.

⁵⁵ Pinto, António Costa. *Op cit*, p. 102.

⁵⁶ Para um debate sobre esta discussão ver: *Ibidem*.

economia, embora no sistema político este tenha sido secundário.⁵⁷ Em tese, o corporativismo imaginava uma sociedade sem conflitos de classe, concebendo cada grupo em sua respectiva função no corpo social. O Estado salazarista – ao menos no período entre 1933 e 1945 – procurou moldar a sociedade portuguesa nesta visão organicista, utilizando com esmero os instrumentos ideológicos e de controle social para tal.⁵⁸ No entanto, apesar do corporativismo português ter sofrido influência do fascismo italiano, o primeiro foi modelado pela doutrina do catolicismo social.⁵⁹ A Igreja teve papel fundamental na formulação do discurso ideológico do regime, além de ter sido um importante agente disciplinador. Rosas argumenta que a Igreja “é chamada a funcionar como instrumento legitimador por excelência do regime e como instituição privilegiada de enquadramento das massas nos valores por ele [salazarismo] definidos.”⁶⁰

De fato, o regime evocou as forças tradicionais para exercer o domínio político e o controle social. Ao contrário dos regimes nazi-fascistas, o salazarismo não procurou mobilizar a sociedade para se legitimar. Antes, promoveu a apatia e a desmobilização, confiando na estrutura social hierárquica da sociedade portuguesa. Embora o Estado Novo reforçasse os aparelhos repressivos e a propaganda oficial, as elites locais cumpriam importante papel de controle, se encarregando de manter a ordem em suas respectivas áreas de atuação. No norte, por exemplo, o Estado não se preocupou em criar sindicatos corporativos, já que o campesinato local estava enquadrado pelas elites tradicionais.⁶¹

Desse modo, poderíamos afirmar que o salazarismo representou a vitória e a hegemonia das estruturas sociais do passado. O reconhecimento da permanência do tradicionalismo fez crer a idéia de que o regime corporificou somente os interesses da classe ruralista, atuando não só no bloqueio do desenvolvimento econômico e social, mas antes, representando o próprio retrocesso histórico português. No entanto, a relação entre sociedade e Estado Novo não foi tão simples, pois contou com a participação de outros personagens sociais além dos setores ruralistas.

Em decorrência dessa questão, existe uma importante discussão, que têm fortes conotações políticas, em torno da questão se o regime representou a estagnação ou o desenvolvimento do país.

⁵⁷ *Ibidem*, p.125.

⁵⁸ *Ibidem*, pp.125-132.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 125.

⁶⁰ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 244.

⁶¹ Pinto, António Costa. *Op cit*, p. 131.

A vertente que associa o salazarismo à estagnação está ligada à interpretação da oposição liberal, que considerava os anos sob Salazar um obstáculo intransponível para o desenvolvimento histórico do país. Para um dos autores familiar a esta vertente, Villaverde Cabral, o regime salazarista concebeu um “modelo de estagnação programada”, devido ao seu comprometimento histórico com o setor agrário.⁶² Encontramos esta linha interpretativa também em Maxwell, argumentando que o regime agiu deliberadamente no sentido de submeter Portugal dentro dos quadros econômicos e sociais do passado, cujo governante “sempre demonstrou extrema aversão pela mudança”. A industrialização era concebida pelo regime nos seus aspectos mais negativos, como sendo a fonte multiplicadora “dos conflitos de classe e dos problemas trabalhistas” e, conseqüentemente, o solvente pernicioso da tão “preciosa” estabilidade social. Assim, para Maxwell, o “Portugal salazarista estava firmemente escorado contra o século XX”.⁶³

Do outro lado, temos os trabalhos de perfil marxista que descrevem o regime dentro do contexto de desenvolvimento capitalista em Portugal e analisam o papel das classes sociais dentro deste processo. A tese do economista Alfredo Marques consiste na idéia de que o regime foi uma aliança entre a burguesia industrial e os setores agrários. Como nenhuma das classes poderia exercer a hegemonia, foi preciso a forte intervenção do Estado para gerir os conflitos e as incompatibilidades dos grupos. A tese construída por Alfredo Marques é compartilhada e desenvolvida por Fernando Rosas.⁶⁴

Rosas argumenta que o Estado Novo surgiu dentro de um contexto de crise hegemônica entre as classes dominantes. Assim, o salazarismo se impôs, como o árbitro dos conflitos entre as classes, “fixando equilíbrios e relações de força entre elas”.⁶⁵ As ações do Estado Novo, para além de representarem somente os interesses dos setores agrários, refletiam a lógica do equilíbrio em si mesmo, buscando estabilidade econômica, social e política.⁶⁶ Contestando a idéia de estagnação econômica atribuída ao período, o autor demonstra que nos anos 30 houve desenvolvimento e modernização da indústria, além de investimento estatal na infra-estrutura do país. A ação do Estado Novo no plano econômico não se restringiu somente às medidas

⁶² *Ibidem*, p. 98.

⁶³ Maxwell, Kenneth. *O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 36.

⁶⁴ Pinto, António Costa. *Op cit*, p. 100.

⁶⁵ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 243.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 247.

ortodoxas clássicas, como o controle das contas públicas e a estabilização da moeda.⁶⁷ No entanto, esse desenvolvimento econômico estava submetido às ambigüidades geradas pela lógica da política de estabelecer equilíbrios entre as classes sociais. A política econômica do Estado salazarista era a busca da autarquia, visando à auto-suficiência possível do país. Isso significava proteção ao mercado nacional, forte intervenção do Estado e a economia voltada para o Império ultramarino, que implicava em conjugar os interesses da indústria de substituição de importação com a “manutenção das velhas estruturas fundiárias e produtivas”.⁶⁸

Este princípio de fixar equilíbrios era bem evidente na política industrial do Estado Novo, especialmente no setor têxtil. A indústria desse setor era obrigada a comprar somente o algodão de procedência das colônias, sendo que, até a Segunda Guerra Mundial, este algodão era o mais caro do mundo e de péssima qualidade. Ao mesmo tempo, o mercado colonial era reservado para os têxteis portugueses. Tal política tinha o objetivo de conciliar os interesses freqüentemente antagônicos da classe dos grandes comerciantes do comércio ultramarino com a classe dos industriais portugueses. Uma política sugestivamente nomeada por Rosas de “equidade compensatória”.⁶⁹

De certa forma, a política de fixação de equilíbrios sugere que o Estado Novo se caracterizou como um governo, no fundo, de perfil pragmático, com flexibilidade suficiente para atender as demandas (ou administrar os conflitos) dos variados grupos políticos e sociais – mas levando-se em conta que esses grupos pertenciam a uma “plataforma comum antiliberal”.⁷⁰ Pelo contrário, o regime não se resumiu a uma “ditadura pragmática”, tendo uma postura bem ativa no sentido de imprimir (oficialmente) uma “visão orgânica da sociedade”, que procurou enquadrar dentro desta visão os variados setores e grupos sociais ao seu alcance – pelo menos nos anos 30 e 40.⁷¹ O próprio Rosas, que confere um significativo grau de pragmatismo na atuação do regime, afirma que o Estado Novo “não deixou de pensar num projeto totalizante para a sociedade”. O regime, baseado em sua concepção corporativista e organicista, buscou emoldurar “todos os níveis da sociedade civil”, tendo especial repercussão no sistema educacional. No entanto, este ímpeto em inculcar os postulados do corporativismo por toda a sociedade vai perder a sua

⁶⁷ *Ibidem*, p. 254.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 249-251.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 249.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 281.

⁷¹ Pinto, António Costa. *Op cit*, p.132.

vitalidade no pós-guerra, onde pouco a pouco o Estado Novo vai “transformando-se numa pesada ditadura burocrática.”⁷²

O antiliberalismo e a recusa intransigente da democracia eram importantes marcos que orientavam a ação política do regime salazarista. Houve um esforço sistemático do Estado Novo em remover todas as instituições liberais que sobreviveram à ditadura militar de 1926. As organizações e manifestações autônomas da sociedade, como sindicatos e partidos políticos foram substituídos, respectivamente por sindicatos corporativos (tanto patronais quanto trabalhistas) e pelo partido único, a União Nacional. Ao mesmo tempo, o controle dos passos dos cidadãos estava garantido através da instituição da censura e da atuação repressora da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e que, após 1945, mudou de nome para PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).⁷³

A oposição política ao regime (principalmente nos anos 30 e 40) estava circunscrita e isolada no meio urbano, onde os debates políticos aconteciam de forma clandestina em alguns cafés. Como vimos antes, o Estado Novo se baseou muito mais nos instrumentos de desmobilização (a Igreja e as elites locais) do que de mobilização. A pequena burguesia urbana que apoiava o regime não foi mobilizada e, ao mesmo tempo, o campesinato rural do norte manteve-se sob o controle dos quadros da notabilidade local. A fonte potencial de distúrbios se encontrava no proletariado rural do sul, onde “a polícia estava mais atenta”.⁷⁴

Politicamente, o Estado salazarista se destacou pela concentração de poderes em torno de Salazar. O regime despojou-se dos mecanismos institucionais do liberalismo político, extinguiu os partidos existentes, reduziu ao mínimo o poder da assembleia nacional, esvaziou o poder do presidente da república e fortaleceu o poder executivo via figura do chefe do Conselho de Ministros. Foi a chamada “ditadura do chefe do governo”, na qual a decisão política competia a Salazar, reduzindo os outros ministros a um caráter apenas consultivo e técnico-administrativo. A personalização do poder se colocou com facilidade e as condições políticas de exceção facilitaram essa obra.⁷⁵

⁷² Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 281-282.

⁷³ Acerca da repressão do Estado Novo, sobretudo, sobre alguns grupos políticos urbanos, ver: Silva, Douglas. Exilados anti-salazaristas e suas relações com o nacionalismo e a questão colonial. In Neto, Helion Povoas; Ferreira, Ademar Pacelli. *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos imigratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

⁷⁴ Pinto, António Costa. *Op cit*, p. 131.

⁷⁵ Rosas, Fernando, *Op cit*, p. 273.

Tal característica da composição do poder político é classificada por Costa Pinto como “uma ditadura férrea do presidente do Conselho de Ministros”, onde o executivo tem uma autonomia quase total, em detrimento do legislativo. Salazar organizou pessoalmente o “desenho institucional do regime”, sendo que praticamente toda a legislação (desde as mais importantes até as mais ordinárias) passava pelo seu crivo.⁷⁶ Ou, como coloca Maxwell, “Salazar cravava seus olhos míopes nas despesas miúdas”.⁷⁷

A centralização política em torno de Salazar foi negativamente determinante para a atuação política do partido oficial do regime, a União Nacional. Sequer sendo reconhecido oficialmente como partido, mas sim como “agrupamento cívico”, a União Nacional não teve papel destacado na constituição da elite política portuguesa, embora a sua presença sob tutela de Salazar contribuiu para reduzir a formação de blocos de poder à revelia de sua autoridade.⁷⁸ Assim, institucionalmente, o partido único em Portugal foi secundário, dependente e subordinado ao poder executivo, não tendo o ímpeto dos partidos das experiências nazi-fascistas. Devido ao peso do poder pessoal de Salazar, a União Nacional estava mais próximo de uma “repartição do ministério do interior” do que um partido autônomo.⁷⁹

Os elementos que caracterizavam o regime salazarista foram continuamente adaptados conforme o contexto histórico. O contexto do pós-guerra, que se mostrou averso aos regimes de feição fascista e ao imperialismo colonial clássico, vai impor a Portugal de Salazar a necessidade de adaptar algumas instituições e preceitos básicos que orientavam a sua política.

No pós-guerra, Portugal passou por um não desprezível processo de industrialização. Nos anos 50, o regime implementou os I e II Planos de Fomento, que institucionalizou como política de Estado os projetos da ala industrialista do governo. O primeiro plano teve um alcance mais reduzido, se resumindo a um programa de investimentos públicos direcionados, em sua maioria, para a infra-estrutura do país, não estipulando metas mais precisas de produtividade econômica e desenvolvimento social. No segundo plano, a indústria foi a prioridade, tendo o desenvolvimento industrial sido impulsionado pelo baixo salário médio pago, pela reserva de mercado colonial, pela proteção alfandegária e pela estabilização dos índices econômicos do país (juros e preços). No entanto, como pontua Rosas, este desenvolvimento industrial não propiciou um

⁷⁶ Pinto, António Costa. *Op cit*, pp. 121-123.

⁷⁷ Maxwell, Kenneth. *Op cit*, p. 36.

⁷⁸ Pinto, António Costa. *Op cit*, p. 124.

⁷⁹ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 274.

“desenvolvimento sustentado” da economia portuguesa, pois o mercado interno era pequeno – devido à precária modernização do campo – e a indústria era dependente das matérias-primas fornecidas pelas colônias – o que se demonstrou problemático com as guerras coloniais dos anos 60. Além disso, o crescimento industrial estava baseado mais na intensificação do trabalho do que no avanço qualitativo das forças produtivas. O processo de industrialização foi cerceado pelas limitações do mercado interno português, mantendo-se o setor industrial não competitivo durante o Estado Novo.⁸⁰

O pós-guerra também assistiu a uma certa pluralização política no interior do regime, embora tenha sido limitada e restrita ao campo da direita. Destacava-se a ascensão da ala reformista, também chamada de marcelismo, porque liderada por Marcello Caetano. Os marcelistas defendiam uma abertura parcial e gradual do regime, a modernização econômica do país e uma melhora dos índices sociais da população portuguesa. Numa postura um tanto semelhante ao despotismo esclarecido do século XIX, os marcelistas consideravam que a manutenção do regime dependia da adaptação aos novos tempos do pós-guerra, resumido no lema “reformular para continuar”. Os marcelistas disputavam a hegemonia política com a ala costista, liderada pelo general Santos Costa. Esse grupo estava à direita do espectro político português, que congregava desde católicos conservadores até “fascistas reformados”, empenhados no veto de qualquer movimento em direção à reforma do Estado, alegando que, com isso, abriria caminho para os comunistas. Na disputa entre os dois grupos, os marcelistas saíram-se vitoriosos, como demonstrou a sucessão do velho ditador em 1968 – ao menos até a Revolução dos Cravos.⁸¹

Este período também presenciou algumas manifestações de liberalização política por parte do regime, mas sempre de forma tímida e limitada, dentro dos limites estreitamente concebidos, freqüentemente passível de retrocesso. A permissão da participação da oposição na disputa presidencial de 1949, entre o general Norton de Mattos (oposição) e o presidente Carmona foi um passo liberalizante. Certamente, as chances de vitória da oposição foram muito reduzidas, pois, além da divisão nas fileiras oposicionistas, o governo estava unido e fortalecido, contando com uma agressiva campanha eleitoral da União Nacional.⁸² Na eleição de 1958, o Estado Novo esteve ameaçado de ruir pela força do candidato oposicionista Humberto Delgado, cuja

⁸⁰ *Ibidem*, p. 462.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 505-509.

⁸² *Ibidem*, p. 407.

candidatura mobilizou a população de norte a sul do país, que se viu surpreendida pelo seu carisma. A campanha de Delgado fugiu aos parâmetros e cálculos políticos do regime, extrapolando os limites das campanhas eleitorais convencionais.⁸³ No entanto, o clima de otimismo das oposições foi quebrado pela derrota nas eleições – nitidamente fraudadas – e pela posterior repressão do governo, resultando no exílio de Humberto Delgado e dos seus colaboradores diretos para o Brasil.⁸⁴

O significado geral das eleições de 1958 foi o alto grau de ruptura no interior do regime e a sua inabilidade em contê-la, só fazendo por meio da repressão, marcando, segundo Rosas, o começo do seu fim.⁸⁵

Em relação à questão colonial, esta foi conduzida de maneira intransigente e emperdenida, sem qualquer tipo de recuo ou concessão que implicasse em uma futura independência dos domínios coloniais.

Após a Segunda Guerra, a universalização dos princípios da democracia e da autodeterminação dos povos ganhou impulso sob a égide da ONU, se constituindo, por isso, um ambiente internacional claramente adverso aos regimes de tipo autoritário e colonial, como o Estado Novo português.⁸⁶ Como argumenta Antonio Telo, Portugal aderiu, de uma forma tardia e recalcitrante, à nova ordem internacional, hesitando em estabelecer uma aliança mais efetiva com os Estados Unidos, haja vista a posição contrária do governo americano sobre o antigo imperialismo colonial. Além disso, o governo português recusava terminantemente algum processo de redemocratização interna. Por outro lado, com os efeitos próprios da Guerra Fria e a preocupação americana na contenção da URSS, vai haver uma aproximação entre os Estados Unidos e Portugal, unidos pelo discurso anticomunista.⁸⁷ Assim, no plano internacional, a Guerra Fria vai representar um fortalecimento relativo da posição do regime português, contendo uma tendência de isolamento internacional que teve início no pós-guerra.

⁸³ As campanhas eleitorais anteriores eram do tipo “virada para dentro do regime”, num quadro de oposição “comportada e consentida”. *Ibidem*, p. 528.

⁸⁴ Esse fato demonstra uma diversidade social no fluxo de portugueses para o Brasil. Poderíamos estabelecer duas grandes categorias de portugueses que emigraram para o Brasil: o “imigrante econômico”, que cobria a grande maioria de portugueses que vinham para o Brasil e tinham como objetivo a ascensão social; e o “exilado político”, aquele que emigrou por causa da repressão política do regime salazarista. Silva, Douglas. *O Portugal democrático: uma resistência pertinaz. Convergência Lusítada*. n.º. 19. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

⁸⁵ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 523.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 401.

⁸⁷ Telo, António José. As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. *Revista de História das Idéias*. V.16. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994, pp. 351-354.

Além disso, Portugal era dependente economicamente de suas colônias, pois era através do domínio político sobre esses territórios que Portugal podia explorar as seguintes condições vantajosas: garantia do mercado colonial para os seus produtos industriais, fornecimento de matérias-primas com baixos preços, “vultosos ganhos com a transferência de receitas de exportação, ouro [e] diamantes”. Assim, Portugal, caso não quisesse ter prejuízos de fato com o processo de independência de suas colônias, teria que implementar “grandes mudanças sociais e econômicas na metrópole”, medidas que o regime salazarista não estava nem um pouco inclinado a fazer.⁸⁸

As guerras coloniais na África, iniciadas em 1961, e a manutenção de uma política colonial intransigente foram fundamentais para o decisivo isolamento português no período pré-Revolução dos Cravos.

Concluindo, o regime autoritário português se verá obrigado a fazer algumas concessões, no tocante à industrialização e à modernização econômica do país, com uma tímida liberalização política, pontuado por marchas e contramarchas. Durante a sua existência, o regime nunca se reformou plenamente, comportando breves e insuficientes adaptações de acordo com a situação interna e externa. Não obstante, a atitude do governo salazarista foi de resistir às transformações, embora tenha realizado algumas adaptações, que de algum modo obteve apoio de alguns segmentos favoráveis à industrialização. Nas palavras de Rosas:

A questão do salazarismo era outra: agüentar politicamente, ainda que com os riscos resultantes de alguma modernização económica. [...] Nunca se tratou, sobretudo com a guerra e o pós-guerra, de adaptar genuinamente o Estado Novo a “novos ventos”, modernizando-o política e economicamente, mas sim agüentar, mesmo que cedendo à imprescindibilidade da industrialização e dos seus efeitos.⁸⁹

Assim, pretendemos demonstrar o caráter tradicionalista do salazarismo, que não exclui a presença de alguns elementos modernos em sua estrutura, relacionados aos mecanismos de controle social e de comunicação do Estado, tendo ainda empreendido um modesto processo de industrialização. Manter o universo tradicional português reiteradamente através no tempo, mesmo com algumas concessões à modernidade, era essencial para a sobrevivência do salazarismo.

⁸⁸ Maxwell, Kenneth. *Op cit*, p. 39.

⁸⁹ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 267.

3.1 Imigração

Um ponto muito presente sobre o estudo dos movimentos migratórios é o binômio repulsão e atração (*push-pull*). Mas a causa do fluxo migracional nunca é a total predominância de um dos fatores, sendo uma combinação das razões de expulsão do país de origem e das razões de atração no país de destino.⁹⁰ Para além do mecanismo de repulsão e atração – que tem uma raiz fundamentalmente econômica –, o fluxo migratório português para o Brasil esteve também assentado em relações sociais e culturais entre os dois países, como a língua comum e os laços históricos, resultante do passado colonial brasileiro. Além disso, as redes de sociabilidade criadas nos dois lados do Atlântico eram condições fundamentais para a reprodução da imigração, pois minorava as vicissitudes típicas enfrentadas pelos imigrantes.

A emigração é um fenômeno antigo e recorrente na história portuguesa, poderíamos dizer até estrutural, que esteve muito vinculado às características do Império colonial português – tradicionalmente disperso pelo mundo. Se antes, na época colonial, os portugueses aqui chegavam como os quadros dirigentes da administração colonial, a partir de 1850, o estatuto de português no Brasil vai ser modificado, passando a ser o trabalhador (em sua maioria) e o comerciante urbano.⁹¹

Desde os primórdios da diáspora portuguesa pelo mundo, a política de Portugal foi no sentido de reprimir a saída de pessoas do reino. Entre os séculos XVI e XVIII, a movimentação no interior do Império não era livre, cuja saída do reino estava marcada pelo signo do despovoamento – especialmente, a região norte e central de Portugal. Durante o século XIX e XX, mais especificamente, de 1850 a 1930, a corrente de emigração sofria flutuações quanto à tolerância por parte do governo, ora com períodos de maior repressão (como de 1850 a 1870), ora com momentos de liberalização relativa. Mesmo que comportasse momentos de maior tolerância quanto à saída de pessoas do país, a emigração nunca foi inteiramente livre em Portugal.⁹²

⁹⁰ Leite, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In Fausto, Boris (org). *Fazer a América: a emigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 183.

⁹¹ Certamente, imigrantes portugueses iam para o campo, em um primeiro momento, mas acabavam se dirigindo, posteriormente, para o trabalho na cidade. Pereira, Maria Halpern. *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc, 2002, p. 20.

⁹² *Ibidem*, pp. 79-81.

De fato, a política emigrantista do Estado português foi tolhida por outras razões que estavam fora de seu alcance e que, volta e meia, forçavam Portugal a adaptar a sua política de emigração.

A estrutura agrária do país, especialmente o norte, era um mecanismo social de saída de pessoas, devido à produção na *quinta* ser insuficiente para a manutenção da família camponesa ou (o que era mais comum, dado o perfil da emigração portuguesa) os filhos preteridos pela partilha de bens se verem obrigados a emigrar. Certamente que esses fatores de saída não são as únicas causas da decisão de emigrar. A emigração sempre envolve a perspectiva de ascensão social, que, devido às características hierárquicas da sociedade portuguesa, dificilmente seria realizada no local de origem.⁹³

O Brasil foi o principal país receptor da emigração portuguesa. De 1855 a 1914, o país atraiu cerca de 80% a 90% dos 1,3 milhões de portugueses que saíram do país.⁹⁴ Entre 1900 e 1967, o Brasil recebeu 54% total de portugueses que emigraram, com a França num longe segundo lugar (16,4%).⁹⁵ Assim, o Brasil exerceu historicamente um significativo poder de atração de emigrantes portugueses, dada pela maior dimensão e crescimento mais acelerado de sua economia, o que fornecia fundamento real para a perspectiva de ascensão social por parte dos imigrantes.⁹⁶ Dessa forma, a orientação restritiva da política de emigração portuguesa competia com o poder de atração da economia brasileira, além de entrar em contradição com a lógica da política imigrantista brasileira, que incentivava a entrada de imigrantes, com exceção do primeiro governo Vargas.⁹⁷

Pela inevitabilidade do fenômeno da emigração, e também pelas remessas dos emigrantes – que passou a se caracterizar como uma fonte de divisas corrente a partir de 1870 –, o Estado português procurou administrar o movimento migratório, através do direcionamento dos emigrantes para as suas colônias e do desestímulo da emigração por família, com o intuito de

⁹³ *Ibidem*, p. 45.

⁹⁴ Leite, Joaquim Costa. *Op cit*, p. 177.

⁹⁵ Devemos ter em mente que a queda de portugueses vindos para o Brasil se deveu à diversificação do destino da emigração, a partir dos anos 50: entre 1960 e 1967, a França recebeu 62% do total de emigrantes portugueses saídos do país. Barreto, Antonio; Almeida, Carlos. *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo, 1974. *Apud* Lobo, Eulália. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 231.

⁹⁶ Leite, Joaquim Costa. *Op cit*, p.187.

⁹⁷ Pereira, Maria Halpern. *Op cit*, p. 32. Sobre a restrição do governo Vargas à imigração, Lobo pontua que a cota de entrada de 2% da nacionalidade residente no Brasil acabava por não prejudicar tanto os portugueses, por serem numerosos no Brasil. Em 1939, o governo Vargas revogou as restrições numéricas quanto aos portugueses, pois estava preocupado com a “composição étnica” do país. Lobo, Eulália. *Op cit*, p. 178.

preservar a fonte de remessas.⁹⁸ Veremos mais adiante que esta prática política do Estado português vai estar presente também no Estado Novo.

Os fatores de expulsão da economia agrária portuguesa – aliado à incapacidade das cidades e indústrias portuguesas em incorporar este exército de mão-de-obra –, a atração e possibilidade de ascensão social encontradas no Brasil explicam em boa medida a razão pela qual a grande maioria de emigrantes portugueses, por tanto tempo, se direcionasse para o Brasil. No entanto, não explicam inteiramente. A compreensão do fenômeno da emigração portuguesa para o Brasil também passa pela questão dos laços culturais e históricos entre os dois países, sobretudo a língua comum.

Para Pereira, o movimento emigratório português esteve fundamentado nas especificidades do capitalismo português, dependente e desigual em relação aos países industrializados da Europa. Como o setor manufatureiro não foi capaz de incorporar minimamente as levas constantes do campo, recorria-se como alternativa a saída para o exterior. Sendo o perfil da emigração portuguesa majoritariamente masculino, tanto solteiros quanto casados, a remessa era uma decorrência lógica do fenômeno, que, segundo esta autora, servia para encobrir os desequilíbrios estruturais da balança comercial e de pagamentos. Assim, se o resultado do capitalismo dependente e periférico português foi a prática de envio de remessas, com a sua permanência, contribuiu para o prolongamento dessas características da economia portuguesa.⁹⁹ Na outra ponta da corrente migratória, no caso o Brasil, as razões para a sustentação deste fenômeno se encontram na transição da mão-de-obra escrava para a livre e no processo de industrialização, além da política de incentivo à entrada de imigrantes praticada pelo Brasil. A proximidade cultural entre os dois países é mencionada como uma razão da emigração portuguesa ser direcionada para o Brasil – “a língua comum e a ilusão de uma civilização idêntica apareciam como facilitando a integração”¹⁰⁰ –, mas só que esta questão não é aprofundada pela autora.

De fato, a questão da proximidade cultural foi importante para elaboração da política imigrantista brasileira desde os fins do século XIX, servindo como um dos critérios de inclusão e exclusão de imigrantes. Esta política pressupunha uma hierarquia do fluxo migratório para o

⁹⁸ Pereira, Maria Halpern. *Op cit*, p. 111.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 23.

¹⁰⁰ *Ibidem*, pp. 25-32.

Brasil, que privilegiava aqueles procedentes de uma cultura “mais latina”, isto é, aqueles que se acreditavam mais assimiláveis ao Estado nacional brasileiro.¹⁰¹

Sobre o movimento imigratório entre Brasil e Portugal, Leite destaca como importante nesta relação a constituição de redes sociais e de parentesco que se situavam nas duas pontas do Atlântico. É a “família atlântica” um dos suportes das redes de sociabilidade entre os imigrantes portugueses, que informava as oportunidades de trabalho e também contribuía para a alocação do imigrante recém-chegado ao mercado de trabalho local.

A inovação tecnológica do transporte marítimo (troca dos veleiros pelas mais rápidas e confortáveis paquetes) e a maior regularidade das comunicações transatlânticas a partir de meados do século XIX forneceram importantes condições para o estreitamento dos laços das “famílias atlânticas”, contribuindo para a manutenção e expansão das referências sobre o Brasil, diminuindo, conseqüentemente, a aversão aos riscos implicados na decisão de partir de Portugal. Este autor salienta que o ato de emigrar envolvia um cálculo sobre a melhor possibilidade de partir, “confirmando uma ponderação de riscos e oportunidades que só seria possível com a disponibilidade de informação adequada”.¹⁰²

A própria recorrência da corrente migratória estabelece os nexos de continuidade entre as gerações de imigrantes, sendo que a geração mais nova poderia recorrer aos contatos e às experiências da geração anterior de imigrantes.¹⁰³ Ou seja, a antiguidade das relações migratórias estabelecidas entre o lugar de origem e o local de destino, conjugadas com a sua estabilidade através no tempo, é, além de ser um esteio para a consolidação das redes sociais e parentais que operavam em nível transatlântico, uma condição significativa para explicar a “preferência” dos portugueses pelo Brasil, que também estava imediatamente relacionada aos laços históricos e culturais entre Brasil e Portugal.

Como a questão da imigração portuguesa para o Brasil foi peculiar em relação aos outros movimentos migratórios, devido ao volume e a contigüidade temporal do fenômeno, a discussão das linhas mais gerais da emigração portuguesa – recorrendo a textos que tratam de períodos anteriores ao salazarismo – é importante para nos atermos aos elementos de continuidade

¹⁰¹ Esta orientação estava vinculada ao temor, por parte do Estado brasileiro, da formação de “quistos raciais”, constituídos de imigrantes de culturas “inassimiláveis” – o exemplo mais notório eram os alemães – que poderiam colocar em risco a integridade nacional. Esta preocupação, presente na Primeira República, foi reforçada no Estado Novo varguista. Seyferth, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In Pandolfi, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1999, pp. 199-228.

¹⁰² Leite, Joaquim Costa. *Op cit*, pp. 178-184.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 180.

presentes nas políticas de emigração elaboradas pelo Estado Novo e as características do movimento migratório deste período.

Durante o Estado Novo português, o fluxo migratório para o Brasil sofreu fortes flutuações, com transformações ao longo dos anos. Houve uma forte retração durante os anos 30, devido às restrições de circulação de pessoas e mercadorias, e uma quase interrupção do fluxo durante os anos de guerra. A partir dos anos 50, houve uma retomada da emigração, mas tendo uma maior diversificação quanto ao destino. Ainda nos anos 50, o Brasil era o principal destino dos portugueses, perdendo este posto para a França somente a partir de meados dos anos 60. Nos anos 70, mais especificamente após a imediata derrocada do regime salazarista, houve um significativo deslocamento para o Brasil de quadros administrativos e empresariais vinculados ao Estado Novo, mas teve fôlego curto e, logo com a normalização da situação política em Portugal, retornaram. Nos anos 80 em diante, temos a reversão da corrente migratória, com os brasileiros emigrando para Portugal.¹⁰⁴

Durante o regime, as características da emigração permaneceram praticamente inalteradas: perfil jovem e masculino (entre 15 e 29 anos), fundamentalmente de origem rural, mais especificamente da região ao norte do rio Tejo (Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada e Funchal) e as ilhas dos Açores e da Madeira. Entre 1946 e 1973, quase dois milhões de portugueses deixaram o seu país, sendo que mais de um milhão saíram após 1960 – “nunca em tão espaço curto de tempo saíram tantos portugueses”.¹⁰⁵

Segundo Rosas, o empobrecimento e o risco de proletarização dos pequenos proprietários e rendeiros camponeses foram as causas principais para a emigração neste período.¹⁰⁶ Lobo salienta que o fenômeno da emigração permaneceu correlacionado com o êxodo rural, pois “havia, portanto, poderosos fatores de expulsão do campo e o desenvolvimento industrial não eram suficientes para absorver o excedente rural, nem o trabalho sazonal nas grandes propriedades do sul”.¹⁰⁷

Quanto à política de emigração do Estado Novo, observamos que o regime manteve o padrão de administrar o fenômeno migratório, dado a sua inexorabilidade, incentivando a ida de

¹⁰⁴ Lobo, Eulália. *Op cit*, p. 227.

¹⁰⁵ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 421.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 421.

¹⁰⁷ Lobo, Eulália. *Op cit*, p. 228.

portugueses para as suas colônias ultramarinas e desencorajando a emigração por famílias, já que esta última não se revertia em remessas. Para controlar a saída de emigrantes e valer os desígnios da política estatal, foi criado, em 1947, a Junta da Emigração.¹⁰⁸

Além da tentativa de controlar e organizar a corrente migratória, o Estado salazarista concentrou esforços no sentido de manter e aproximar os laços do imigrante com a nação, o que, em última instância, significava estreitar os laços com o regime.¹⁰⁹

Heloísa Paulo afirma que o salazarismo recuperou a imagem do emigrante no imaginário social português. Nesta perspectiva, o emigrante foi comparado aos heróis navegantes do passado, incumbido de levar para o mundo os “valores portugueses e cristãos”. A emigração seria então equivalente a uma “missão civilizadora”, e o emigrante seria o continuador da saga dos “ilustres e gloriosos” antepassados. Na prática, a intenção do regime era, além de manter os laços, tornar o emigrante um difusor dos feitos do Estado Novo. Para isso, o regime recorria à adesão dos centros de sociabilidade da colônia portuguesa no Brasil, como as associações recreativas, os ranchos folclóricos e as sociedades beneméritas. Além disso, a propagação da mensagem do regime contava com o auxílio dos rádios e jornais produzidos na colônia portuguesa do Brasil. Isso se devia ao fato de “o Brasil, ‘filho dilecto’ de Portugal, possuindo a maior colônia portuguesa no estrangeiro, é, sem dúvida, o maior alvo da propaganda e da ação do salazarismo”.¹¹⁰

Retomando ao tema da formação (e a sua importância) das redes de sociabilidade no projeto migratório, verificamos que os portugueses aqui entrevistados estavam inseridos dentro de redes sociais informais que contribuía para viabilizar a vinda para o Brasil.

Quase todos os imigrantes do grupo de entrevistados afirmaram que o ato de emigrar contou, de algum modo, com a participação da família ou de amigos, que podiam estar em Portugal ou no Brasil. Do grupo de catorze entrevistados, somente dois não contavam com parentes instalados no Brasil ou fizeram a travessia do Atlântico sozinhos.

A maioria dos imigrantes era do perfil jovem solteiro no momento da partida. Nesses casos, a intermediação de um parente residente no Brasil, que poderia fornecer abrigo nos primeiros dias e a “carta de chamada”, era mais frequente. Em alguns casos, o próprio pai se

¹⁰⁸ Paulo, Heloisa. *Op cit*, p. 77.

¹⁰⁹ O salazarismo operou uma justaposição entre pátria e regime, que consistia em envolver o Estado com a aura “sacra” da pátria. Servia também para desqualificar os opositores como “traidores da pátria”. Silva, Douglas. *Op cit*, p. 64.

¹¹⁰ Paulo, Heloisa. *Op cit*, pp.51-57.

encontrava no Brasil e viabilizava a vinda. Como fica explícito na passagem a seguir, o ato de emigração partiu de uma ordem do pai:

Eu emigrei para cá porque o meu pai já estava aqui. Meu pai já estava aqui, depois me chamou, aí eu vim e depois ele foi embora. Depois disso, ele voltou mais vezes. E eu, como vim para aqui e me casei aqui, fiquei aqui mesmo. [...] Porque ele mandou me chamar. Perguntou se eu queria vir para cá e aí eu vim. Porque nunca tinha passado pela minha cabeça vir para cá.¹¹¹

Outro ponto evidenciado no fragmento acima é a manutenção dos laços hierárquicos no interior da família atlântica, mesmo com a distância: mesmo longe, o pai não perde o papel ascendente e prevalente sobre os filhos. Além disso, percebe-se a mobilidade dos membros da família atlântica, a facilidade relativa de cruzar o oceano, que é um indicativo da consolidação das redes sociais dos imigrantes portugueses, cuja própria antiguidade engendra o movimento migratório. Podemos perceber, no trecho a seguir, o grau de mobilidade do circuito migratório Portugal-Brasil, possível pela longevidade das relações desse tipo entre os dois países:

O meu pai veio pra aqui [Brasil] em 1935 à primeira vez. Veio solteiro. Aí depois foi pra lá [Portugal] em [19]40, ficou aqui cinco anos. Foi pra lá em [19]40. Ele namorou a minha mãe e casou, em [19]42. Meu irmão nasceu em [19]44 e eu sou de [19]45. Mas, em [19]50, ele voltou para aqui outra vez, veio pra aqui.¹¹²

É curioso observar como certos fatos de natureza diversa dos motivos econômicos estiveram presentes no fenômeno migratório. A geração dos imigrantes abordados nesta pesquisa foi afetada também pela guerra colonial na África e pelo recrutamento militar. Dos catorze entrevistados, três alegaram o temor por esses motivos acima como razão para emigrar, e, segundo um entrevistado, a fuga do “quartel” foi generalizada em sua aldeia, pois “Todo mundo dando pé naquele tempo por causa disso. Não fui só eu, foi um caminhão”.¹¹³

Para concluir a questão das redes sociais transatlânticas, a “carta de chamada” era um instrumento que reforçava essas redes, já que era obrigatório esse expediente burocrático para emigrar. Além de servir como garantia de emprego nos primeiros tempos, a carta de chamada fortalecia e mantinha os laços entre os portugueses emigrados e os seus parentes que permaneciam na aldeia, pois quem a concedia eram parentes ou amigos estabelecidos no Brasil,

¹¹¹ Lopes, Manoel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 27 ago. 2005.

¹¹² Fernandes, Armênio. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

¹¹³ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

cujos critérios de envio eram freqüentemente a confiança e a autoridade (nesse caso, aquela autoridade exercida pelo pai sob os filhos).¹¹⁴

¹¹⁴ Freitas, Caroline. *A arquitetura de um projeto migratório: representação, memória e “cosmologia salazarista” entre imigrantes portugueses em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 75.

CAPÍTULO 2: O “SER PORTUGUÊS”

Neste capítulo, discutiremos o conceito de identidade e de que modo este se relaciona com o salazarismo. Optamos neste capítulo, como no anterior, pela divisão em três itens, onde se procurou obter uma ordenação que delinear uma progressão lógica.

No primeiro momento, vamos discutir mais propriamente o conceito de identidade e também expor os distintivos culturais que os imigrantes estudados neste presente trabalho exibem.

Dessa forma, vamos analisar a construção do “ser português”, com base em uma discussão conceitual do termo identidade, principalmente focando duas concepções básicas. A primeira aborda a identidade como derivativo próprio e elementar de uma cultura, sendo, portanto, uma concepção primordialista de identidade. A segunda concepção é relacional e se constitui através das interações sociais entre os grupos. O importante, nesta concepção, não é tanto o conteúdo dos atributos culturais, mas sim a constituição de uma fronteira entre os grupos. Assim, a identidade sendo relacional permite concebê-la de forma dinâmica, lidando melhor com as suas contradições internas e também com o seu desenvolvimento histórico. Por essas razões, a base de nossa análise será construída a partir da concepção relacional de identidade.

Não deixaremos de ressaltar, portanto, que a identidade tem conexões diretas com o contexto social onde os atores se posicionam, tanto de ordem normativa quanto material. A discussão conceitual será realizada a partir da interpretação do discurso dos entrevistados.

Em seguida, iremos abordar a questão da diferenciação dos portugueses em relação aos brasileiros, que se constituem como um grupo identitário singular no Brasil. Essa questão é pertinente, tendo em vista a presença recorrente, tanto no senso comum quanto nos meios intelectuais, do discurso da “irmandade”, que alega a existência de uma cultura luso-brasileira, una em sua natureza, que unifica sob um mesmo matiz ideológico os portugueses e os brasileiros. O problema desta visão é que tende a negar a tensão própria da relação entre os dois países, que aflorou em certos momentos críticos. Portanto, o objetivo principal desta seção é demonstrar que os portugueses se configuram como um grupo distinto e que as suas referências para demarcar seu espaço identitário se encontram no seu lugar de origem, Portugal.¹¹⁵

¹¹⁵ Sobre a questão das relações luso-brasileiras e suas ambigüidades, ver: Gomes, Artur. *Sob o signo da ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em

Por fim, a última seção se concentrará na discussão em torno da nação e do nacionalismo, buscando, em seguida, relacionar tal discussão à problemática do salazarismo.

Uma das questões principais que está presente neste tema é a “antiguidade” da nação, ou melhor, a questão se esta possui certa continuidade no tempo ou se é um constructo moderno, um dado historicamente recentemente. Smith (1997, 2000) é crítico quanto à idéia de que a nação seja um fenômeno inteiramente recente, construído somente nos termos da modernidade, sem qualquer lastro ou continuidade com laços étnicos anteriores, de comunidades pré-modernas. A segunda perspectiva, que é partilhada por Hobsbawm (1990,1997), Gellner (1993, 2000) e, em certa medida, por Anderson (2006), concebe a nação (e seus elementos correlatos) como um fenômeno típico da modernidade. Nesta perspectiva, a nação pode assumir um caráter funcional, fornecendo respostas aos desafios e às questões colocados pela modernidade – desde a necessidade de construir todo o arcabouço social e político para operacionalizar a nascente sociedade industrial (Gellner, 2000) –; ou a nação ser resultado da necessidade de estabelecer novos tipos de legitimidade dos governantes perante aos seus governados, dentro de um contexto de emergência da política democrática e o concomitante enfraquecimento dos antigos laços de lealdade (Hobsbawm, 1990).

Realizaremos também uma análise da relação entre identidade nacional e a política salazarista neste campo: a apropriação da mística nacional pelo salazarismo, que implicava na transformação de elementos relacionados ao mundo camponês em símbolos nacionais. Um dos conceitos-chave para pensar a reelaboração da nação portuguesa sob o salazarismo é a noção de regeneração nacional, sintetizada no termo reaportuguesamento. Essa idéia tinha uma ligação unívoca com o significado de tradição pensado pelo regime, que sustentava que Portugal foi desviado do seu destino “honroso”, sendo o papel do regime reencontrar a “nação consigo mesma”, realizar o “retorno às origens”. Isso justificaria, na ótica do salazarismo, todo o esforço empreendido na manutenção do Império ultramarino, símbolo tangível da “glória” passada. Neste ponto, os trabalhos de Heloísa Paulo (2000) e Melo (2001) serão importantes para pensar esta reelaboração dos símbolos nacionais empreendida pelo regime de Salazar, especialmente no que diz respeito à incorporação de certos elementos do mundo camponês pelo discurso oficial, que

envolvia necessariamente um processo de depuração, onde se visava retirar do mundo camponês aqueles elementos próximos à visão de mundo e dos interesses políticos do regime salazarista.

2.1 A composição do “ser português”: valores camponeses e cristãos

Nesta seção, analisaremos a forma como se apresenta a identidade dos imigrantes portugueses que estamos estudando. De maneira geral, verificamos que valores e trejeitos sociais ostentados por este grupo têm como fonte comum o lugar de origem camponês e a trajetória de suas vidas como imigrantes. Entretanto, antes de tratar do modo como esses portugueses apresentam a sua identidade, será pertinente uma discussão conceitual do termo identidade, abordando duas concepções principais: a primordial e a relacional.

Como o próprio nome denota, a concepção primordialista pressupõe que a identidade é uma formação elementar, com um “núcleo duro” que permanece constante ao longo do tempo. Geertz, de acordo com a sua perspectiva de cultura, é um representante desta vertente.

Este autor aborda em seu artigo *Primordial Ties* a existência de duas forças irreconciliáveis, estando permanentemente em tensão, a saber: o nacionalismo do Estado moderno; e, o que o autor nomeia, os laços primordiais, que seriam as comunidades nucleares, organizadas em torno de redes de parentesco e sangue, língua, religião, mitos de origem e cultura própria.¹¹⁶

A história do século XX presenciou o recrudescimento desse embate, principalmente no momento da descolonização e do surgimento de novas nações na África, Ásia e Oceania. O Estado moderno, com a sua ação homogeneizadora e padronizadora, procurou diluir essas particularidades culturais, já que, em sua ótica, comprometeriam a formação da unidade nacional. No entanto, quando o Estado nacional não se materializa como uma realidade política viável ou fracassa em seus desígnios, podem surgir como alternativa política aqueles “afixamentos primordiais”. Esta perspectiva sugere que as identidades são entidades permanentes, mais ou menos imutáveis, que, neste caso, se mantêm em estado de latência e florescem em momentos de crise.¹¹⁷

¹¹⁶ Geertz, Clifford. *Primordial ties*. In J. Hutchinson; A.D. Smith (Eds.). *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 41.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 42.

Esta noção de identidade é uma derivação, de certa maneira lógica, da perspectiva de cultura construída por Geertz. Cultura é uma entidade que não pode ser explicada por um observador externo, pois ela se explica por si mesma. O antropólogo pode, no limite, interpretar os seus elementos significantes.

O autor, endossando a idéia weberiana de que os homens estão imersos em teias de significados por eles mesmos criados, concebe uma noção de cultura estritamente no plano simbólico e semiótico.¹¹⁸ A cultura é a organizadora da vida social humana, dando o molde, até mesmo, à estrutura biológica do homem. É o que constitui o homem tal qual o reconhecemos. Existe, então, uma simbiose entre o homem com os seus sistemas simbólicos, sendo estes últimos não apenas meros reflexos da existência humana, mas sim o pré-requisito para a realização desta.¹¹⁹ Mas não é somente uma cultura, mas várias que constroem o homem.

Nesse ponto, se encontra uma idéia bem cara a Geertz: a multiplicidade cultural. Sendo a cultura um campo de codificação comum dos seus signos, aqui se encaixa a idéia de indeterminação do significado de um gesto, onde somente o membro da cultura tem acesso em primeira mão. Na verdade, a significação daquele gesto já chega em segunda ou em terceira mão ao antropólogo. O sentido e o significado das estruturas simbólicas de uma cultura encontram-se no seu interior. A generalização de uma análise, portanto, é pertinente quando emerge do interior da estrutura semiótica de uma cultura, e não o contrário.¹²⁰ Esta perspectiva é a substância da crítica de Geertz às tentativas do pensamento ocidental clássico de estabelecer uma natureza humana universal, onde as variações culturais e particulares seriam “uma questão de indumentária e aparência” sobre a superfície de uma verdadeira essência humana. Se pudéssemos eleger uma universalidade humana, esta seria a variedade cultural humana.¹²¹

Entretanto, a sua idéia de cultura (e, por conseguinte, de identidade) possui uma dificuldade inerente em lidar com o tempo histórico.¹²² Pois a cultura como uma unidade particular, que se explica por si mesma (só pode ser dessa maneira se permanecer imutável), cria uma armadilha lógica que embota a dinâmica e a transformação contidas na cultura.

Um contraponto importante se encontra na concepção relacional de identidade. Os atributos que a distingue são mais fluidos, onde a dinamicidade dela pode ser bem mais

¹¹⁸ Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, p. 15.

¹¹⁹ *Ibidem*, pp. 59-61.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 36.

¹²¹ *Ibidem*, p. 48.

¹²² Cardoso, Ciro. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: Edusc, 2005, pp. 268-269.

dimensionada. Barth é um dos representantes dessa vertente, cujo conceito de identidade enfatiza não o conteúdo cultural, mas a formação de uma fronteira e a sua manutenção entre os grupos identitários.

Segundo este autor, a identidade (no caso, étnica) se organiza da seguinte forma: há uma identidade básica, que funciona como uma espécie de repositório, onde se acomodam os conteúdos culturais (estes sim, de natureza flexível). Estes últimos são divididos em dois tipos: “sinais e signos manifestos”, que são aqueles emblemas imediatamente visíveis que os atores externam para demarcar a sua identidade, como “vestimenta, língua, forma das casas ou estilo de vida em geral”; e “orientações valorativas básicas”, que, como o próprio nome sugere, são os referenciais morais que controlam e julgam a conduta dos indivíduos. Esses conteúdos culturais são acionados pelos atores de acordo com as interações sociais realizadas, omitindo ou enfatizando certos elementos, utilizando critérios de inclusão e exclusão. É a ação dos atores que organiza e estrutura a identidade, tanto que não é possível prever, a partir desta abordagem, quais os elementos (e como) serão utilizados pelos indivíduos.¹²³

Com base nesta característica centrada na ação social dos atores, os grupos étnicos são atributivos, pois eles são utilizados para “se categorizar e categorizar os outros” nos momentos de interação social. Desse modo, a interação social e a construção de uma fronteira étnica precedem à formação dos grupos étnicos.¹²⁴ Então, não são propriamente os traços culturais de uma identidade o principal, mas sim a forma como os atores sociais os utilizam nas relações com outros grupos.

Ao longo dos relatos das entrevistas, verificamos que certos traços são enfatizados para compor a imagem de imigrante e português. A primeira que será apresentada é a ética do trabalho duro, que está associada à idéia de sucesso na vida.

Como todos os imigrantes entrevistados têm uma origem camponesa, todos eles tiveram contato com o trabalho na infância, pois, no mundo camponês, como vimos anteriormente, a prole numerosa era uma estratégia de reprodução da vida social camponesa, para utilizá-la como mão-de-obra. Portanto, desde cedo o trabalho teve um papel central na trajetória de vida desses imigrantes.

¹²³ Barth, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In Lask, Tomke (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 32.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 32.

Uma entrevistada afirmou que “com sete anos estudávamos e trabalhávamos. Com sete anos... isso é, ele [o pai] obrigava a trabalhar, estudar e ir a missa, isso ele obrigava.”¹²⁵ Do mesmo modo como um outro entrevistado, que começou a trabalhar com oito anos de idade.

De maneira geral, a labuta no campo ou o exercício de outras atividades para compor a “renda” familiar (olaria e construção, por exemplo), impunham uma rotina pesada de trabalho, como ficam explícitas nas passagens a seguir: “Agora, para trabalhar, virava o dia todo e noite toda. Não parava de trabalhar. O dia todo e a noite toda”.¹²⁶ “Trabalhava muito, não sei se tinha vida”.¹²⁷ “Não tive infância. Fui criado de pequeno no trabalho, na agricultura, no trabalho. [...] Ficava lá, cuidando com as coisas da casa, [es]tá entendendo?”.¹²⁸ “Ah camarada, nem conheço a minha vida. Eram seis da manhã até às dez da noite.”¹²⁹

A partir desses pequenos relatos, observa-se que o trabalho é um elemento central na constituição da existência desses imigrantes, um critério destacado de julgamento de performances sociais. Neste ponto, o trabalho está vinculado à ascensão social, sendo a causa por excelência da realização desta última. A questão do fracasso, que é a antítese do ideal imigrante, não está distante e é um dos elementos que compõe a ética do trabalho imigrante.

Perguntado se conhecia casos de imigrantes portugueses que não ascenderam socialmente, o entrevistado retrucou:

Tem por aí. Antonio Correa veio aqui e não deu certo. [...] Viveu uma vidazinha muito precária. E tem por aí alguns que vivem aquela vidazinha no dia a dia e coisa. Eu graças a deus eu dei sorte na vida. Trabalhei muito. Trabalhei muito pensando que.... Dizer que todo mundo que vem para aqui e se dá bem, não. Tem muita gente... e você conhece muita gente que não se dão bem não. Vieram para aqui não se deram bem não. Como tem muito brasileiro que andou para frente, a vida deles foi para frente.¹³⁰

No trecho a seguir, a relação entre o sucesso e a vontade de trabalhar está mais explícita:

Você sabe, o imigrante quando sai do país dele, se não trabalhar, ele morre de fome. Ele tem que vir para lutar mesmo. Aquele que não lutar, já viu. Por que tem muita gente, português ruim de vida? Porque se encolheu, não trabalhou, não quis. Aí já viu. [...] Porque muita gente fala “ah, porque isso aqui não presta”, mas o cara não quer trabalhar. Trabalha que tem! Eu vim para aqui com 18 anos, estou com 75 e trabalhei todos, graças a deus!¹³¹

¹²⁵ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

¹²⁶ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

¹²⁷ Dantas, Manuel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 14 out. 2005.

¹²⁸ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

¹²⁹ Cruz, Antonio Alves. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 mar. 2007.

¹³⁰ Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.

¹³¹ Oliveira, Artur de. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 29 ago. 2005.

A ética do trabalho também serve para fundamentar uma posição de simpatia em relação ao salazarismo, como fica evidente nas próximas passagens:

Embora fosse um regime duro, mas era um regime com educação. Um regime que para alguns faltava alguma coisa, mas para outros não faltava. Que não faltava trabalho, todo mundo trabalhava, não faltava trabalho. E tudo isso, eu acho que ele não foi um mau governo, acho que ele foi um bom governo.¹³²

Tem muito português aí que era contra o Salazar, que era contra o Salazar. Não gostavam do Salazar porque era um regime que você tinha que trabalhar. Não podia ficar farreando por aí, aí de noite, com bagunça. O negócio era feio! E trabalhava. Tinha o seu direito de trabalhar, de ir e vir, mas era aquele... não podia andar de madrugada fazendo besteira aí não.¹³³

Outro ponto importante e demarcador da identidade desses imigrantes é a religião católica que professam. De todos os entrevistados, somente um diz que não é católico. Devido a certos problemas, como locomoção, falta de tempo e problemas de saúde, alguns entrevistados justificam a ausência nas missas. De modo geral, eles procuram freqüentar as missas aos domingos.

Essa maioria avassaladora de imigrantes católicos pode ser entendida como um dado banal ou natural, como fato redundante, já que estamos tratando de um país tradicionalmente católico, sobretudo em se tratando da área rural portuguesa. No entanto, incorremos no erro de criar uma imagem estereotipada do imigrante português, sem entender o modo que se construiu essa religiosidade entre os mesmos. Em primeiro lugar, o contexto da aldeia favorecia a inculcação do catolicismo.

No ambiente de aldeia, segundo os entrevistados, não havia outra religião a não ser a católica. “Lá a religião era a católica. Aqui no Brasil tem muitas religiões. Agora tem tudo lá. No meu tempo, a gente só conhecia a católica mesmo, é só a católica. Aqui no Brasil tem muitas, e algumas tem lá também.”¹³⁴ Outra entrevistada compartilha a mesma opinião:

Naquela época era todo mundo [católico]. E também se não fosse, não tinha outra religião. Era só aquela mesmo. Antigamente não tinha. Agora que têm outras religiões. Não sei se lá já chegaram.

¹³² Reigota, Valter. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 07 set. 2005.

¹³³ Oliveira, Artur de. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 29 ago. 2005.

¹³⁴ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

É um lugar pequeno, sabe? É um lugar muito pequeno. [...] É tipo uma família. Aquelas brigas entre uns e outros. É igual a irmãos quando brigam.¹³⁵

Apesar da hegemonia do catolicismo na realidade da aldeia, havia interstícios onde a “fé cristã” não alcançava. Esses espaços emergem de uma forma oblíqua na narrativa dos imigrantes, que também revelam a pressão social exercida pela Igreja e pela comunidade para combatê-los:

Dia de domingo, a missa, que eles chamam de missa das sete, era sagrada, todo mundo ia. Se você não fosse, aquele vizinho “não foi na missa, aquele lá é vagabundo”. Então todo o mundo ia para a missa. Todo mundo tinha que fazer a primeira comunhão, todo mundo tinha que... Isso a gente era obrigado a ir mesmo. Isso foi enquanto criança, depois chega a certa idade cada um vai para o seu lado. Eu com dezesseis anos eu fui para a marinha e ali tinha o capelão. A bordo do navio era capelão. Eu sempre viajei, então tinha o capelão. Tem missa a bordo do navio. Reza, ora, mas não é igual... A gente como criança, a gente freqüentava toda a coisa.¹³⁶

Freqüentava. Freqüentava porque havia um respeito muito grande pelos pais. Então, Deus me livre a gente não ir à igreja. Haveria uma tempestade lá em casa. [...] Tinham aqueles que não queriam ir, que não iam. Mas se não fossem eram comentados por todo mundo. Ainda mais que era rapaz novo, estava em idade de ir à igreja, não podia abandonar a igreja também. Não podia. Não gostava. Deus me livre eu não ir à missa, que a mãe ficava reclamando. Deus me livre! Eu podia ir para farra, vir de noite na farra, mas para a missa eu ia. Podia dormir na igreja, mas para a igreja eu ia. Hoje eu vou porque eu gosto e sempre gostei. Hoje eu acho que a gente necessita de uma hora para poder... Eu acho que a gente tem que ter uma hora para poder [ter] mais carinho, para poder servir a Deus.¹³⁷

Segundo o mesmo entrevistado, os indivíduos que se recusavam ir à igreja eram chamados “de maçônicos. No meu tempo era aquele... No tempo de criança, quem não freqüentava a igreja era maçônico”.¹³⁸

De maneira geral, quando indagados sobre a sua religião, os entrevistados respondiam com ar de que a pergunta era óbvia demais para ser respondida. O catolicismo é tão familiar que parece nas falas ser “espontâneo e natural”. Como vimos nas passagens anteriores, a religião era um elemento central no código normativo da aldeia. O trecho a seguir expõe a forma como as missas organizavam a vida na comunidade, além de ser um importante local de sociabilidade:

O domingo era certo. [Ir] aos domingos à missa. Ficava na porta batendo um papo, não podia trabalhar. Ficávamos batendo um papo, as moças todas. Ficávamos batendo um papo umas com as outras. Era bonito, eram muito bonitas as missas. Acho que agora não tem muita missa em

¹³⁵ Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.

¹³⁶ Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.

¹³⁷ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

¹³⁸ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

Portugal, sabe. [Es]tá meio fracassado. Em todo lado um fracasso, né. O povo é menos... depois o povo... sabe como que é, o povo naquela época era muito católico. Agora não.¹³⁹

Fazendo um pequeno aparte, dentro dessa questão do catolicismo português há uma imagem simbólica que une em si a devoção religiosa e a identidade nacional: a Nossa Senhora de Fátima. É uma figura freqüente nas casas dos imigrantes portugueses entrevistados, além de ser indissociável de Portugal. Mas esse fato não se deu naturalmente. Como argumenta Heloísa Paulo, a imagem da Nossa Senhora de Fátima passou por um processo, típico no Estado Novo, de conversão de símbolos e tradições de cunho regional em expressões da nacionalidade portuguesa. O culto à Nossa Senhora foi amplificado nos anos 50, com auxílio deliberado do regime, aumentando a sua dimensão emotiva e devocional.¹⁴⁰

A religião católica tem uma conexão com os valores sociais que são exibidos no discurso dos imigrantes, no que tange principalmente a conservação da família. Esses valores dizem respeito à questão da manutenção da ordem e da hierarquia, sintetizados na idéia de “respeito”. Por sua vez, esta noção de “respeito”, de certa forma, resume em si mesma aquelas relações sociais no mundo camponês, profundamente orientadas pela autoridade paterna.

Em referência ao discurso dos entrevistados, a ênfase desses valores tem uma conexão intrínseca com o contexto atual que estes vivenciam (geralmente fazendo menção à violência urbana). Como veremos no próximo capítulo, a memória dos imigrantes possui uma interface com as questões do presente, evidenciando que essas duas instâncias (memória e identidade) têm certa flexibilidade e têm correspondência com o contexto ao qual são expressas. Verificaremos nos trechos a seguir que o estado de tranqüilidade da antiga aldeia é o contraposto a uma desagregação desse mundo, cuja manutenção é associada ao regime salazarista:

A ditadura que eu me lembro é o seguinte: que a noite tinha que estar em casa todo mundo. Escureceu, tinha que chegar em casa todo mundo. E havia respeito. Hoje não há respeito nenhum. [...] Hoje há pouco respeito. Não é que tratam mal a ninguém aquele povo, mas não é como era no tempo da ditadura, não.¹⁴¹

No trecho abaixo fica explícita a relação entre a idéia de respeito e de autoridade paterna, apresentando-se praticamente como termos intercambiáveis. Como nos trechos acima, a garantia da permanência desse mundo é o regime salazarista.

¹³⁹ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

¹⁴⁰ Paulo, Heloísa. *Op cit*, p. 264.

¹⁴¹ Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

Naquele tempo, lá também não havia trabalho. Não teve trabalho. Muito pouco. No tempo de Salazar havia respeito. Mocidade... tudo bonito. Hoje aquilo lá [es]tá muito ruim. O negócio da mocidade [é] só se meter lá naqueles cafés. Naquele tempo nem havia café. [risos]. Eram umas tendas velhas. [...]. Dos meus 16 anos aos 19 foi o tempo que melhor eu tive na minha mocidade. Foi esse, dos meus 16 aos 19. Mocidade muito bonita. Passado muito bonito. Minha mãe dizia assim ao domingo: “tens que ir à missa e depois em casa”. Com 15 anos e 16 era isso assim. Hoje ninguém tem mais respeito à mãe e nem ao pai lá. Com 15 anos a 16, nem olham para o que a mãe faz. [...] Chamam a mãe e o pai de tu. ¹⁴² É uma pouca vergonha! Tu isso, tu aquilo. Perderam o respeito. ¹⁴³

Ao longo desses trechos expostos acima, demonstramos como os agentes sociais utilizam o repertório cultural de sua identidade na interação com outros grupos identitários. Como já foi mencionado anteriormente, isso remete à idéia de formação e de manutenção de uma fronteira entre os grupos, sendo isto o critério primeiro de exclusão e inclusão para o pertencimento a um grupo. Vale ressaltar este ponto, tendo em vista que a identidade não se constitui somente pelos elementos que distinguem o “ser português”, mas também pelos emblemas exibidos como efeito de diferenciação.

O argumento de Barth se fundamenta na crítica à escola culturalista tradicional, cuja premissa principal seria de que os grupos étnicos são constituídos e distinguidos pelos seus traços culturais particulares. A análise sobre esses grupos consistiria em inventariar as suas particularidades culturais, traçando o histórico das adaptações, a ecologia local e os “empréstimos seletivos” realizados com outros grupos. Nesta perspectiva, o importante é a realização de uma lista de caracteres culturais, estando ausente uma perspectiva relacional na constituição identitária dos grupos étnicos. Como coloca Barth, para essa escola “a manutenção das fronteiras não é problemática”. ¹⁴⁴ Portanto, a abordagem culturalista fornece um quadro estático, como uma fotografia, não colocando como questão a dinâmica dos encontros e das interações entre os grupos.

A despeito das suas considerações sobre a questão da modernidade, Bauman considera que a identidade e o pertencimento, diametralmente opostos do que esses termos sugerem, não são um afixamento eterno, têm transitoriedade e historicidade, passíveis de negociação. Ao contrário da idéia de identidade que se impõe como realidade inelutável e imutável, anterior ao indivíduo, o autor afirma a importância das ações e trajetórias dos sujeitos na construção e

¹⁴² O pronome “tu”, em Portugal, apresenta uma conotação informal.

¹⁴³ Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

¹⁴⁴ Barth, Fredrik. *Op cit*, pp. 25-28.

conformação da identidade e do pertencimento.¹⁴⁵ Para fundamentar este ponto, o mesmo autor retoma a idéia barthiana de fronteira étnica, para argumentar que as comunidades são derivadas do estabelecimento de fronteiras e não o contrário. A partir da demarcação do território que “os mitos sobre a antiguidade das fronteiras são inventados e as recentes origens culturais e políticas da identidade são encobertas por ‘narrativas de gênese’”.¹⁴⁶

A perspectiva de Hall segue este mesmo caminho teórico, na qual as identidades são fluídas, “sujeitas a uma historicização radical”. A identidade, nesta abordagem, não é constituída por um núcleo duro, estável, homogêneo e orgânico. Não existe, no limite, uma identidade principal e verdadeira, sendo as variações e as transformações explicadas pela existência de outras identidades mais recentes e superficiais superpostas à verdadeira. O critério de definição da identidade é exterior a ela, sendo constituída mais pela diferença e pela relação com o “outro” do que pelo seu conteúdo interior. Dessa forma, a identidade é uma formação atravessada por diferenciações e contradições internas, onde os seus conteúdos têm que ser “costurados” para se criar um efeito de homogeneidade.¹⁴⁷

Até o presente momento deste capítulo, está sendo adotada uma abordagem relacional do conceito de identidade, pois esta tem a vantagem comparativa de focar o aspecto historicista desta, destacando mais as transformações e as mudanças realizadas no seu interior. No entanto, as posições críticas de Cohen em relação ao trabalho de Barth, apresentadas a seguir, permitem vislumbrar outras variáveis que alargam a compreensão da noção de identidade. As críticas de Cohen podem ser divididas em três pontos principais.

A primeira crítica se direciona à premissa de que a identidade é moldada em primazia pela ação individual. A abordagem de Barth, que tem influência direta da perspectiva weberiana de ação social, presume que os “grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos atores sociais”.¹⁴⁸ Cohen argumenta que este tipo de abordagem não enfoca os efeitos e o poder de coerção do conjunto normativo sobre o grupo social, inclusive não dimensionando a “potência dos símbolos normativos” que podem ser utilizados pelo indivíduo para fortalecer a sua posição no interior do grupo. Assim como a crítica à premissa liberal de que

¹⁴⁵ Bauman, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 17.

¹⁴⁶ Bauman, Zygmunt. *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 21.

¹⁴⁷ Hall, Stuart. Quem precisa de identidade? In Silva, Tadeu (org). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006, pp. 108-109.

¹⁴⁸ Barth, Fredrik. *Op cit*, p. 27.

a sociedade é a soma dos indivíduos, o autor reafirma que um grupo étnico não é o somatório de ações e estratégias dos atores sociais.¹⁴⁹

O extremo da perspectiva que concede primazia à ação individual na constituição da identidade se verifica naquelas análises onde qualquer relação social exterior ao campo de ação do indivíduo é rejeitada. Neste caso, a identidade é produto exclusivo de escolhas individuais, se adequando convenientemente de acordo com as situações sociais que lida. Não há pressão normativa ou de qualquer outro determinante social na constituição da identidade. Assim, a “sociedade é reduzida ao agregado de identidades individuais”.¹⁵⁰

A outra crítica é referente à questão da identidade básica vislumbrada por Barth. Como vimos anteriormente, a identidade básica seria uma espécie de recipiente, onde os conteúdos culturais são alocados. Estes últimos são variáveis e dinâmicos, já que têm uma ligação direta com as interações sociais realizadas pelos atores, enquanto a identidade básica tem uma natureza fixa e estática. A crítica de Cohen se concentra nesta idéia de identidade básica, que, para este autor, é concebida de forma a-histórica e inata, funcionando como uma unidade auto-suficiente, à revelia de outras variáveis sociais.¹⁵¹

A terceira crítica – que na verdade é mais sugestão do que crítica – faz menção à necessidade teórica e analítica de considerar as relações econômicas e políticas no estudo sobre identidades. O autor afirma que variáveis como salários e a capacidade de prover educação, moradia e outros benefícios têm vinculação direta com a etnicidade.¹⁵² De fato, esta premissa está conectada com as duas críticas anteriores, cuja principal mensagem diz respeito às conexões causais que estão além da ação e da estratégia individual, como normas sociais e condições materiais de existência.

Por exemplo, como poderíamos dissociar a figura do imigrante português com o ramo do comércio varejista? Essa imagem soa de certa forma estereotipada, já que nem todos os portugueses que vieram ao Brasil podem ser classificados desta forma. Mas esta imagem corresponde àquela categoria de “imigrante econômico”, o sujeito com baixa instrução formal,

¹⁴⁹ Cohen, Abner. *Urban ethnicity*. London: Tawistock, 1974, p. XIII.

¹⁵⁰ Malik, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e louvação da diferença. In Wood, Ellen; Foster, John (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 125-127.

¹⁵¹ Cohen, Abner. *Op cit*, p. XII.

¹⁵² *Ibidem*, p. XV.

geralmente de origem rural e que busca ascender economicamente no Brasil.¹⁵³ Do grupo de entrevistados, todos assumiram (exceto duas mulheres casadas) uma posição patronal ou trabalharam por conta própria – ao menos uma vez nas suas trajetórias profissionais no Brasil.

Um dos entrevistados, para justificar o fato de que nem todos os portugueses alcançaram sucesso profissional, afirmou que “se todo mundo fosse rico, não haveria ninguém para trabalhar. Todo mundo ficava... tem que haver o rico e tem que haver o pobre”.¹⁵⁴

Esse discurso patronal também pode se revelar na lembrança de um momento crítico, como foi para um imigrante o desenrolar da Revolução dos Cravos. Para ele, a revolução foi negativa porque “os empregados [estavam] a ponto de virarem patrões [e] as empresas de ônibus foram tomadas”. Além do mais, “éramos mal atendidos nos restaurantes e nem podíamos reclamar” e “as autoridades [policiais] não tinham.”¹⁵⁵

Desse modo, o uso do conceito de identidade deve privilegiar também variáveis que vão além do simbólico e cultural, pois as condições materiais se revelam como importantes critérios de organização da identidade. Colocadas nesses termos, as críticas de Cohen complementam e enriquecem a importante contribuição da abordagem relacional sobre identidade, tomando a identidade não como uma unidade fixa no tempo, cujos atributos culturais são os seus definidores principais, mas enfocando a questão da diferenciação e das transformações pelas quais sofre um grupo identitário.

2.2 A manutenção dos laços com o lugar de origem

Nesta seção, abordaremos com mais afinco a relação entre portugueses e brasileiros, a partir da premissa de que os portugueses se constituem como um grupo identitário distinto no Brasil, embora exista um discurso em prol de uma “comunidade luso-brasileira”. Esse fato permite analisar a permanência dos laços desses portugueses com a sua pátria de origem, a manutenção de sua identidade enquanto portugueses, dentro de um quadro de relações entre brasileiros e portugueses marcado pela ambigüidade.

¹⁵³ Sobre este tema, ver: Douglas, Silva. O Portugal Democrático: uma resistência pertinaz. *Convergência Lusítada*. nº 19. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

¹⁵⁴ Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.

¹⁵⁵ Lopes, Manoel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 27 ago. 2005.

O passado de colônia e metrópole, a decisiva influência portuguesa na constituição da nacionalidade brasileira e a língua em comum contribuíram para construir a imagem de uma comunidade luso-brasileira, indiferenciada e que compartilha a mesma cultura. Muito presente no senso comum, esta “retórica da irmandade” trata os dois países como “pátrias-irmãs”, reunidas sob um espaço cultural comum, denominado de “luso-brasileiro”.¹⁵⁶

Segundo Lima, a inserção dos portugueses no Brasil é orientada pela manutenção de suas identidades como portugueses. Estes se configuram no meio societário brasileiro como um grupo étnico distinto. Com a independência política do Brasil, há uma transformação do status do português neste país: se antes os portugueses se constituíam como o “grupo étnico colonizador”, passam a ser, após a formação do Estado nacional brasileiro, um “grupo étnico minoritário”. Mas os portugueses, mesmo com a mudança de status no Brasil, continuam a se reconhecer e a serem reconhecidos como portugueses. A autora aponta dois mecanismos para a reprodução dos portugueses como grupo étnico no Brasil: uma por via da imigração, sendo fonte de novos “membros para o grupo étnico”; e o outro modo é representado pelas associações portuguesas, locus privilegiado de reprodução dos costumes lusitanos, portador das insígnias que os definem como portugueses, “visando a sua coesão e manutenção como grupo.”¹⁵⁷

No entanto, essas divisões distintivas entre brasileiros e portugueses são comumente encobertas pela “retórica da irmandade”, uma imagem presente no senso comum e no pensamento social brasileiro, sobretudo na obra de Gilberto Freyre, que frequentemente é utilizada pelas associações portuguesas.¹⁵⁸ Podemos averiguar certos paralelismos entre o discurso dos imigrantes e a idéia de irmandade entre as duas nações, pois é enfatizado o bom relacionamento com o brasileiro, como pode ser notado nestas passagens abaixo:

Olha, os brasileiros são... gosto também do Brasil. Dão apoio bastante para gente. Eles dão bastante apoio para gente. Tenho bastantes amigos. [...] Tenho bastante contato com brasileiros. Acho que todo mundo que tem comércio... sei lá, suas feiras. [...] Para quem tem comércio. [...] A convivência realmente são eles. São amigos. Sempre gostam da gente. É muita convivência. Se não fosse, não estaria tantos anos aqui. Muitos anos [risos]. São muitos anos. Já estou com 31 [anos] aqui.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Gomes, Artur. *Op cit*, p. 3.

¹⁵⁷ Lima, Maria Beozzo. *A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1973, pp. 14-15.

¹⁵⁸ Gomes, Artur. *Op cit*, p. 58.

¹⁵⁹ Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.

Vou lhe dizer uma coisa, eu tive grandes amizades aqui no Brasil. E naquela época, eu como não tinha ninguém aqui, cheguei aqui e as pessoas me tratavam com carinho, com coisa... Para mim... achei um pessoal bom. Eu vou dizer uma coisa, um pessoal que eu achei frio e calculista é América. Eu não gosto daquele pessoal de lá.¹⁶⁰

Na passagem a seguir é interessante notar que a referência aos brasileiros remete imediatamente à questão racial, onde há uma associação direta entre brasileiros e negros:

Tinha gente lá no Porto [cidade portuguesa] que dizia: “ah, não vou acostumar com essa gente”. Ah, eu nunca tive... Como é que se diz? Racismo não. Pra mim é tudo igual. Tem gente de cor muito boa, tem gente branca que não presta. [...] É tudo a mesma coisa, depende da pessoa. Eu nunca tive racismo não. Não ligo muito para racismo não. Sempre tive contato. A gente andava nas aulas. Sempre tive contato, quando aprendi a costura. Sempre tive contato.¹⁶¹

Mas, por outro lado, em uma mesma entrevista coexiste tanto a alegação de bom relacionamento com os brasileiros quanto a reafirmação das diferenças em relação a estes:

Eu trabalhava em fábrica, tinha muito [contato com brasileiros]. Eu tive a felicidade de ter uma pensão que eu comecei a ir. Era de portugueses. Então eu tive uma facilidade em relaxar. Relaxar e na comunicação, porque era a mesma. [...] Têm diferenças, é claro que têm. Tem diferença no tratamento e até no modo de cozinhar. Você vem de lá acostumado a uma comida, chega aqui e encontra outra. Não tive dificuldade porque encontrei uma pensão onde ela era portuguesa. Então não tive dificuldade não. [...] Ah, sempre me dei bem. O sonho da minha família era que eu fosse para lá [Portugal], mas hoje eu não vou. Não vou porque eu gosto muito daqui.¹⁶²

Nesse trecho é perceptível a ambigüidade característica das relações entre brasileiros e portugueses, onde a idéia de “irmandade” convive com a demarcação das diferenças entre os dois. Como Gomes argumenta, essa ambigüidade deriva historicamente das relações coloniais entre Brasil e Portugal, onde, ao mesmo tempo, torna os entes desta relação próximos – pela herança cultural dos portugueses presentes no Brasil – e distantes – pelos conflitos inerentes ao passado colonial e as disputas pelo mercado de trabalho entre imigrantes portugueses e brasileiros. A ambigüidade pode ser visível “na dificuldade de cada um ver o outro como diferente”.¹⁶³

Como foi colocado acima, podemos observar que as relações luso-brasileiras foram, ao longo de sua história, pontuadas por tensões e conflitos. Desde os distúrbios que marcaram o

¹⁶⁰ Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.

¹⁶¹ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

¹⁶² Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

¹⁶³ Gomes, Artur. *Op cit*, p. 3.

processo de independência do Brasil – como, por exemplo, entre as tropas portuguesas no Brasil, que não reconheceram a independência, e os brasileiros –, passando pela transição do trabalho escravo para o livre, até as brigas diplomáticas dos anos 90,¹⁶⁴ esses conflitos indicam a existência de uma tensão latente nas relações entre Portugal e Brasil, que expõem de forma mais dramática os marcadores das diferenças entre os dois. A passagem a seguir expõe certos estereótipos atribuídos aos brasileiros, que emergem em situações de crise:

Porque quando eu fui lá em [sic] Portugal pra passear, em [19]82, eu vinha dentro do avião e eu já estava acostumado à raça aqui, porque aqui é livre. Eu já [es]tava acostumado. [...] Quando seguimos no avião para Portugal, eu vi uns caras muito folgados, uns portugueses muito folgados. E ainda eu falei assim para eles: “o que me parece que isso aqui [es]tá pior do que com era com Salazar”. Então, porque há uma certa falta de respeito, [es]tá entendendo? Há uma certa falta de respeito. Então a gente não é... Eu já tenho idade, e o que eu vejo hoje as pessoas não se respeitam mais. Difícil! Você chega no [sic] colégio não respeitam o professor ou a professora. [Es]tá todo mundo igual. Então, naquela época havia um certo respeito e hoje já não há mais.¹⁶⁵

Percebe-se que a base de comparação utilizada neste episódio se concentra em certos defeitos supostamente comuns aos brasileiros, de uso corrente, só que utilizados e visíveis nestes momentos críticos.

Portanto, verificamos, para além dos postulados da “retórica da irmandade”, que os portugueses se constituem um grupo identitário distinto no Brasil e que a sua base para demarcar esta diferenciação tem como fonte a pátria e a aldeia de origem.

O vínculo que os imigrantes mantêm em relação a Portugal se apresenta sob várias formas, por meio de viagens a Portugal, telefonemas e cartas a parentes, jornais e programas de TV portugueses e associações recreativas portuguesas – outro modo também importante de vínculo com Portugal se realiza na articulação da memória sobre o local de origem dos imigrantes, mas esse tema será desenvolvido no próximo capítulo.

De todos os membros do grupo, a minoria lê regularmente os jornais produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro ou frequenta assiduamente clubes recreativos portugueses. Podemos dizer que somente três são ou já foram sócios de clubes portugueses da localidade. Um número maior afirma que frequentava esporadicamente estes clubes. A leitura de jornais portugueses também é intermitente, sendo fonte principal de notícias sobre Portugal os programas de TV e os telefonemas a parentes.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 90.

¹⁶⁵ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

De modo geral, a viagem a Portugal é a forma que recobre todo o grupo observado. Temos exemplos do Sr. Manuel Lopes, que viajou sete vezes a Portugal; do Sr. Manuel Dantas, que viajou onze vezes; e do Sr. Joaquim Abreu, que já viajou vinte e duas vezes. Afirmaram ainda que possuem parentes lá, dos mais variados graus de parentesco: irmãos, pais, cunhados e primos. Como ainda possuem familiares em Portugal, no caso típico da família transatlântica, há a possibilidade de serem constantemente reatualizados os laços com a pátria distante, podendo fornecer notícias e servir de base para futuras idas a Portugal.

2.3 A identidade nacional e o salazarismo

Argumentamos que a identidade dos imigrantes portugueses analisados nesta pesquisa é uma instância flutuante, que possui conexões com o contexto que lhe é exterior. Um importante elemento na composição do “ser português” é a sua própria nacionalidade. Isso remete, logicamente, à constituição da nacionalidade portuguesa durante o período salazarista, sobre o qual os entrevistados tiveram vivência direta.

Dessa forma, entra em discussão a questão da identificação e da fidelidade à nação, a forma como a simbologia desta e seus termos correlatos são construídos e articulados. Portanto, discutiremos brevemente a natureza da nação e de seus elementos derivados, principalmente em torno da questão da modernidade da mesma. Este ponto é importante, na medida em que esclarece o modo como se dão os nexos entre os homens e esta entidade recente na história humana, nomeada de Estado-nação.

Dos autores aqui abordados sobre a questão da nação, Gellner seguramente é aquele que mais enfatiza a modernidade da nação. Basicamente, a origem histórica dela situou-se no contexto de transição das sociedades “agro-letradas” para as industriais. Certamente que essas sociedades são categorias analíticas formuladas pelo autor, que, para efeito de explicitar a abordagem do mesmo, serão brevemente apresentadas.

A sociedade agro-letrada é fundamentalmente hierárquica e coercitiva, onde os estamentos sociais são rigidamente fixados. Como a provisão de recursos neste tipo de sociedade é severamente limitada e inelástica, todo o aumento produtivo favorece quem está bem posicionado hierarquicamente e não o produtor direto. Por isso que o mais importante é a manutenção de um bom lugar na escala hierárquica. Por conseqüência, existe um grande hiato

entre a cultura “superior” e a “inferior”, ou seja, de um lado o mundo alfabetizado e com acesso ao conhecimento formal da nobreza e dos estratos eclesiásticos e, do outro, uma miríade de culturas particulares, onde a heterogeneidade cultural é estrutural. Gellner argumenta que esse “pluralismo” cultural é politicamente funcional, pois permite que as posições sociais sejam mantidas e visíveis para todos.¹⁶⁶

Nas sociedades industriais, o crescimento contínuo da produção econômica é um dado estrutural. Dessa maneira, há um esforço deliberado para se criar uma cultura unificada e que tenha uma codificação em comum, que seja operacional e difundida por toda a sociedade, pois isso seria necessário para a criação de uma massa de mão-de-obra apta a trabalhar na indústria. Para isso é necessária a criação de uma ampla estrutura de ensino formal, cujo promotor capacitado é o Estado, dado o custo e o gigantismo deste empreendimento. A condição necessária para a viabilização dos Estados nacionais é a formação da sociedade industrial, culturalmente homogênea.¹⁶⁷

A partir desta premissa, conclui-se que a nação é uma construção exclusiva da modernidade, já que a sua materialização está condicionada ao surgimento de um quadro tipicamente moderno. O que denota mais ainda a sua modernidade é a afirmação de que o nacionalismo cria a nação, e não o nacionalismo como derivado desta. O nacionalismo é um movimento político propício em um contexto de homogeneização e codificação geral de uma cultura – cujo processo é garantido através da formação de um sistema educacional básico difuso, abrangente –, onde os limites dela se tornam discerníveis em sua unidade, ao contrário do pluralismo cultural do passado. O nacionalismo, portanto, é a consubstancialização política da reivindicação dessa unidade cultural, que se torna nacional. Para Gellner, a nação é contingente, mas o nacionalismo não.¹⁶⁸

Embora o quadro e as tipologias de Gellner se apresentem de forma bem funcionalista, a sua argumentação principal indica que a nação surge da ruptura promovida pela nascente sociedade industrial e moderna. Em maior ou menor grau, as outras interpretações que serão apresentadas (com a exceção de Smith) apontam para esta posição: a nação e o nacionalismo são fenômenos típicos e possíveis na modernidade, pois apresentam aspectos funcionais a ela.

¹⁶⁶ Gellner, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In Balakrishnan, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, pp. 108-113.

¹⁶⁷ *Ibidem*, pp. 114-119.

¹⁶⁸ Gellner, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, pp. 88-89.

Para Anderson, a nação é uma forma inédita de uma comunidade política imaginada, historicamente situada, que se estabelece no interior de um processo de enfraquecimento de antigas formas de lealdade, vinculadas principalmente a duas grandes vertentes: os laços que emergem das grandes religiões universalistas – como, por exemplo, o cristianismo e o islamismo – e da relação entre monarcas – “que eram pessoas distintas dos restantes humanos e que governavam segundo uma espécie de lei cosmológica (divina)” – e seus súditos.¹⁶⁹

Mas a nação não surgiu exclusivamente como uma reação ao enfraquecimento desses laços tradicionais. A emergência desta também estava vinculada ao surgimento do chamado “capitalismo de imprensa”, que propiciou a conversão e a consolidação de vernáculos locais, que até então competiam com o latim, em línguas nacionais. Desse modo, foi se criando cada vez mais um universo cultural e lingüístico mais homogêneo, com uma codificação comum para o maior número de pessoas “situadas abaixo do latim e acima dos vernáculos orais”.¹⁷⁰ Esse processo de formação dos vernáculos nacionais também contou com a irrupção da reforma protestante, pois esta incentivou a adoção dessas línguas para enfraquecer a posição da Igreja católica, que permanecia fiel ao latim. Como efeito, os vernáculos incentivados pelos protestantes tiveram alcance além da casta de habilitados no latim.¹⁷¹ Assim, para Anderson, o surgimento da comunidade imaginada nacional como uma realidade histórica se deu pela união, de maneira contingencial, de dois fatores fundamentais: a produção massificada do capitalismo de imprensa e a derradeira heterogeneidade lingüística existente no mundo. Sendo assim, os limites dessas comunidades estariam dados, com um universo lingüístico homogêneo no seu interior.¹⁷²

Como apontou Balakrishnan, Anderson procurou neste trabalho conciliar duas formas sociais que se apresentam comumente incompatíveis nas análises das ciências humanas: de um lado, o predomínio de relações sociais modernas e seculares; do outro, aquela organização comunitária coesa, normativa, fundada no costume, presente no universo das particularidades etnográficas. Aliás, a primeira forma não é somente incompatível com a segunda, mas também é uma diluidora das especificidades culturais. Aqui, o próprio capitalismo assume outra função: da concepção marxista de solvente universal, “o grande profanador de tudo o que é sagrado” para o “capitalismo de imprensa, matriz e cadinho de sua (em referência à comunidade tradicional)

¹⁶⁹ Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 56.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 72.

¹⁷¹ Balakrishnan, Gopal. A imaginação nacional. In _____ . *Op cit*, p. 216.

¹⁷² Anderson, Benedict. *Op cit*, p. 74.

reconstituição secular”¹⁷³ Assim, a comunidade é mantida, mas dentro de novas vestes que a modernidade lhe emprestou. Mesmo com esse adendo, a abordagem de Anderson pressupõe que a nação está situada dentro do conjunto de referências da modernidade, pois a comunidade imaginada nacional se realiza com a homogeneidade cultural e lingüística propiciada pelo capitalismo de imprensa.

Um indicativo importante para aferir a modernidade da nação, para Hobsbawm, é justamente a questão da formação e consolidação dos idiomas nacionais. Geralmente, a disputa de cunho político em torno da oficialização do idioma e do processo de depuração e normatização deste – que o torna “virtualmente inventado” – precedeu o estabelecimento da língua nacional. O vernáculo, digamos, “vencedor”, comumente está atrelado a algum Estado, pois é ele o encarregado de prover o sistema educacional básico, sendo também a língua nacional um dos critérios de admissão ao serviço público. A oficialização do hebreu como língua oficial do Estado de Israel é emblemático nesse sentido.¹⁷⁴

Embora a constituição das línguas nacionais exiba a modernidade do fenômeno da nação, para Hobsbawm, o surgimento deste fenômeno tem forte raiz política.

Após a Revolução Francesa, aquelas formas de lealdade e obediência tradicionais estavam em franco declínio – religião e relações de dependência hierárquicas. Com a emergência da representatividade do homem comum na arena política, era necessário construir novas maneiras de estabelecer o nexos entre o recente Estado-nação e o indivíduo, ou, ao menos, garantir o consentimento e a aceitação deste pela liderança daquele. Este momento era a consagração da cidadania do liberalismo clássico nos Estados pós-revolucionários, no qual emerge o modelo do indivíduo autônomo e livre, portador de direitos “naturais e inalienáveis”. Em uma escala maior, o modelo de nação seria aquele conjunto de cidadãos plenos e capazes de exercer a sua cidadania. Isto permite compreender a razão pela qual o critério de pertencimento à nação francesa era possuir a cidadania francesa, um critério essencialmente cívico, sendo outros tipos de critérios (como língua e etnia) secundários. Podemos afirmar, então, que a nacionalidade francesa era a cidadania francesa.¹⁷⁵

¹⁷³ Balakrishnan, Gopal. *Op cit*, pp. 216-217.

¹⁷⁴ Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde de 1780: programa, mito e realidade*. 3º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 70-77.

¹⁷⁵ *Ibidem*, pp. 103-108.

A questão da cidadania inevitavelmente se ligava ao problema da formação do cidadão. Do ponto de vista do Estado, era necessário transformar as pessoas que se encontravam no interior do território nacional em cidadãos, o que implicava em dissolver aquelas particularidades tipicamente de origem feudal e construir uma cultura nacional homogênea. Significava transformar “camponeses em franceses”, tendo estes uma ligação afetiva com a nação.¹⁷⁶ O promotor deste processo por excelência era o Estado moderno.

O Estado nacional moderno típico possuía uma contigüidade territorial, com fronteiras fixas e bem delimitadas. A administração política se realizava diretamente entre o Estado e o cidadão, não mais intermediado por instâncias ou laços de dependência de origem feudal. Ao mesmo tempo, o Estado do século XIX passou a desempenhar mais funções administrativas e burocráticas, ampliando assim a gama de atribuições que lhe eram imputadas. A tendência era que a presença do Estado se fizesse visível por toda a extensão do território nacional. Sob várias formas, o Estado estava cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Como afirma Hobsbawm, “uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contato regular com o Estado nacional e seus agentes”. Por outro lado, o Estado se encontrava na incumbência de garantir o reconhecimento da população quanto ao seu papel de instituição máxima de poder e soberania sobre o território nacional, pois, além disso, dependia dos habitantes como contribuintes e convocáveis para o exército, por exemplo.¹⁷⁷

Desse modo, surge a questão de como se construir o sentimento de pertencimento à nação por parte dos seus habitantes. Nesse ponto, há duas perspectivas diferentes acerca desta questão.

Para Anderson, a adesão à nação passa pela esfera do sagrado, sendo a sua fonte de sacralidade a capacidade de atender às aspirações de imortalidade, elemento central presente nas religiões universalistas. O argumento do autor gira em torno da questão de o porquê tantas pessoas se dispõem a se sacrificar pela nação. A resposta se encontra nos aspectos simbólicos desta, oferecendo a imagem de pertencimento a uma comunidade que se mantém permanente no tempo. “O túmulo do soldado desconhecido” é a materialização simbólica da continuidade da nação, num ritual cívico que remete ao antigo “culto aos ancestrais”.¹⁷⁸

¹⁷⁶ *Ibidem*, p.111.

¹⁷⁷ *Ibidem*, pp. 101-102.

¹⁷⁸ Balakrishnan critica esta analogia entre a nação e a religião feita por Anderson, argumentando que a promessa de imortalidade da nação é “bem pálida se comparada à religião”. Além disso, o argumento de que a sacralidade da nação é comprovada pelo número de pessoas prontas a morrerem por ela, não é muito convincente, pois esta predisposição não é uma constante, sendo verificável apenas em momentos críticos, como as guerras. Balakrishnan

A despeito das considerações de Anderson sobre a dimensão sagrada da nação, vale ressaltar que o sentimento de pertencimento à nação, neste caso, tem origem em uma confluência de razões contingenciais, que eclodiram de forma quase fortuita. Isso difere da perspectiva de Hobsbawm, que atribui papel destacado de construção do sentimento de adesão à nação ao Estado, enfatizando o expediente de “inventar tradições” utilizado por esta instituição.

Para criar um ente afetivo entre a nação e o indivíduo, os governos nacionais poderiam se valer da fabricação de mitos de fundação, com o objetivo de criar uma ponte entre um passado idealizado com o “destino comum da nação”. Precisava-se criar uma narrativa de continuidade da nação no tempo, tornando-a mais “espontânea” e menos artificial.¹⁷⁹ Por exemplo, o salazarismo se valeu frequentemente da auto-representação de continuador da “glória” quinhentista do Império ultramarino português.

Hobsbawm observa que na segunda metade do século XIX e no início do século XX, mais especificamente nos 30 e 40, anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, foi um período fértil para a invenção de tradições. Essas invenções seriam derivações das transformações sociais e políticas vertiginosas desse período, no tocante, como citamos anteriormente, à problemática dos Estados nacionais em manterem e garantirem a sua legitimidade perante à sua população, tendo em vista um contexto inédito de crescimento da participação popular na política – “o surgimento da política de massas”. Certamente, a “invenção de tradições” não era o único recurso utilizado pelos governos nacionais para manter a estabilidade, mas a utilização deste expediente no período da Terceira República francesa “desempenhou um papel fundamental na manutenção da República, pelo menos salvaguardando-a contra o socialismo e a direita.”¹⁸⁰

Mas uma tradição inventada tinha que ter correspondência com a experiência social da população nacional. Conseguia ser eficaz quando eram vinculadas e sedimentadas sob “sentimentos não nacionalistas”, não sendo inteiramente estranhos à vivência social e histórica do “povo”. Além disso, essas tradições podiam se mostrar fora de controle dos governos nacionais.

considera mais correta a analogia entre nação e família presente em alguns momentos do livro, mas isso não encobre a opção de Anderson em enfatizar os aspectos simbólicos da nação comparados às religiões. Balakrishnan, Gopal. *Op cit*, pp. 216 -217.

¹⁷⁹ Hobsbawm, Eric. *Op cit*, p. 112.

¹⁸⁰ Hobsbawm, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: _____; Ranger, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. 3.º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 271-278.

O antigermanismo inglês durante a Primeira Guerra Mundial foi um exemplo dramático deste problema.¹⁸¹

Como contraponto importante das perspectivas “modernistas” quanto à gênese da nação e do nacionalismo, se encontra a abordagem de Smith sobre este fenômeno, que está mais atento às continuidades do que às rupturas.

No seu livro *Identidade Nacional*, Smith afirma que as nações e o nacionalismo não devem ser compreendidos somente como fenômenos políticos e ideológicos, mas, sobretudo, em seus aspectos culturais. Assim, para fundamentar esta sugestão analítica, o autor argumenta que a singularidade de uma nação está assentada na mesma “distinção étnica” de uma comunidade que se constrói sob mitos e histórias de origem compartilhadas pelos seus membros, cultura comum e um “sentido de diferença”.¹⁸²

Dessa forma, este autor se revela crítico à posição “modernista” sobre a questão nacional, que não explora as continuidades no processo de formação das nações. Como a ênfase explicativa sobre a origem das nações recai no processo de modernização, geralmente esta posição atribui como causa única e fundamental justamente este critério de modernização. Além disso, esta posição, segundo Smith, está envolto num etnocentrismo típico do mundo europeu.¹⁸³

Outro modo de percepção acerca da nação, que é compartilhado por muitos historiadores e alguns antropólogos, e que também está muito ligado à idéia de nação como fenômeno possível somente na modernidade, é a noção de que esta é um constructo, uma artificialidade, com “laços predominante fabricados”. Para Smith, a nação não pode ser visualizada somente como uma pura “invenção” de fundo ideológico ou político, pois, acaso somente fosse isso, não manteria o seu edifício à prova de vários obstáculos históricos. Assim, para este autor, a nação deve ser pensada sobre uma outra perspectiva: “uma recombinação inédita de elementos já existentes”.¹⁸⁴

A partir dessa discussão sobre a nação e também a questão de como se estabelece os laços entre esta e os seus membros, percebemos que a abordagem que a concebe como uma construção moderna possui a vantagem analítica de vislumbrar as ações empreendidas pelo Estado nacional no sentido de moldá-la, tendo em vista, na melhor das hipóteses, a manutenção da fidelidade do

¹⁸¹ Hobsbawm, Eric. *Op cit*, p. 113.

¹⁸² Smith, Anthony. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997, pp. 91-92.

¹⁸³ *Ibidem*, pp. 63-64.

¹⁸⁴ Smith, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In Balakrishnan, Gopal (org). *Op cit*, pp. 201-202.

cidadão ao Estado, ou, na pior delas, manter afastada a “ameaça popular” e a instabilidade social.
185

No caso de Portugal do regime salazarista, podemos destacar três pontos, de certa forma interligados, que estruturavam as ações realizadas pelo salazarismo em torno da questão nacional: a idéia de “reaportuguesamento”, que se desdobrava no discurso de salvação nacional (sobretudo no início dos anos 30); a idéia de que o “ser português” remetia necessariamente ao modelo camponês do norte; e a ligação íntima – que foi reforçada durante o Estado Novo – do nacionalismo português com o Império colonial ultramarino, que pressupunha a defesa e a preservação deste último. De certa forma, esses três pontos convergiam para a elaboração da imagem da figura de Salazar, sendo todos eles laudatórios deste.

O primeiro ponto abordado acima tem uma relação unívoca com o contexto de ascensão do Estado Novo, cuja constituição se valeu da negação dos princípios característicos da Primeira República portuguesa (1911-1926).

Para compreendermos a idéia de reaportuguesamento é necessário o entendimento da importância da tradição na estruturação do discurso do regime. Segundo Melo, na mesma lógica da “história como mestra da vida” de Cícero, a tradição para o salazarismo era um modelo eficaz para lidar com as vicissitudes do presente e os desafios do futuro, sendo um quadro de referências portador daquelas qualidades de um passado idealizado. Significava, então, que a função da tradição era fornecer ligação viva com uma “realidade anterior”, onde prevaleceria a imagem de uma sociedade “pacificada, disciplinada e ordeira, alheia à lógica do conflito social como fator de mudança social.”¹⁸⁶

Nesse ponto, a releitura do passado do país tinha uma função importante na concepção pedagógica da tradição, que enfatizava justamente “as glórias” das grandes navegações e da “missão civilizadora” do colonialismo português. As idéias de “predestinação” e de “destino” do povo português, como o agente de difusão e de propagação dos valores cristãos pelo mundo, eram os elementos constantes nesta leitura do passado. O regime salazarista procurou se autodenominar o continuador e cumpridor deste “destino” de Portugal. Esta perspectiva cobra o tributo de unificação da nação em torno do resgate desse passado, cujo agente capacitado e privilegiado era o salazarismo.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Hobsbawm, Eric. *Op cit*, p. 103-105.

¹⁸⁶ Melo, Daniel. *Op cit*, pp. 47-48.

¹⁸⁷ Paulo, Heloisa. *Op cit*, p. 278.

Isso remete também à criação de um panteão de heróis nacionais, com a apropriação pelo regime de figuras destacadas do imaginário nacional português. Esses heróis circulavam no interior de um circuito que abrangia desde o regime salazarista até as associações portuguesas, geralmente aquelas de caráter recreativo ou folclórico, residentes no Brasil. De Camões – “paradigma pelo seu apego a Portugal” – a Mousinho Albuquerque – soldado destacado que lutou na África –, passando por Sacadura Cabral e Gago Coutinho – aviadores portugueses –, todos esses personagens formavam um conjunto que fornecia o arquétipo do modo como os portugueses, sobretudo os imigrantes, deveriam vivenciar o seu país, pois estes personagens realizaram grandes proezas distantes das terras lusas, mas mantiveram a sua ligação íntima com Portugal. Por isso que a evocação desses heróis possuía caráter pedagógico, modelar, além de explorar a possibilidade de estabelecer paralelos entre a vida do imigrante com a desses heróis.

188

A elaboração da imagem pessoal de Salazar, sobretudo nos anos 30, foi uma construção que se estruturava na lógica do épico, pois requeria a presença de um herói e a emergência em executar a ação heróica, já que havia “um elemento a ser salvo, no caso Portugal.” Heloisa Paulo ainda ressalta o teor messiânico e escatológico presentes nesta construção, reeditando um novo tipo de Sebastianismo, corporificado na figura de Salazar.¹⁸⁹ Certamente, esta leitura fazia uma referência direta aos anos republicanos, cujas características foram negadas pelo salazarismo.

Os anos da Primeira República portuguesa foram pontuados por crises institucionais e políticas, tendo, nesse ínterim, a curta ditadura de Sidónio Pais. Associados a esses problemas, o Estado português estava às voltas com uma crise em suas finanças, com forte desvalorização da moeda do país. De fato, o estabelecimento de Salazar no governo da ditadura militar de 1926 coincidiu com o equilíbrio do orçamento governamental e a apreciação do Escudo, a moeda nacional.¹⁹⁰

Dessa forma, boa parte das biografias sobre Salazar, escritas no decorrer dos anos 30, gira em torno das comparações entre o período republicano e a administração de Salazar, enaltecendo

¹⁸⁸ *Ibidem*, pp. 283-288.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 391.

¹⁹⁰ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 252.

as suas realizações. Nesse momento, os escritos sobre Salazar se remetiam quase que exclusivamente a sua vida pública.¹⁹¹

Portanto, a imagem de “salvação do país da bancarrota” estava bem presente na propaganda oficial, estando bem casado com a idéia de regeneração nacional propagado pelo regime, tendo como o modelo de exclusão por excelência a Primeira República e o seu liberalismo.

No tocante às entrevistas, de um modo geral, esta idéia de “salvação nacional” é um importante ponto de convergência entre o discurso dos imigrantes e o ideário do regime.

Numa das entrevistas, o Portugal anterior é identificado com o caos e a desordem, “uma bagunça, ninguém se entendia”, e que Salazar remediou a situação, pois “Salazar, para entrar ali, teve que ter carta branca. Aí, com carta branca, ele botou Portugal lá em cima. Se não, já era!”¹⁹²

Para outro entrevistado, Salazar

foi bom porque ele [Salazar] mantinha assim a lei. Por ser um país pobre, mantinha a nação desempenhada e sem vergonha. Sem dúvida que naquela época era uma vergonha uma nação dever. [...] É igual a uma casa: você tem uma dívida, e todo mundo sabe, é uma vergonha. Então, ele mantinha um certo nível alto até. Estão dizendo que ele deixou 700 toneladas de ouro. É muito ouro. É muito ouro. Deixou lá, na reserva lá, 700 toneladas de ouro. [...] Ele endireitou a nação e tudo mais. Se ele tivesse sido mais esperto, feito com que os outros depois fizeram, ao invés de deixar o dinheiro para os outros fazer, ele já tinha feito.¹⁹³

Um dos entrevistados considera que o governo salazarista pode ser dividido em dois momentos bem distintos. Os dez ou quinze primeiros anos foram bons, porque “Portugal estava muito fracassado, até na moeda e tudo. Aí então ele [Salazar] veio e mudou a política, formalizou a ditadura. E com a ditadura ele melhorou Portugal.” No entanto,

Depois disso, sacrificou muito o povo, não desenvolveu a nação com a necessidade de ela ser desenvolvida. Foi o meu pensamento. Na deles era diferente. Não se desenvolvia a indústria. Não sei qual o motivo e não saberia te explicar. Entendeu? Agora, daquilo que eu entendo, sei que ele sacrificou Portugal. Depois de 15 anos, sacrificou Portugal. Ele foi bom sim. Ele foi bom. Até uns 15 anos ele foi bom. Daí para cima começou a sacrificar o povo.¹⁹⁴

¹⁹¹ Heloisa Paulo observa que, nos anos 50, houve um esforço em “humanizar” a figura de Salazar através das biografias produzidas a seu respeito, procurando suavizar a sua imagem de ditador. Paulo, Heloisa. *Op cit*, pp. 391-399.

¹⁹² Oliveira, Artur de. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 29 ago. 2005.

¹⁹³ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

¹⁹⁴ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

A idéia de salvação nacional também estava impressa no discurso oficial sobre a neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra. A neutralidade foi utilizada como peça de propaganda pelo Estado Novo, onde a principal mensagem era a de que Salazar, graças a sua genialidade e astúcia, conseguiu não só evitar a guerra, mas também tirar vantagens econômicas dela.¹⁹⁵

Tal mensagem repercute nesta fala do imigrante abaixo, embora acompanhada da ressalva que foi um período de penúria.

Olha, em primeiro, ele salvou Portugal da Segunda Guerra. Foi ele que salvou. Ele disse: “da guerra eu salvo, mas a fome não”. E quando [es]tava em guerra sabe como é que era. [De] resto, todo mundo trabalhava e vivia bem. O cara que tinha fazenda, [que] tinha lavoura, [que] tinha comida e [que] tinha gente, vivia bem, melhor que agora.¹⁹⁶

Essas questões abordadas acima – idéia de salvação e heroísmo nacional – estavam dentro de um conjunto maior, que, segundo Melo, sintetizava a “nova realidade salazarista”, expresso no conceito de “reaportuguesamento”. Esse conceito é inteligível a partir da noção de tradição entendida pelo regime. Tradição, neste caso, é o “repositário de ensinamentos morais, por norma, socialmente reguladores e apaziguadores”.¹⁹⁷ A nação portuguesa no salazarismo não poderia ser prescindida dessa acepção de tradição.

O “reaportuguesamento” encarnava esses valores do passado e se torna vívido em um momento de crise e desvirtuamento, identificado, ou melhor, imputado ao período republicano pelo regime. Por isso, esse conceito tem uma natureza evocativa e convocativa, que implica em uma “ação prática”, no sentido de restaurar ou retomar as “glórias do passado” português, sintetizados na imagem do Império Ultramarino do século XVI.¹⁹⁸

O outro ponto a ser abordado é a constituição do modelo de “ser português” construído pelo regime. O “ser português”, nesta ótica, se remetia necessariamente à vida no campo, mais especificamente ao modo de vida camponês do norte. Esse ponto desdobrava-se na forma como o regime salazarista construiu e concebeu a idéia de “cultura popular”. Assim, esses dois termos circulavam em um mesmo campo, sendo complementares, unidos quanto à referência ao mundo camponês.

¹⁹⁵ Telo, José Antonio. *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*. Lisboa: Quetzal Editores, 2000, p.19.

¹⁹⁶ Oliveira, Artur de. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 29 ago. 2005.

¹⁹⁷ Melo, Daniel. *Op cit*, p. 48.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 49.

Abordamos de forma breve as ações empreendidas pelo Estado Novo no sentido de justapor o ideário oficial sobre o universo rural, inclusive destacando a origem camponesa de Salazar. No Estado Novo, o modelo da nacionalidade portuguesa deslocou-se para o quadro de referência do mundo camponês. Esse deslocamento acabava resultando na desvalorização da vida urbana.

Essa desvalorização do modo de vida urbano torna-se mais lógica quando constatamos a crítica salazarista em relação ao liberalismo clássico, sobretudo ao individualismo que lhe é típico. O regime não imaginava aquele indivíduo pleno dos seus direitos políticos e de expressão, mas sim no interior de um todo orgânico, coeso, uma conjunto holístico, “seja ela a família, a profissão, a comunidade, ou a nação”. Desse modo, o indivíduo não era autorizado a reivindicar ou contestar as decisões governamentais, pois havia o imperativo que lhe negava a faculdade de agir autonomamente como indivíduo pleno e suficiente. Como a constituição desse sujeito, sob a perspectiva salazarista, era incompleta e deficitária por definição – como a minoridade do filho frente ao pai –, cabia a ele somente os “deveres patrióticos” como tributos à nação.¹⁹⁹

Portanto, o enaltecimento dos valores do campo como referencial para a constituição da nacionalidade portuguesa, durante o salazarismo, não era motivado apenas pela esmagadora maioria rural do país, mas também por uma conexão política evidente, que se vinculava à negação do secularismo e do liberalismo republicano. Buscava-se retomar a uma realidade anterior, que redundava na vida do campo, com forte conotação reativa aos acontecimentos da experiência republicana.²⁰⁰

Para o Estado Novo, essas referências rurais que compunham o “ser português” eram elementos pertencentes à esfera da cultura popular. Na conclusão desta pesquisa iremos discutir o conceito de cultura popular, pois é importante para compreendermos as representações destes imigrantes portugueses acerca do salazarismo. Por hora, vamos abordar a forma como esse conceito se apresentava na ótica do regime.

Partindo da divisão clássica entre cultura popular e cultura erudita, a primeira para o regime se referia apenas ao mundo rural, tendo excluído qualquer referência ao operariado ou ao ambiente urbano. Procedendo da mesma forma como os antigos folcloristas ingleses – onde a cultura popular era um inventário de costumes em desuso, percebida como relíquia do passado,

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 66.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 45.

desconectada das relações sociais do seu contexto histórico original ²⁰¹ –, o regime possuía uma “concepção imobilista da cultura popular”, na qual esta se apresentava como uma imagem estática do passado, desprovido-a de toda a sua dinâmica. ²⁰²

Mas essas ações do Estado Novo em relação à formulação de uma cultura popular tinham como propósito imaginar uma realidade social típica da concepção corporativista: sem conflitos de classe e baseada na harmonia social. Serviria como uma fonte acessível para os portugueses resgatarem a essência da “portugalidade” e também funcionaria como modelo contraposto àqueles elementos da modernidade considerados daninhos pelo regime: a vida urbana, a cultura do operariado, o cosmopolitismo e os efeitos dissolventes da industrialização. Isso explica afirmativamente que o conceito de cultura no salazarismo teve um caráter instrumental, norteados pela ideologia predominante neste período, tendo como fim prático “enquadrar a ação” na sociedade portuguesa. ²⁰³

Por fim, o Império colonial português era um fundamento para a sustentação do edifício nacionalista do Estado Novo. De fato, já existia desde o século XIX uma “ideologia nacionalista” em Portugal que associava diretamente a soberania nacional à defesa do Império ultramarino. ²⁰⁴ Para Rosas, a “concepção organicista do Império” defendia que o controle do atlântico era um contrapeso fundamental para dissuadir uma ameaça de anexação pela Espanha. Esta concepção, aliada à “ideologia ultramarina”, forneceu as bases justificativas para a defesa incondicional do Império colonial pelo Estado Novo, cujo assunto pautou a agenda de política externa portuguesa no pós-guerra. ²⁰⁵

O governo de Salazar, a partir de 1930, criou mecanismos institucionais que reforçaram os laços entre Lisboa e seus domínios ultramarinos, que visavam diminuir a autonomia financeira das colônias e direcionar as transações comerciais desta para a metrópole. A crise de 29 facilitou a tomada dessas medidas protecionistas, com a virtual retomada do “pacto colonial”. Com o Ato Colonial de 1930 foi institucionalizada essa política integracionista, onde foram reafirmadas as

²⁰¹ Thompson, E. P. Folclore, antropologia e história social. In Negro, Antonio; Silva, Sergio (orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 233-234.

²⁰² Melo, Daniel. *Op cit*, pp. 66-67.

²⁰³ *Ibidem*, pp. 67-71.

²⁰⁴ Silva, Douglas. Exilados anti-salazaristas e suas relações com o nacionalismo e a questão colonial. In Neto, Helion Povoá; Ferreira, Ademir (orgs). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 61.

²⁰⁵ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 516.

idéias presentes na ideologia nacionalista portuguesa, como a “missão histórica de colonizar e civilizar” e a independência portuguesa condicionada à manutenção do Império colonial.²⁰⁶

Por fim, o Império do ultramar produzia efeitos práticos na política interna e na sociedade portuguesa, sendo um instrumento de legitimação do governo instituído. A idéia de Império estava tão impregnada na política portuguesa que, até os anos 70, não houve um movimento político relevante que contestou a manutenção do domínio das terras além-mar.²⁰⁷ Silva pontua, por exemplo, que a questão imperial era um tema gerador de divisões no interior da oposição política anti-salazarista.²⁰⁸

No entanto, é interessante notar o pouco entusiasmo na narrativa dos imigrantes entrevistados em relação à “mística ultramarina”. Geralmente, identificaram-se as colônias como geradoras de despesas, como um encargo difícil de sustentar, como pode ser evidenciado nesse trecho a seguir:

Portugal não estava tendo mais lucro nenhum com a Angola e também [a Angola] não estava por adiantado mais pra nada. Sabe por quê? No tempo do Salazar mesmo, nós estávamos pagando 15% a mais no relógio... para Angola, estava escrito no selinho, para Angola. E estávamos pagando num refrigerante 5 tostões a mais para sustentar... Já era o contrário.²⁰⁹

No trecho abaixo, a entrevistanda, além de criticar a política de investimentos nas colônias, colocou em questão se as colônias poderiam realmente ser classificadas como terras portuguesas:

Ele [Salazar] não fazia nada. Não tinha obras, não fazia nada. Não melhorava nada. Nada, absolutamente nada. [...] Agora, em Angola ele fazia obras. Em Angola ele fazia obras e não tinha retorno. Eu acho assim, se ele fizesse obras lá é outro país. Esse negócio de ser português eu não acredito. Quer dizer, o meu pai que falava, e é realmente verdade, se é português por que tem que ter passaporte? Para você ir para Angola ou Moçambique tinha que ter passaporte. Como se fosse vir para aqui. Então não era português. Portugal não precisa de passaporte, é só ter identidade e ir embora. Compra a passagem e vai embora. Agora, para lá precisava de passaporte, se não podia viajar. Então não era português, não é? Eles que diziam, mas não era. Então, eu acho que quando eles fizeram obras lá, tinha que trazer um retorno. Não. Manda lá o pessoal para ganhar dinheiro. Se quem ganhava 600 naquela altura, com poucos estudos, lá eles iam ganhar 1800.²¹⁰

²⁰⁶ *Ibidem*, pp. 284-286.

²⁰⁷ Telo, António José. As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. *Revista de História das Idéias*. V.16. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994, p. 348.

²⁰⁸ Silva, Douglas. *Op cit*, p. 62.

²⁰⁹ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

²¹⁰ Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.

Esses relatos foram produzidos após todas as transformações sócio-econômicas as quais Portugal passou, com acelerado crescimento econômico. Esses relatos, portanto, devem ser compreendidos à luz da modernização econômica portuguesa recente e da independência das suas ex-colônias. De certa forma, este trecho abaixo traduz essa mudança de perspectiva em relação à questão colonial:

Em princípio valeu a pena. Claro que uma pessoa é dona de uma coisa, de alguma coisa, enquanto puder, tem que defender. Foi isso que eles tentaram fazer. Se for isso, teremos que falar do Brasil, dos tempos dos índios, tempos passados. Tentaram defender, mas no fim entregaram. Tentaram segurar todas as coisas, e quando não puderam, entregaram. Deram a independência e acho que foi até uma das coisas certas que Portugal fez. Não adiantava continuar com matanças, com dinheiro gasto, guerras e tudo isso. [...] Com a evolução do mundo era isso que ia acontecer: a independência de cada um. Foi o melhor que eles fizeram foi [sic] dar a independência. [...] Tinham que defender o que era deles, que custou o suor deles. ²¹¹ *Aí sim.*

Por outro lado, não deixa de surpreender o fato de um tema tão central para o salazarismo, que reteve toda a atenção da política externa do regime no pós-guerra, sendo objeto massivo de inculcação ideológica promovido pelo Estado Novo, não tenha tido muita repercussão entre esses imigrantes.

Esse ponto acima aborda o modo como o discurso do imigrante pode contradizer os postulados oficiais, seguindo uma lógica própria de elaboração. Nos capítulos a seguir, a divergência entre as posições dos imigrantes e o discurso oficial estará mais nítida.

²¹¹ Reigota, Valter. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 07 set. 2005.

3º CAPÍTULO: PRESENTE PASSADO: SOBRE A MEMÓRIA CONSTRUÍDA DO SALAZARISMO

Este capítulo é centrado na discussão em torno da memória dos imigrantes portugueses sobre o salazarismo, especialmente em relação ao regime estadonovista português. Assim, propomos neste espaço realizar uma discussão conceitual do termo memória, procurando tecê-la com o material produzido pelas entrevistas orais e pela leitura do jornal *Voz de Portugal*.

A concentração da análise na memória relacionada ao salazarismo não impediu a abordagem de outros pontos correlatos, como as lembranças do lugar de origem do imigrante (a aldeia e o mundo camponês) e as referências à Revolução dos Cravos e ao Portugal “moderno”.

Na primeira parte do capítulo, enfocaremos as lembranças dos entrevistados em relação ao período vigente do Estado salazarista, relacionando-as com a discussão sobre memória. Podemos afirmar inicialmente que a memória é uma construção social, que extrapola a esfera estritamente individual; cuja expressão e enunciação dos materiais que a constitui resulta de um trabalho prévio de seleção e organização, na qual o esquecimento é central para a sua inteligibilidade. Os outros elementos que a define, como a sua ligação estreita com a identidade e a vinculação das lembranças com as questões do presente, serão abordados nas seções posteriores.

Se a expressão da memória é resultante de um processo de organização interno da mesma, que implica em seleção e recorte, isso significa que há certos pontos que servem como referência para a sua articulação. No caso dos imigrantes portugueses, constatamos os seguintes pontos de suporte de suas memórias sobre o salazarismo: o período da Segunda Guerra Mundial e a questão do trabalho (neste caso, o desemprego) durante o Estado Novo, o que se vincula ao tema do desenvolvimento do país.

Ao analisar as lembranças dos entrevistados, comparamos o discurso destes com o do salazarismo, verbalizado pelo jornal *Voz de Portugal*, uma publicação produzida no interior da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, que, embora não fosse genuíno produto de um órgão oficial português, seu discurso era particularmente oficioso e adesista ao governo de Lisboa. Desta comparação, percebemos tantos os momentos de convergência quanto as contradições entre o discurso oficial e do grupo de entrevistados, sendo que as contradições estão mais presentes entre os dois. Isto é, não obstante ter existido manifestações de descontentamento e oposição ao governo no interior do mundo camponês, este dado não transpareceu e não foi reconhecido pelo

discurso oficial, pois o salazarismo, segundo a sua concepção corporativista de sociedade, imprime a tudo as idéias de coesão e harmonia social.

Na segunda seção, abordamos principalmente a ligação entre a memória e a identidade, a interdependência entre esses dois termos, que garantem tanto a uma quanto a outra um sentido de continuidade no tempo e de estabilidade.

O ponto visível da ligação entre memória e identidade, nesse caso, se encontra no espaço da aldeia e da vida camponesa, sendo a matriz fornecedora dos referenciais que constitui a memória e a identidade do grupo de entrevistados.

Finalmente, a terceira parte do capítulo aborda dois marcos centrais para o contexto português pós-regime salazarista: a Revolução dos Cravos e o ingresso de Portugal ao Mercado Comum Europeu, que consolidou um processo gradativo de integração econômica com a Europa. Ou seja, temos respectivamente duas imagens nesse caso: a retomada do regime democrático e o advento do “Portugal moderno.”

A Revolução dos Cravos assume, na ótica dos entrevistados, uma relevância menor do que a integração econômica de Portugal com a Europa, que é retratada pela descrição das transformações materiais e espaciais que o país passou nos últimos anos. O 25 de abril, quando mencionado, é descrito de forma vaga – embora apresentado como o início do “Portugal moderno” – ou são enfatizados os seus aspectos negativos, como a inversão da ordem estabelecida.

A integração econômica com a Europa, mais visível e concreta pelas transformações que efetuou na vida dos portugueses, é com mais frequência mencionada, tanto nos aspectos propriamente econômicos quanto nas mudanças de estilo de vida e comportamento.

Mas o “Portugal moderno” possui uma dupla face para os entrevistados: ao mesmo tempo em que significa o tempo da abundância, em contraste com a escassez dos velhos tempos, também representa a dissolução do modo de vida camponês, o abandono do campo, a contestação das hierarquias tradicionais e o enfraquecimento dos valores camponeses e cristãos. A desagregação real e simbólica desse mundo, que é comparada com a imagem idealizada do passado, vincula a um só tempo o imigrante ao seu local de origem (aldeão e camponês), sendo um elemento central para a articulação de sua memória.

3.1 As lembranças do tempo salazarista

Antes de nos reportarmos diretamente à memória construída acerca do período salazarista pelo grupo de imigrantes portugueses estudados aqui, é premente a realização de uma discussão sobre o conceito de memória, tendo o objetivo de elucidar, na medida do possível, como se processa o trabalho de construção desta pelos imigrantes. Podemos destacar alguns elementos centrais desse conceito que abordaremos a seguir: como um fenômeno eminentemente social, que tem uma vinculação expressa com interações sociais realizadas; como uma seleção do passado; tendo como importante critério de rememoração fatos socialmente relevantes, sobretudo aqueles frutos de uma experiência traumática. As outras características da memória, como a sua ligação umbilical com a identidade e a sua associação íntima com as questões do presente, serão tratadas nas seções subseqüentes.

Sobre o primeiro ponto, abordaremos a contraposição de idéias entre Bergson e Halbwachs, sendo que, para o primeiro, a memória é um domínio somente individual e psicológico, ao contrário de Halbwachs, que a concebe como um fenômeno, em sua primazia, social.

Para Bergson, há basicamente duas formas de memória presente no indivíduo: a memória-hábito e a imagem-lembrança. A primeira forma está associada à percepção imediata, pois guarda o conjunto de referências necessárias para executar atividades cotidianas, onde são incorporadas as regras para a realização de tarefas segundo as convenções sociais. Podemos afirmar que este tipo de memória é fundamentalmente operacional, com relação direta com o presente. A segunda forma é estática e latente, repositório daquelas imagens congeladas do passado. Este tipo de memória pertence somente ao passado, e o presente só tem acesso a partir da evocação dessas reminiscências guardadas pelo domínio do inconsciente humano. A imagem-lembrança, então, seria uma forma em “que o passado se conserva inteiro e independente no espírito”, cuja constituição se realiza de forma puramente individual, interna e introspectiva.²¹²

Do outro lado desta questão, Halbwachs concebe a primazia aos “quadros sociais” na constituição da memória, deslocando-a da ênfase individual para os seus aspectos sociais.

Bosi argumenta que Halbwachs endossa a perspectiva durkheimiana de que o “sistema social” precede os fenômenos de natureza individual, o primeiro sendo determinante e condicionante para o funcionamento do segundo. Como o “fato social” é uma realidade

²¹² Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 48-51.

totalizante, que é anterior e funciona independente da ação do indivíduo, a memória e a consciência individual são determinadas por esse contexto exterior à mente. Daí, como alerta Bosi, “Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os ‘quadros sociais da memória’”.

²¹³ No limite lógico desta perspectiva, Halbwachs considerava impossível a reconstituição plena de uma lembrança do passado, pois esta estaria inevitavelmente amarrada ao seu contexto sócio-histórico; a não ser que fosse possível a total recuperação dos quadros sociais em que foi produzida tal lembrança. ²¹⁴

Uma das formas em que a memória social se materializa é através dos marcos de rememoração socialmente construídos. Datas comemorativas, monumentos, patrimônios públicos, tradições de todo tipo e uma infinidade de formas são referências palpáveis, tangíveis da memória coletiva, que é o conjunto de pontos de apoio, segundo Halbwachs, para estruturação da memória individual. Pollak não põe em questão esta dimensão social, no entanto, critica a perspectiva conciliadora e integradora assumida por Halbwachs. ²¹⁵

Certamente, a perspectiva de Halbwachs atribui um papel determinante dos “quadros sociais” à constituição da memória, como se a última fosse um derivado lógico da primeira. Mas o seu trabalho foi importante para abrir um novo campo no estudo da memória, ²¹⁶ demonstrando como os fatores de ordem social podem intervir nos processos de elaboração da memória individual.

A segunda característica da memória a ser destacada se refere ao seu caráter seletivo, que traz à tona a idéia inquietante de que o esquecimento é o outro lado constitutivo da memória. Nesse ponto, é pertinente a comparação entre o trabalho de seleção da memória com a da própria dinâmica da historiografia, que possuem semelhanças.

A história como uma representação do passado. É a partir desta assertiva que Gaddis define a história e demarca a diferença crucial entre ela e o passado. O passado, em sua integridade, não pode ser apreendido, pois o excesso de detalhes não apenas embotaria o entendimento dele, mas também impossibilitaria qualquer inteligibilidade ao seu respeito, tornando-o incompreensível. É necessário certo grau de simplificação do passado para torná-lo representável, dentro de um movimento dialético entre a descrição pura/literal e o pensar abstrato,

²¹³ Ibidem, pp. 53-54.

²¹⁴ Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 36.

²¹⁵ Pollak, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992, p. 3.

²¹⁶ Ibidem, pp. 3-4.

que permite uma visão panorâmica sobre o mesmo. Desse modo, o historiador pode “manipular” o passado no sentido de poder selecionar as partes que são consideradas representativas, podendo comprimi-lo e, ao mesmo tempo, lidar simultaneamente com diferentes temporalidades e espaços físicos. Assim, a representação do passado cumpre o papel de torná-lo acessível aos homens do presente.²¹⁷ Percebe-se, então, que a sua inteligibilidade, cujo caso pode ser transferido para a memória, depende necessariamente do ato de esquecer.

Mas o “esquecer” ou a “arte do esquecimento”, assim como a memória, como coloca Weinrich, possui a sua própria historicidade, onde a sua funcionalidade e o seu valor sofreram flutuações no decorrer da história humana. Este autor demarca um ponto nodal, uma guinada fundamental do papel da memória e do esquecimento, ao menos verificável na ciência. A diferença crucial se encontra na fonte e na forma como se constrói o conhecimento.

A ciência e a erudição na Idade Média operavam o conhecimento como se este tivesse os seus limites rigidamente posicionados pelo passado. Tanto o saber sobre Deus como sobre o mundo se apresentavam “como dados pela revelação ou pela sabedoria insuperável da antiguidade”. Então, como acreditavam os *bulhionistas* acerca da riqueza do mundo, a Idade Média concebia o conhecimento como um bem finito e inelástico. A ordem nesse contexto, desse modo, seria armazenar, entesourar todo o saber para a posteridade. O ofício da memorização, obviamente, possuía valor supremo, enquanto o esquecimento era profundamente negativo, embora sempre à espreita.²¹⁸

Na era moderna, a partir do advento do Iluminismo, a memória na ciência visivelmente perdeu o seu status de outrora. Isso se deveu fundamentalmente à transformação do modo e da percepção de construir o conhecimento. A partir deste momento, a ciência deixava de ser “uma arte do achar” para se tornar “uma arte do inventar”. Com isso abriu-se um campo imensurável pela busca do conhecimento, resultando em uma profusão de dados e saberes em crescimento exponencial (ao menos potencialmente). O esquecimento, nesse contexto, se tornou significativamente funcional dentro da prática científica, pois seria extremamente custoso e desnecessário mobilizar uma massa enorme de dados para conduzir algum procedimento. Como

²¹⁷ Gaddis, John. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, pp. 29-49.

²¹⁸ Weinrich, Harald. *Lete: a arte e a crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 290.

afirma Weinrich, “hoje em dia a ciência não é mais praticável sem um claro componente de esquecimento”.²¹⁹

Essa digressão exposta acima serve para ilustrar o grau de seletividade da memória, que ela realiza um constante trabalho de descarte e de abstração de detalhes. O esquecimento é funcional na medida em que permite transcender o mundo descritivo.

Pollak argumenta que a memória individual é uma instância em construção, sempre realizando um trabalho de organização. Os atos executados por ela, como reter, esquecer, recalcar, são componentes de sua organização.²²⁰ Isso indica que as lembranças enunciadas não são puramente aleatórias, pois sofreram um trabalho prévio de ordenamento. Posto assim, a rememoração de certas lembranças acerca do período salazarista não é gratuita, mas relacionada à trajetória de vida desses imigrantes. Dois pontos são recorrentes na narrativa dos imigrantes: as questões que giram em torno do trabalho, que estão vinculadas à questão do desenvolvimento de Portugal, e o período da Segunda Guerra Mundial.

Primeiramente, vamos nos remeter ao período da Segunda Guerra Mundial. O sentido da guerra nesse caso não se remete ao conflito em si (até porque Portugal manteve-se neutro), mas sim ao drama da penúria e da fome.

No capítulo anterior, colocamos como a neutralidade de Portugal na Segunda Guerra foi utilizada como propaganda política pelo Estado Novo, tendo como destaque a ação pessoal de Salazar na realização de tal “feito”.

O jornal *Voz de Portugal*, coerente com a sua linha editorial no decorrer do período salazarista, foi laudatório da versão oficial sobre a posição de Portugal durante a guerra, superestimando o papel do regime ao longo do conflito. Isso fica nítido nesta passagem abaixo:

A outra, o prestígio conquistado durante a guerra, pela política externa portuguesa, manobrada com extrema habilidade e com esclarecida visão de marcha dos sucessos bélicos que manteve a paz peninsular, uma das chaves da vitória aliada, e contribuiu para acelerar o término do conflito com a cessão das bases açoreanas, navais e aéreas, fator vital para a luta anti-submarina e para defesa dos gigantescos comboios que alimentavam a tremenda e irresistível máquina de guerra das nações unidas em operações no Mediterrâneo e na França invadida.²²¹

²¹⁹ *Ibidem*, pp. 291-292.

²²⁰ Pollak, Michael. Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*. Vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992, p. 204.

²²¹ *Jornal Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 19/02/1947, p. 2.

Mais adiante no mesmo texto, o jornal evocou a relação histórica luso-britânica, cuja “posição privilegiada de Portugal decorre, igualmente da sua aliança com a Inglaterra”²²², onde procurou, implicitamente, reforçar a idéia exposta acima de que Portugal, mesmo na sua posição neutra, se manteve estritamente ao lado dos Aliados, além ter tido papel destacado para a vitória deles. Não temos aqui qualquer menção à relação de Portugal com a Alemanha nazista. Rosas afirma que Portugal, com o objetivo de atenuar a pressão exercida pela Alemanha e garantir o suprimento de bens manufaturados e maquinaria – escassos na situação de guerra –, realizou, no decorrer de todo o conflito, contrabando de guerra com a Alemanha, fornecendo gêneros alimentícios e volfrânio (tungstênio). Essa conduta do governo de Lisboa tencionou seriamente as suas relações com a Inglaterra, chegando ao ponto de Salazar ser ameaçado cair do poder “por iniciativa de Londres”.²²³

Mas a mensagem principal do texto do *Voz de Portugal* é a idéia de conduta autônoma, partindo de uma iniciativa própria, desempenhada por Portugal no período da Segunda Guerra. Aliás, a própria frase do Salazar, que os imigrantes rememoram, “da guerra eu livro, mas da fome não” indica, embora concessiva quanto à fome, que, por sua vontade e poder político, o governante português dissuadiu os países do Eixo a não tragar o país para a guerra ou a não o invadirem. Nesse ponto, Telo é bem incisivo ao colocar que a neutralidade dos “pequenos poderes”, categoria que Portugal se enquadra, não dependia da “habilidade política” do governo, mas da estratégia traçada pelos “grandes poderes”, que decisivamente não implicasse na invasão do “pequeno poder”.²²⁴

De fato, Portugal se manteve neutro durante todo o desenrolar da guerra. No entanto, ao contrário do que fez crer a propaganda salazarista, a neutralidade somente foi possível por razões externas ao controle português. O país, naquele momento, não possuía forças militares suficientes para dissuadir um ataque do Eixo, caso este se realizasse, tampouco uma agressão de sua vizinha Espanha. Para Telo, Portugal conseguiu a manutenção da neutralidade principalmente porque a Alemanha não concebeu uma estratégia de ataque à Inglaterra que implicasse invadir a península

²²² Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 19/02/1947, p. 2.

²²³ Rosas, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In Mattoso, José (dir). *História de Portugal*, V.7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 308-313.

²²⁴ Telo, José Antonio. *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*. Lisboa: Quetzal Editores, 2000, p. 21-22.

Ibérica. Colocados assim os termos do jogo, a Portugal restava equilibrar-se entre as forças do Eixo e dos Aliados, procurando adaptar-se conforme o andamento do conflito.²²⁵

A insegurança do governo português quanto à manutenção da neutralidade foi mais visível em junho de 1940, após a derrota da França, quando a Alemanha de Hitler estava formulando uma estratégia para derrotar a Inglaterra ou forçar um pedido de paz. Havia a ameaça real de que os países ibéricos fossem levados de roldão pela máquina de guerra alemã. Portugal, então, traçou um plano emergencial de evacuação do governo para ilhas dos Açores, já que não havia possibilidade das forças armadas portuguesas serem rearmadas pela Inglaterra. Isso, além de outros fatos e documentos, desmente a versão oficial de que Portugal teve atuação ativa e autônoma no processo de manutenção da sua neutralidade.²²⁶

No discurso dos entrevistados sobre a “guerra”, de maneira geral, dois pontos estão mais presentes: a reprodução da idéia defendida pelo discurso oficial, a qual Portugal manteve a neutralidade por obra de Salazar; e a narrativa do estado de fome daquele tempo. O primeiro ponto está presente em algumas entrevistas, mas sempre entrecruzada com os problemas de abastecimento do período. A menção à penúria, seja de maneira geral ou enquanto uma descrição da experiência pessoal, sobressai mais do que a reprodução do discurso oficial pelos entrevistados.

A passagem a seguir de uma entrevista, por exemplo, é concernente ao discurso oficial na sua essência, embora seja mencionado o problema do desabastecimento:

Eu achei que o Salazar foi um governo muito provisório, muito 100 %, muito próprio mesmo, porque a gente nunca passou miséria. E se alguma vez houve escassez de comida é porque era geral, era mundial, entendeu? Eu nunca precisei passar fome. Ele [Salazar] fez uma coisa pela população portuguesa. Quando o pessoal começou a sair para fora [sic], para a guerra, por exemplo, ele fez um cambalacho com os Estados Unidos: ele deu, me parece, naquela época, um navio só de remédios e outras coisas mais, em troca de segurar os jovens portugueses dentro do país. Então achei que ele foi um governo bom.²²⁷

Nos trechos a seguir, os entrevistados também atribuem a neutralidade na guerra a Salazar, mas a responsabilidade pela fome daquele tempo recai, de certo modo, também ao chefe do Conselho de Ministros:

²²⁵ *Ibidem*, pp. 50-78.

²²⁶ *Ibidem*, pp. 48-50.

²²⁷ Duarte, Rui. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 18 fev. 2008.

[A minha família] Foi oprimida por causa da guerra. [...] Porque ele [Salazar] dizia assim: “da guerra eu livro, mas não livro da fome”. A teoria do Salazar foi aquela: deixar o pessoal morrer de fome, mas não mandou ninguém para a guerra. O pessoal passou um sacrifício do caramba. Havia dinheiro, mas não havia comida. As pessoas que tinham vida própria tinham mais condições. Pelo contrário, quem não tinha vida própria, passou por dificuldades.²²⁸

Teve aquela ocasião também que se falava da guerra. Ela acabou em [19]45, né? Parece que os alemães também estavam para invadir o Portugal lá, e na última hora o Salazar entrou em contato com o Hitler, ou sei lá quem era, para não invadir. Mas em compensação, acho que o acordo que ele tinha feito foi tudo que produziu em Portugal ele tinha que abastecer os alemães. Era tudo pra lá. [...] Quem produziu, por exemplo, vinho, milho, feijão, tinha que ter tudo dado para o governo. Aí tinham aquelas cooperativas que pegavam aquilo tudo e, depois, o pessoal tinha que pegar uma senha pra pegar [alimentos] pra casa. O pessoal falava que não foi invadido, mas em compensação matou muitas pessoas de lá de fome [risos]. [...] Isso era um ditado que se falava lá: “da guerra eu livro, mas da fome não”. Não adiantou nada, tinham morrido lá. As pessoas não morriam pela guerra, mas morriam pela fome. [...] Muitos lavradores que produziam arroz, feijão, o que tinham, o que se plantava e se semeava e tudo, eles passavam, vendiam escondido, sem o governo saber. Comprava-se na clandestinidade, né? Mas se o governo soubesse, era prisão em cima.²²⁹

É interessante observar no trecho acima a vinculação direta entre a fome durante o conflito e o “acordo” entre Portugal e a Alemanha. Outros entrevistados também mencionaram o contrabando de guerra realizado com a Alemanha, mas o situando como um modo utilizado por Salazar de impedir a participação portuguesa na guerra, endossando, de certa forma, o discurso oficial. Para um entrevistado, “Salazar mandava tudo pra fora [Alemanha], pra não ir se meter na guerra”.²³⁰ Outro informante comenta esse comércio de guerra com a Alemanha e revela como extraiu benefícios dessa situação:

Hitler declarou guerra a Portugal. Salazar é que aceitou a dar lhe coisas para eles comer [sic] para lá. As coisas deram dinheiro pra lavoura. Batatas deram dinheiro, tomate... essas coisas que foram vendidas para a Alemanha, tudo para a Alemanha. [...] Depois da guerra não tiveram mais valor as coisas.²³¹

Mas o caso acima foi uma exceção em relação ao tom geral das entrevistas, que se remetiam à precariedade do abastecimento e ao racionamento. Como coloca Rosas, o comércio com a Alemanha em tempo de guerra pressionou o sistema produtivo do país, agravando uma situação de escassez e inflação dos preços dos alimentos.²³²

²²⁸ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

²²⁹ Fernandes, Armenio. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

²³⁰ Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

²³¹ Dantas, Manuel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 14 out. 2005.

²³² Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 313.

A penúria não atingiu de forma homogênea as famílias dos entrevistados, devido principalmente à cobertura do sistema produtivo camponês, voltado para o consumo interno da unidade familiar, como fica claro nesta passagem:

Bom pode ter sido para ele [Manuel Dantas]. Para uns foi bom, para outros foi ruim. [...] É como estou dizendo: aí foi diferente, para uns foi bom, para outros foi ruim. Ele não teve dificuldades, porque tinha a plantação. Tinha outro sentido. Mas o nosso era pior. Minha mãe trabalhava de jornaleira, de um lado e de outro...²³³

Na passagem abaixo, o retrato da fome no tempo da guerra talvez seja o mais eloqüente e aterrador. No caso, a entrevistada afirma que a família possuía terras, mas não havia pessoas para cultivá-las, pois o seu marido se encontrava no Brasil e suas filhas eram muito pequenas para trabalhar. Sem a retaguarda da produção familiar, o efeito da escassez da guerra se multiplicou duramente. No trecho em questão, Salazar é responsabilizado por agravar a fome provocada pela guerra, o que gerou o descontentamento entre a população da aldeia:

Fazia lá uma feira todas as segundas-feiras da semana. Cada uma segunda-feira era uma feira. E a gente, levava uns trocadinhos que tínhamos feito com os palitos e íamos três. Nunca andava uma mulher sozinha e nem duas. [...] Mas ele [Salazar] foi tão safado que ele botou barreiras entre um lugar e outro. [...] De um lugar pra outro, tu não podias passar nada, só se fosse escondido, logo à noite. Foi a donde muita gente pegou raiva dele, por causa disso. [...] Até isso ele fez também. [...] Esse maluquito, que deve estar nas profundezas do inferno, na casa do diabo. Ele acabou com a nossa raça. Se a guerra vai, se leva mais um ano, havia muita gente que morria. Muita gente morreu de fome. [...] Por pouco perdi a minha saúde. Perdia a minha saúde não, que eu tenho saúde, mas perdi a minha carne que eu tinha.²³⁴

Percebemos nesses relatos sobre a guerra, expostos até aqui, tanto a convergência do discurso do imigrante com o discurso do regime salazarista quanto a enunciação de lembranças que partem da experiência social desses indivíduos, que pode contradizer os postulados oficiais.

Esse descompasso entre o discurso oficial e o não-oficial é bem exemplificado na pluralidade cronológica colocada por Pollak. Este autor cita o exemplo de uma pesquisa com alemães de classes populares, que afirmavam que as datas principais da história alemã, para eles, não foram 1933 (chegada dos nazistas ao poder), 1939 ou 1945 (começo e fim da Segunda Guerra), mas sim 1935 e 1948. Isso porque, nessas datas, houve significativa melhoria econômica, sendo mais marcantes que as datas mais importantes da historiografia oficial. Isso

²³³ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

²³⁴ Soledade, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 out. 2005.

significa que não há simplesmente uma cronologia verdadeira e uma falsa, mas, sim, cronologias plurais.²³⁵

Ao compararmos o teor geral das entrevistas dos imigrantes com o editorial e a forma de veiculação das notícias pelo jornal *Voz de Portugal*, percebemos em muitos momentos o descompasso entre os discursos oficial e não-oficial, do qual nos referimos anteriormente. Nesse caso, cabe um pequeno aparte sobre este veículo impresso.

O jornal *Voz de Portugal* foi fundado em 1936 e, durante todo o tempo que perdurou o Estado Novo, se manteve fiel ao governo constituído de Lisboa. Foi, e ainda é, um impresso produzido no Brasil, por portugueses residentes no Rio de Janeiro. Certamente, o jornal se apresentava como porta-voz da “colônia” portuguesa no Brasil, colocando como universais certos anseios e visões particulares de determinados grupos do interior da comunidade portuguesa do Brasil. Esses grupos eram os “comendadores” – homens ricos e influentes, com grande visibilidade social, com forte ligação com o mundo oficial, já que eram portadores da “comenda” concedida pelo governo de Lisboa – e a elite de intelectuais e jornalistas que agiam na promoção do salazarismo no Brasil. Juntamente com os altos funcionários da embaixada portuguesa no Brasil, os “comendadores” dispunham de amplo destaque nas páginas do *Voz de Portugal*. Uma figura sempre presente era Albino de Souza Cruz, fundador da fábrica de cigarros Souza Cruz, que tinha trânsito livre no interior do governo salazarista, tendo desempenhado, ao longo de sua vida, atividades com significativa repercussão social no meio português, como a presidência do Real Gabinete Português de Leitura.²³⁶ O próprio fundador do jornal, Crisóstomo Cruz, que fundou outros veículos impressos de circulação corrente na colônia, mantinha contatos pessoais com Salazar, além de ter recebido uma comenda do governo português.²³⁷

Apesar de não ter sido um braço institucional do governo salazarista, não seria impropriedade classificar o jornal *Voz de Portugal* como oficial, pela sua ampla adesão às ações e ao ideário do governo salazarista durante a sua vigência. Portanto, este veículo se situava numa zona muito próxima à oficialidade, embora não tenha sido uma produção genuína do regime.

Sobre a questão do descompasso entre o oficial e o não-oficial, a discrepância maior entre o jornal e o discurso do imigrante se refere à questão do desenvolvimento econômico de Portugal durante o governo de Salazar.

²³⁵ Pollak, Michael. *Op cit*, pp. 209-210.

²³⁶ Paulo, Heloisa. *Op cit*, p. 199-203.

²³⁷ *Ibidem*, p. 191.

Foi corrente no jornal a veiculação de notícias enaltecedoras e grandiloqüentes a respeito das ações do governo, com destaque para obras públicas, que denotavam a idéia de desenvolvimento econômico. Por exemplo, “A ponte de Arrábida, a primeira no seu gênero em todo o mundo”²³⁸, juntamente com “A monumental barragem de Miranda do D’Ouro”²³⁹, foram tipos de menções recorrentemente colocadas no jornal. Não somente as ações do governo foram associadas à idéia de desenvolvimento propagado no jornal. Também conferiu destaque a inauguração de empreendimentos industriais, como “a fábrica de moagem de Alhandra”, segundo o *Voz de Portugal*, “a mais moderna e eficiente da Europa”.²⁴⁰ Essas menções serviriam para “ilustrar” um ambiente de exultante progresso econômico no país.

Outro exemplo dessa mesma orientação explicitada pelo jornal foi a entrevista realizada com o “deputado e professor” Gilberto Osório, intitulada “Portugal é um dos países mais prósperos e felizes da Europa”²⁴¹, onde o país figurava como uma ilha de prosperidade em relação ao restante da Europa arruinada pela Segunda Guerra Mundial. Mesmo estando situados em contextos diferentes, desses fragmentos do jornal emergiam uma mesma imagem: Portugal próspero durante o Estado Novo.

Esse quadro retratado pelo jornal tem como responsável direto a pessoa de Salazar, como revela a seguinte passagem: “A palavra do chefe do governo português, depois da vitória que prestigiou, pelo voto do povo, estes trinta anos de experiência política, que tornaram Portugal próspero e respeitado no mundo, era esperado com ansiedade.”²⁴² Há, nesse caso, a correlação direta entre “prosperidade e respeito” de Portugal com a atuação de Salazar. No fragmento de uma matéria intitulada “Um dos maiores estadistas de Portugal em todos os tempos”, a vinculação entre desenvolvimento e a figura de Salazar é ainda mais explícita:

Professor da universidade de Coimbra, mestre da matéria difícil das finanças, Salazar começou por elas, o seu trabalho de reconstrução do país. Nesse terreno, ele assombrou todas as autoridades mundiais, saneando a moeda, equilibrando os orçamentos, consolidando o crédito da nação, saldando dívidas, acumulando reservas para construir grandes obras urbanas e rurais, para rasgar estradas, para ampliar fontes da economia nacional, para estabelecer uma paz social em bases de justiça e condições humanas de trabalho, para extinguir os regimes deficitários coloniais, para fortalecer a defesa nacional nos seus três setores principais: exército, marinha e aviação.²⁴³

²³⁸ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 23/07/1961, p.1.

²³⁹ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 16/07/1961, p.1.

²⁴⁰ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 27/08/1961, p.1.

²⁴¹ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 07/12/1947, p.1.

²⁴² Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 06/07/1958, p.1.

²⁴³ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 27/04/1947, p.2.

A passagem acima está profundamente vinculada àquela idéia de salvação nacional difundida pelo regime, operada sempre como modo de diferenciação e contraposição em relação ao período republicano, que também servia para reforçar a legitimidade do Estado Novo. Essa idéia de salvação nacional, abordada no segundo capítulo da presente dissertação, remetia necessariamente ao “inimigo” do regime (ou seja, a imagem estereotipada projetada pelo regime sobre a oposição): primeiro sob a forma do liberalismo laicizante da Primeira República, depois sob as vestes do comunismo ou de qualquer manifestação contrária ao imperialismo português.

A passagem a seguir se refere à segunda imagem da oposição criada pelo regime, dentro do contexto da Guerra Fria e de contestação ao Império colonial português. O trecho se refere ao “assalto” em alto-mar do navio Santa Maria, em 1961, realizado e organizado por Henrique Galvão, importante membro da oposição ao Estado Novo. A indagação inicial se dirige justamente a Henrique Galvão e, em seguida, o texto discorre, em tom bem reativo, sobre as “conquistas” do regime:

E para quê? Para salvar – diz ele – a pátria da “ditadura” e da “miséria”, para salvar Portugal que está em ordem, que vive em paz, que trabalha febrilmente, que realiza uma obra notável de administração, que está pouco a pouco, construindo a independência econômica do país, elevando seu nível cultural através de numerosos institutos de gabarito científico, extirpando da estrutura espiritual do seu povo o analfabetismo que está, afinal, preparando a nação para ser, em futuro próximo, pela disciplina, pelo culto ao trabalho e pela consciência da responsabilidade nacional, uma das peças mais importantes no concerto dos povos do Ocidente.²⁴⁴

Assim, na disputa entre o regime e a oposição, se vislumbraram duas imagens acerca de Portugal.

A primeira foi aquela construída pelo regime, visualizada nos fragmentos do jornal *Voz de Portugal*, na qual Portugal é o lugar da prosperidade e da paz social, que se encontra em um processo de regeneração nacional, que se traduz na retomada de seu destino histórico de glória, que foi perturbado pela Primeira República. Certamente, nesta visão, o artífice desse processo foi o regime salazarista.

A segunda imagem, produzida no interior da oposição, que por sinal era bem heterogênea – formada por comunistas, anarquistas, socialistas, republicanos e também, após 1958, pessoas egressas do regime –, tinha um caráter de denúncia, eminentemente crítica, preocupada em revelar os índices sociais negativos de Portugal (como a taxa de analfabetismo). Nessa

²⁴⁴ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 29/01/1961, p. 2.

perspectiva, o regime salazarista era encarado como um Estado policial e truculento, imbuído de uma “mentalidade obscurantista”, responsável pelo atraso do país.²⁴⁵

Como em muitas outras questões, o discurso dos entrevistados apresenta variações significativas sobre esse tema. Há, de modo geral, aquele padrão quando estes rememoram o tempo da guerra: uma mesclagem do discurso oficial do regime com a percepção da realidade social vivida, mas com a sobreposição do último. Há casos em que encontramos numa mesma entrevista manifestações de simpatia ao salazarismo e o relato de um contexto bem negativo daquele tempo.

Há momentos de convergência com o ideário do regime, como fica apontado nessas passagens abaixo:

Embora fosse um regime duro, mas era um regime com educação, um regime que para alguns faltava alguma coisa, mas para outros não faltava. Que não faltava trabalho, todo mundo trabalhava, não faltava trabalho. E tudo isso, eu acho que ele não foi um mau governo, acho que ele foi um governo.²⁴⁶

Era um país... quando ele [Salazar] tomou conta do país, logo, logo o país foi apanhando força, o país foi apanhando força. Portugal chegou a ficar um país independente da ONU, quase ficou independente da ONU. Como isso? Forte, entendeu? E você vê dois irmãos aqui, Brasil e Portugal, Portugal nunca dependeu do Brasil para nada.²⁴⁷

Há, então, a reprodução de algumas idéias caras ao discurso oficial, como Portugal sendo a “terra do trabalho” e soberano economicamente no quadro das relações internacionais. Percebe-se a convergência entre esses fragmentos e as idéias veiculadas pelo jornal *Voz de Portugal*.

No entanto, observamos uma significativa recorrência do relato da falta de trabalho e da perspectiva de melhora de vida em Portugal, no momento antes da vinda para o Brasil. Até mesmo um entrevistado que simpatizava com o regime aponta um estado de pobreza daquele tempo:

Muita gente pobre, muita. Naquela época, tinha muita gente pobre. Ih, muita, muita, muita. Eles vinham lá, ajudava os meus pais, a minha mãe lhe dava vinho, carne de porco, comida para eles

²⁴⁵ Silva, Douglas. Exilados anti-salazaristas e suas relações com o nacionalismo e a questão colonial. In Neto, Helion Povoá; Ferreira, Ademir Pacelli (orgs). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos imigratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 62-66.

²⁴⁶ Reigota, Valter. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 07 set. 2005.

²⁴⁷ Duarte, Rui. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 18 fev. 2008.

comerem, os pobres. Naquela época, tinha muito pobre, muito. Era todo dia batiam na porta uns cinco ou seis pobres para pedir esmola.²⁴⁸

Esse quadro de fome, segundo o entrevistado, não foi um fenômeno isolado e confinado às condições do campo português, mas tinha conexões causais com a ação (ou falta de ação) do governo salazarista, como fica evidente no seguinte fragmento:

...tinha muito pobre pedindo esmola de porta em porta. Hoje não tem. Hoje acabou tudo, porque tem a sua reforma, a sua aposentadoria. [...] Naquele tempo não dava [aposentadoria]. O Salazar não dava nada. Naquele tempo só tinha militar que tinha aposentadoria. Era reformado, como se diz lá. Uma grande reforma. Agora, mas ninguém não tinha. Também não descontavam, ninguém descontava. Mas hoje, mesmo que não descontasse, o pobre tem a sua reforma, a aposentadoria tem.²⁴⁹

No mesmo sentido da passagem acima, no que tange à falta de iniciativa do governo salazarista, os fragmentos abaixo se referem à questão do desenvolvimento de Portugal, onde o período do regime é associado à estagnação:

Olha, assim do que eu entendo, Salazar foi bom de 10 a 15 anos. Depois disso, sacrificou muito o povo, não desenvolveu a nação com a necessidade de ela ser desenvolvida. Foi o meu pensamento. Na deles era diferente. Não se desenvolvia a indústria. Não sei qual o motivo e não saberia te explicar. Entendeu? Agora, daquilo que eu entendo, sei que ele sacrificou Portugal. Depois de 15 anos sacrificou Portugal. Ele foi bom sim. Ele foi bom. Até uns 15 anos ele foi bom. Daí para cima começou a sacrificar o povo.²⁵⁰

Era bom. Ele só teve uma coisa: não deixou desenvolver o país. Ele estacionou naquilo e ficou naquilo a vida inteira. Não era má pessoa não. O país poderia ser outro país, mas ele quis assim. [...] Agora, é aquele problema, é aquilo que eu falei com o senhor: foi uma estatística que ele estacionou o país naquilo. Não deixou desenvolver. Não deixou criar uma indústria. Não deixou criar nada. Porque ele poderia ter coisa [indústria] naquela época, tinha condições.²⁵¹

Os trechos acima, ao menos, têm um caráter concessivo, pois denotam aprovação ao regime, embora reconheçam o dado negativo da imobilidade deste. As passagens que se seguem são mais incisivas, associando mais diretamente o regime ao contexto da falta de trabalho:

...no primeiro não foi ruim, mas depois, no final, só queria dinheiro e ouro, e o pessoal cheio de fome... Não fazia obras. O pessoal lá não tinha o que fazer. [...] Porque ele não dava trabalho a ninguém, não fazia estradas, não fazia nada, só queria o ouro. [...] Era imposto de tudo. Tanto

²⁴⁸ Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

²⁴⁹ Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

²⁵⁰ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

²⁵¹ Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.

imposto que um dia eu apanhei cinco multas, [...] na maré que o dinheiro era difícil. Para pagar tinha que vender uma pipa de vinho, para arranjar dinheiro para pagar.²⁵²

Porque era... digo, não havia... dinheiro não havia... não tinha emprego. Quando Salazar morreu começou a se abrir fábricas no Porto. Não tinha fábrica, não tinha trabalho. Quando fui lá, já fui no [sic] Porto. Já vi gente, homens e mulheres, indo para as fábricas. [Antes] não tinha fábrica nenhuma.²⁵³

Para uma das entrevistadas, “Depois que ele [Salazar] morreu, melhorou a nação, o país. Ele atrapalhava.” Pois, Salazar “não fazia nada. Não tinha obras, não fazia nada. Não melhorava nada. Nada, absolutamente nada.”²⁵⁴

Outro ponto em que há contradição entre o discurso do jornal e o dos imigrantes é a questão da contestação e da legitimidade de Salazar perante aos portugueses.

Ficou refletida no jornal a imagem de paz social e ordenamento político, que foram “recuperados” com a instauração do Estado Novo. Em uma matéria enaltecida sobre o general Carmona – presidente até 1953, enquanto Salazar era o primeiro-ministro –, destacou-se que ele foi “três vezes eleito presidente da República, numa continuidade imposta pela vontade livre e soberana portuguesa”. Continuando o jornal, Carmona seria

como penhor supremo dos ideais da revolução, como inspirador moral da regeneração dos costumes administrativos, da reconstrução do país, da renascença política que arrancou Portugal do caos das competições políticas e da indisciplina social, para colocá-lo no plano mundial, ao lado das nações que andam de cabeça erguida, sem estender a sacola da mendicância à generosidade financeira da agiotagem internacional, à humilhação das hipotecas em que se empenham as prerrogativas da soberania e, o que é pior, até as da própria honra nacional.²⁵⁵

Nesta passagem do jornal recuperou-se o discurso da regeneração nacional (tão caro ao regime), com o necessário contraste entre a República e o Estado Novo, que enfatizou o restabelecimento da “ordem política” e da “disciplina social”, valores centrais no ideário corporativista do regime.

²⁵² Dantas, Manuel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 14 out. 2005.

²⁵³ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

²⁵⁴ Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.

²⁵⁵ *Jornal Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 23/11/1947, pp. 1-2.

E a fidelidade à nação portuguesa (e, por conseguinte, ao Estado Novo)²⁵⁶, segundo o jornal, se estendia às populações das colônias, como pode ser verificado nesse eloquente fragmento:

Cristãos, hindus, mulçumanos, homens de todas as raças e condições sociais e crenças religiosas, proclamaram, bem alto, nas ruas de Goa, com entusiasmo incontido, com vibração humana indescritível, o seu patriotismo de portugueses, o seu orgulho de servir e obedecer a bandeira de Portugal, a nação que lhes deu uma pátria e a todos trata como cidadãos livres, como membros da grande família lusíada.²⁵⁷

Nos momentos em que o jornal fez referência a contestações que o regime sofreu, essas manifestações foram tratadas como engendradas por agentes externos à “portugalidade”, como se fossem demonstrações da ação de corpos estranhos contra o conjunto orgânico e harmonioso português. No caso, esses agentes foram identificados como o comunismo ou como qualquer forma de contestação ao poder imperialista português. Na ocasião da tomada dos territórios portugueses pela Índia, o “imperialismo indiano” assumiu o papel de inimigo externo que ameaçava não somente o Império português, mas também a própria “civilização ocidental” – retórica recorrente nessas situações:

Portugal está de luto. A garra de abutre imperialista de Nova Déli rasgou o corpo geográfico da nação portuguesa, para arrancar-lhe Goa, Damão e Diu, símbolos seculares da soberania lusitana, marcos vivos da glória daquele século XVI que foi a centúria da expansão da fé e do gênio lusíada. Bastiões da civilização ocidental ali plantada pelos portugueses, constituem uma realidade multirracial, uma democracia étnica e cultural que mantém aceso sobre o mundo asiático o farol imortal do cristianismo.²⁵⁸

Alguns entrevistados revelaram o grau de descontentamento presente nos lugares de origem, de como a premissa de ausência de contradição social defendida pelo jornal *Voz de Portugal* não se sustentava na realidade:

A maioria não gostava não. Não gostavam porque ele sacrificou muito povo. Ele sacrificou muito o povo, então o povo não gostava. Achavam que ele não fazia nada ali. Ele era solteiro, nunca casou. O próprio presidente tinha que estar casado, mas ele nunca casou. Ele era solteiro, sempre

²⁵⁶ Como Silva coloca, o salazarismo operou uma justaposição entre pátria e regime, utilizando a primeira como fiadora de suas ações e instrumento de coesão social, sendo uma tendência típica do nacionalismo promovido pelos Estados nacionais modernos. Silva, Douglas. *Op cit*, p. 64.

²⁵⁷ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 30/03/1947, p. 1.

²⁵⁸ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 24/12/1961, p. 2.

ficou solteiro. Então ele... o povo não gostava, não gostava. Portugal ficou muito a... como é que se diz?... achatado, nunca passou daquilo.²⁵⁹

Mas essas queixas não poderiam ser expressas livremente, pois a repressão do regime e a ausência de canais de expressão e representação eram os sustentáculos e a garantia do silêncio:

Tinha. Eram contra, mas eram obrigadas a gostar. Porque se fossem contra e descobrissem, prendiam eles [sic]. Nas eleições mesmo não adianta [sic] muito você votar contra. Você podia votar contra, mas você ficava discriminado. Você era apontado. Todo mundo da freguesia sabia que você votou contra.²⁶⁰

A história que eu conheço é que... as vezes que eu escutava, aqueles homens já casados com filhos, idosos, e eu era garoto, eles... tinha uma parte que era a favor e tinha uma contra, só quem fosse contra o Salazar não podia ficar falando. “Se ficar falando aí, o homem te escuta.” [...] Agora, perseguido... comentários contra o governo eram muito poucos, porque não podia falar não. As pessoas tinham medo de falar. Tinham medo de falar. Ninguém falava abertamente não. Por isso não sei dizer se falavam muito não. Ainda mais que, naquele tempo, criança não se metia nas conversas dos adultos.²⁶¹

Não tinha contra e nem a favor, porque ninguém podia fazer nada. Se fizesse, sumia do mapa. Sumia. Quem foi? Ninguém. Não podia saber quem era. Se não, já viu. Na aldeia todo mundo era a favor porque as igrejas é que mandavam, que eu me lembro. Os padres eram a favor. Então, um e outro na aldeia... tinha que ser. Também não era esse negócio de voto, que todo mundo votava não. Só tinha voto uma meia dúzia. Pagavam um tanto de impostos para ter voto. Era livre praticamente. Funcionário público é que tinha.²⁶²

Ao longo desta seção procuramos destacar as lembranças dos entrevistados relacionadas ao período do salazarismo, revelando o modo como esses atores vivenciaram este fenômeno. Podemos observar ao longo dos trechos das entrevistas, em comparação com os fragmentos do jornal *Voz de Portugal*, o espaço da divergência entre a fala oficial e a narrativa dos imigrantes. Esse espaço tem vinculação direta com a experiência social desses portugueses com o seu lugar de origem, o mundo camponês. Assim, vamos analisar a partir de agora as ligações entre a memória e a identidade, que encontra a sua síntese materializada no espaço da aldeia.

3.2 A articulação da memória pela identidade: a lembrança da vida na aldeia

²⁵⁹ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

²⁶⁰ Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.

²⁶¹ Fernandes, Armenio. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

²⁶² Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.

Um dos critérios para a enunciação de nossas lembranças é a identidade. Como coloca Pollak, a memória tem uma ligação unívoca com a identidade individual, fornecendo à memória a coerência necessária para a sua inteligibilidade. Mas como se explica esta ligação?

A memória não é uma instância cristalizada no tempo, um mero reservatório de lembranças passadas. Como vimos anteriormente, ela, pelo contrário, executa um constante trabalho de organização interna, característica inerente à sua condição, pois memória implica necessariamente em seleção e recorte. Além disso, ela possui uma conexão vívida com o presente, o que significa dizer que as questões que nos interpelam são critérios de articulação dos materiais disponíveis na memória individual.²⁶³ Assim, esta se caracteriza como uma instância passível de flutuações no seu interior.

Mas a flexibilidade da memória tem certo limite, já que ela necessita de um sentido de continuidade no tempo, ser uma organização mais ou menos estável para garantir certa coerência entre os seus pontos. A memória funciona como um meio termo entre a imutabilidade e a mudança, entre a rigidez e a flexibilidade. Assim como a identidade se estrutura.

Como vimos anteriormente, a identidade tem uma correspondência com as interações efetuadas pelos atores sociais. Ou seja, ela é mutável na medida em que certos elementos culturais podem ser acionados conforme a situação que os atores se encontram. Por isso, são importantes as noções de fronteira e de relação entre os grupos sociais, já que são decisivas para a forma como a identidade será apresentada e ostentada. Mas a constatação de certa flexibilidade da identidade não endossa automaticamente a idéia de que esta seja uma construção totalmente volúvel, que, caso fosse, seria um estado de esquizofrenia. No caso da memória individual, a constante freqüência de mudanças repentinas, com constantes oscilações bruscas, pode resultar em um quadro patológico.²⁶⁴

Como coloca Pollak, as mudanças e rupturas vertiginosas, que ocorrem na memória individual, são processos psiquicamente dolorosos, e, no caso da memória de uma instituição (como, por exemplo, partidos políticos), a revisão ou a reelaboração desta são frequentemente geradoras de clivagens e conflitos no seu interior, sendo uma fonte excepcional de transtornos para os seus membros – um caso clássico é o Partido Comunista francês.²⁶⁵

²⁶³ Halbwachs, Maurice. *Op cit*, pp. 50-51.

²⁶⁴ Pollak, Michael. *Op cit*, p. 204.

²⁶⁵ *Ibidem*, pp. 206-207.

Portanto, semelhante a um texto narrativo que necessita de um mínimo de coesão interna, a memória trabalha com um mínimo de coerência para ser expressa. A identidade, que também funciona com um sentido de continuidade, está vinculada à memória em dois sentidos: os atributos culturais de uma identidade são, de qualquer forma, dependentes do armazenamento (ou do não-esquecimento) da memória; e a forma como as lembranças são apresentadas – que diz respeito à maneira como o indivíduo se apresenta para si e para outros – têm na identidade um significativo critério de estruturação.²⁶⁶

No caso dos imigrantes portugueses analisados nesta dissertação, elegemos como nexo entre identidade e memória as lembranças que possuem da aldeia e da vida no campo. O universo camponês, significativamente evocados nas entrevistas, é o intermédio visível da articulação entre as duas esferas, por ser importante ponto de referência tanto para a enunciação das lembranças dos entrevistados quanto para a composição da identidade destes.

Vimos no primeiro capítulo uma série de características gerais do modo de vida camponês, como a autonomia relativa da unidade granjeira em relação ao mercado – sendo a sua produção destinada ao consumo dos seus membros –, a predominância do trabalho familiar e a centralidade da autoridade paterna – que na narrativa dos entrevistados aparece sob a palavra respeito.

O discurso dos entrevistados, de modo geral, se assemelha às questões colocadas acima, onde o contexto da aldeia pode ser retratado pela escassez, mas guarda os valores que foram diluídos pelos novos tempos.

Em relação à produção das terras do seu avô, onde passou parte de sua infância e juventude, um entrevistado afirmou que “ele [seu avô] não vendia nada não, só para o consumo”²⁶⁷, embora a propriedade fosse considerada grande pelo entrevistado. Do mesmo modo para um outro depoente, a produção da terra era “só para os gastos de casa. Na minha terra não se vendia nada. Só se plantava para os gastos de casa.”²⁶⁸

A “economia” camponesa também permitia certo grau de vinculação ao mercado, mas na medida em que houvesse excedente para comercializar e comprar o necessário para complementar a alimentação da casa. O fragmento a seguir é bem ilustrativo quanto a isso:

²⁶⁶ Gillis, John. *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton, Princeton University Press, 1994, p. 3. *Apud* Sobral, José Manuel. *Memória e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural. Análise Social*. Vol XXX. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p. 294.

²⁶⁷ Oliveira, Artur de. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 29 ago. 2005.

²⁶⁸ Lopes, Manoel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 27 ago. 2005.

Nós comprávamos nos armazeninhos. Comprávamos, por exemplo, café e açúcar. Lá não tem. E comprávamos macarrão, que nós não fabricávamos, e arroz. O resto saía tudo do nosso trabalho. Primeiro, nós tirávamos para o ano todo, para o ano todo, e depois era que nós vendíamos, entendeu? Era assim que nós fazíamos. A alimentação nós comprávamos... nós comíamos muito bacalhau, a noite, mas era sempre com batata. E ao meio-dia, geralmente, era sempre uma sopa pesada: sopa com bastante carne de porco, com bastante couve, hortaliças, porque nós apanhávamos elas [sic] tenrinhas. Sabe o que é tenrinha? Fresquinhas mesmo, apanhava verdinha mesmo. Tratadas por nós, porque a gente... o que vendia ainda usava agrotóxico.²⁶⁹

Isso indica que no mundo camponês a inserção no mercado (principalmente o de alimentos) era secundária e complementar, demonstrando o grau de autonomia da unidade de produção camponesa em relação ao mercado. Como afirmamos no primeiro capítulo, a produção na unidade granjeira era direcionada ao consumo, não para a venda, onde a finalidade era garantir a reprodução do grupo familiar.

Sobral, em sua pesquisa sobre uma freguesia da Beira, na década de 80, observou como algumas famílias camponesas, mesmo produzindo alimentos a um custo maior do que oferecido pelo mercado, mantiveram as suas unidades produtivas, numa relação distante com o mercado de alimentos. Isso era possível pela lógica distinta da economia camponesa em comparação com a da economia capitalista, devido principalmente à mão-de-obra familiar, que não estava dentro do quadro de salários e custos da lógica capitalista. Dessa forma, essas famílias restringiam a sua participação no mercado “enquanto consumidores”, procurando maximizar os “recursos da exploração fundiária, como fonte de abastecimento alimentar familiar”.²⁷⁰

A força de trabalho nesse tipo de economia tinha como base os membros familiares da unidade granjeira. O “grupo doméstico” poderia incluir, além da família nuclear, os cônjuges dos filhos casados, outros parentes e também criados. Todos ocupavam papéis de trabalho na unidade produtiva, compondo um amálgama de esforços conjuntos no sentido de se reproduzir no tempo. Isso explica, como já foi citado antes, a precocidade na iniciação do trabalho por parte dos membros familiares. Dessa forma, esse tipo de organização se caracterizaria pela sua significativa coesão interna, onde a condição central para a sobrevivência física e social do indivíduo era o pertencimento a essa organização doméstica. Podemos afirmar, então, que há um grau de solidariedade interna bem intensa, na medida em que a família seria o suporte para os momentos de adversidade (como as doenças, a velhice) e, na mão inversa, todos os esforços verteriam para o

²⁶⁹ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

²⁷⁰ Sobral, José Manuel. *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999, p. 68.

“bem comum” familiar. Mas como coloca Wall, essa solidariedade é instrumental, pois é decisiva para a união familiar e para a “maximização das energias de trabalho”.²⁷¹ Portanto, o trabalho familiar é um dos pilares de sustentação do mundo camponês.

O discurso dos imigrantes evidencia a pouca presença de relações empregatícias na lida das tarefas do campo, como fica patente nas seguintes passagens:

Lá não tinha esse negócio de empregado não. Lá a gente ajuda uns aos outros. Negócio de lavoura, você marca um dia para virar as terras e aí vai todo mundo ajudar, amanhã a gente vai para o outro. Lá é assim, ajuda uns aos outros. Para cultivar as coisas era assim. Era sempre assim.²⁷²

Não, não, tem gente que tem empregado, mas era pouco. [...] Amanhã vai no [sic] meu local, todo mundo vai para lá. Então ninguém paga a ninguém. [...] Lá é família, lá todo mundo trabalha. Se você tem um troço, só vai arar a terra, todo mundo vai aqui [na sua terra].²⁷³

Quando a força de trabalho assalariada aparece na narrativa dos entrevistados, o seu papel é secundário, sendo um complemento para o trabalho familiar. O fragmento a seguir ilustra a sentença anterior:

Ah sim! Lá todo mundo trabalha, todo mundo trabalha lá. Toda a família trabalha. Aquilo é tudo em família; família e [...] muitas vezes tem que arrumar pessoas para ajudar no trabalho. Pagar a pessoas para ajudar no trabalho. Contribuição só da família não dá conta do todo trabalho que tinha [que ser] feito. Tem empregados.²⁷⁴

O importante a ressaltar, nesses últimos trechos de entrevistas apresentados, é a questão da “solidariedade”, que extrapola os limites familiares, se estendendo por toda a comunidade da aldeia. Em um outro trecho, um informante afirma que:

O meu lugar era um lugar de gente toda humilde. Você ia fazer uma casa e todo mundo ia fazer a casa de... Você casava e todo o mundo ia ajudar, entendeu? Não era assim... sei lá, era uma união naquele jeito. Mas era por prazer mesmo. E havia muito respeito. Você podia morar na casa de outro, e não havia problema nenhum, [es]tá entendendo? Havia um respeito lá na aldeia. Havia um respeito lá na aldeia. E a aldeia... ela criticava outros lugares por causa disso, porque achava às vezes, não sei, um desrespeito do que as pessoas faziam já naquela época.²⁷⁵

²⁷¹ Wall, Karin. *Famílias no campo*: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p. 33-59.

²⁷² Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.

²⁷³ Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.

²⁷⁴ Reigota, Valter. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 07 set. 2005.

²⁷⁵ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

O regime de mutirão é uma prática corrente e consagrada no mundo camponês, que se estende para além da esfera do trabalho agrícola. Entre os pomeranos do Estado de Espírito Santo, essa forma de “solidariedade” tem função importante para a realização do casamento, como a preparação da festa – que conta com o esforço e acúmulo de recursos combinados das famílias envolvidas – e a construção da casa dos novos cônjuges.²⁷⁶ O mutirão também pode estar presente no momento do parto de uma criança, onde pode ser mobilizado pelos membros da comunidade o transporte da parteira e a reunião dos materiais necessários para a realização do parto.²⁷⁷ No entanto, não se deve pensar a prática do mutirão dissociada do aspecto obrigatório que a envolve, pois ela está vinculada a normas sociais e regras de reciprocidade, onde o componente de conflito está também presente.²⁷⁸ Portanto, o mutirão, presente em várias esferas da vida do camponês, é uma parte constituinte da cultura camponesa.

Em um contexto onde inexistia um sistema de seguridade social promovido pelo Estado, a “solidariedade” entre familiares e vizinhos da aldeia ganhava ainda mais relevo, pois este era o anteparo coletivo para os momentos de crise ou de incapacidade de exercer o trabalho por algum membro pertencente ao grupo,²⁷⁹ o que pode ser observado na passagem a seguir:

Não havia muita fome, sabe por quê? Todo mundo tinha as suas terras. Então, todo mundo ajudava uns aos outros. Quando tem [sic] uma pessoa mais humilde que não tem [sic], as pessoas ajudam [sic]. Ajudavam muito. Hoje não. Todo mundo tem INSS. Todo mundo é aposentado com o INSS. Hoje não tem mais isso. Mas antigamente não existia. Não existia nada. [...] Quase todo mundo tinha casa própria. [...] Não havia aquela miséria igual da cidade não. Não havia não. Na cidade tem mais miséria. Na cidade o pessoal... além ter muita gente largada, como tem aqui, como tem lá... todo lugar tem. Não dizer que lá não tem é conversa fiada. [...] Lá não tinha essa miséria não. Não tinha essa fome. Porque os outros colaboravam. Na igreja, por exemplo, toda semana era recolhida uma cesta de alimentos, feijão... essas coisas assim, sabe? Ia lá para uma comissão de pessoas. Todo domingo a gente levava.²⁸⁰

Certamente, o mundo camponês não era isento de contradições e conflitos no seu interior. Para além das tensões entre o senhorio e os seus dependentes, a própria família camponesa funcionava com uma contradição estrutural, que derivava das estratégias de reprodução social e

²⁷⁶ Bahia, Joana. “*O Tiro da bruxa*”: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000, p. 171.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 113.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 257.

²⁷⁹ Waal, Karen. *Op cit*, p. 33.

²⁸⁰ Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.

física desse tipo de família. Como vimos no primeiro capítulo, a prática da prole numerosa se chocava mais adiante com o problema da sucessão do papel de chefe da unidade doméstica.

Mas a imagem que prevalece nas entrevistas é a da “união” dos tempos da vida na aldeia, por vezes contraposta aos tempos atuais, visto este último pelo prisma da ausência. Provavelmente esta imagem é resultado das próprias características do mundo camponês, marcado pela prevalência do “coletivo sobre o individual”. A forma de trabalho – que era numeroso e necessitava ser organizado e coordenado –, a transmissão por via oral de saberes e experiências – “que regulavam os pactos da vida social” – e o usufruto coletivo da produção do trabalho²⁸¹ privilegiam (ou mesmo impõe) uma organização coletiva e socialmente mais coesa. A elaboração dessa imagem, sem dúvida, está associada à posição e à construção da identidade dos entrevistados, sendo a “reinvenção da aldeia” uma forma de diferenciação do meio urbano e brasileiro, além de componente importante na composição do “ser português”.

De qualquer maneira, a representação do mundo da aldeia e do campo pelos entrevistados é a imagem de comunidade, que remete às idéias de colaboração mútua e “amizade desinteressada” – representação essa sintetizada no termo *mutirão*, que é frequentemente uma idealização do mundo camponês, como lugar harmonioso e cooperativo, mas que encobre a tensão social presente neste espaço.²⁸² Para uma entrevistada:

A vida na aldeia era boa. Trabalhava... a gente trabalhava na terra, estudava. Eu levava esse meu irmão que morreu para o colégio, íamos para escola. Estudávamos, almoçávamos, fazíamos o dever de casa. Todos os dias chegávamos três horas. Lá era o dia todo. [...] Ia lá almoçava e saíamos três horas. Depois íamos para os campos. Ou sábado ou domingo íamos para igreja, para missa... era a vida, que era sempre assim. [...] Quando se desfiava a espiga de milho, onde as pessoas se juntam, cantam e dançam [sic]... Agora não sei se tem mais isso [...] E a vida da gente na aldeia era assim, muito bom para se viver. Era tipo uma família. Todos se conhecem [sic], tudo amigo. E todos se conhecem [sic].²⁸³

Geralmente, as lembranças do tempo da aldeia são enunciadas com um tom nostálgico, constituindo ainda um referencial para o julgamento do tempo presente:

É um meio de vida. É uma coisa engraçada que, parece que não, é uma coisa que a gente nunca esquece. Esse tempo que a gente leva trabalhando na lavoura... Eu vim para cá em [19]55. Eu vivi muito tempo aqui sentido saudades, porque a vida na lavoura é uma vida boa. É uma vida meio sacrificada... Eu também trabalhava fora para poder faturar um trocado, para poder dar uma cobertura, para poder pagar as despesas da casa. [...] Engraçado né, depois que passou muitos

²⁸¹ Sobral, José Manuel. *Op cit*, p. 41.

²⁸² Bahia, Joana. *Op cit*, p. 257.

²⁸³ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

anos, que eu vim para aqui, eu comecei a pensar na rotina da vida que eu tinha lá no campo. [...] Naquele tempo era saúde. A gente tinha saúde, porque a gente trabalhava, a gente fazia força sem querer, até mais aqui que a gente tinha. [...] É por isso que agora, com essa idade assim, o corpo não agüenta mais.²⁸⁴

Nas cidades sempre tem gente. Sendo que... Naquele tempo era mais bonito, pronto! Nos anos que eu me conheci, de [19]55 até [19]61, quando eu vi para cá, era outro tempo. Havia pobreza, mas havia alegria. Hoje há riqueza, mas não há alegria, entendeu? O povo todo triste, só pensam no dinheiro também. É, a maioria lá só pensa em dinheiro. É ver aquele que está melhor do que o outro. [...] É uma mentalidade fraca. Mas naquele tempo era bom. Era bonito, muito bonito. Dos meus... dos meus 16 anos aos 19, foi o tempo que melhor eu tive na minha mocidade. Foi esse, dos meus 16 aos 19. Mocidade muito bonita. Passado muito bonito. Minha mãe dizia assim, ao domingo: “tens que ir à missa e depois em casa”. Com 15 anos e 16 era isso assim. Hoje ninguém tem mais respeito à mãe e nem ao pai lá. Com 15 anos a 16, nem olham para o que a mãe faz.²⁸⁵

Especialmente no último trecho é perceptível a relação entre a idéia de respeito e autoridade paterna, apresentando-se praticamente como termos intercambiáveis. O “respeito” seria um termo que sintetizaria aqueles valores sociais importantes no universo camponês, que, no caso do fragmento em questão, se refere à obediência aos pais e à religiosidade católica.

É nesse ponto que encontramos com mais clareza a articulação entre a memória e a identidade, pois a rememoração passa pelos referenciais culturais do mundo camponês. E especificamente nesse trecho a memória circula entre o passado e o presente, indicando que a organização da memória está baseada na relação entre esses dois pólos.

Em sua pesquisa, Sobral aborda os conflitos de gerações, onde os mais velhos criticavam justamente as transformações atuais da relação entre pais e filhos, especialmente a postura dos “jovens do sexo masculino”. O discurso dos mais velhos se baseava na contraposição entre passado e presente, tendo como referência a “superioridade” dos tempos passados. O comentário geral foi que antigamente os pais possuíam o controle pleno sobre os filhos: por exemplo, o dinheiro que os filhos ganhavam ia para o montante do orçamento da família, e os pais compravam as suas roupas e concediam algum dinheiro para as despesas com “dias de festas”.²⁸⁶

Em um outro trabalho, o mesmo autor colocou as representações que camponeses idosos têm do passado e do presente. O antes é tido como o tempo da escassez e da subordinação aos senhorios ou patrões, cuja obediência era o caminho para obter “acesso ao mundo dos favores que eles poderiam dispensar.” O antes também não havia aposentadorias ou outras formas de seguridade social. Por outro lado, embora hoje tenha maior abundância e não tenha mais

²⁸⁴ Duarte, Rui. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 18 fev. 2008.

²⁸⁵ Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

²⁸⁶ Sobral, José Manuel. *Op cit*, p. 241.

“repressão”, antigamente havia mais amizade e solidariedade, se trabalhava mais e existia a “alegria” que era peculiar a esse passado.²⁸⁷

Assim, ao mencionarmos a importância da relação entre passado e presente para estruturação e enunciação da memória desses imigrantes, que no caso foi a questão das transformações das relações parentais, iremos analisar mais detidamente esse importante critério – a relação passado e presente – de organização da memória. Assim, utilizaremos uma perspectiva mais geral, que trata das representações dos imigrantes acerca do passado e do presente de Portugal. Para isso, selecionamos dois marcos significativos do período posterior ao regime, que possuem diferentes olhares de significância para o imigrante e que dizem respeito à visão de política dele: a Revolução dos Cravos e a integração de Portugal ao mercado europeu.

3.3 Passado e presente

As questões que nos interpelam no presente influem no modo como vemos o passado, assim como a recíproca é verdadeira.²⁸⁸ Se seguirmos a premissa de Halbwachs, a memória individual não é repositório de lembranças em estado de latência (que por vezes emergem), pelo contrário, ela possui uma vinculação direta com os contextos social e histórico vivenciados pelos indivíduos. Em outras palavras, o ato de lembrar é realizado à luz do presente, funcionando o último como um critério de rememoração ou como um referencial comparativo com o passado, como se pode averiguar nesta afirmação de um entrevistado: “Naquela aldeia... lá não há violência, não há nada lá. [...] Não vou dizer que não tem. Tem, mas em vista disso aqui, não existe.”²⁸⁹

Dessa forma, abordaremos nesta seção a relação entre passado e presente em Portugal visto pelos imigrantes, mais especificamente, o jogo relacional entre o período salazarista e o contexto do Portugal moderno, onde o ontem e o hoje se influenciam mutuamente. Então, é

²⁸⁷ *Idem*, p. 310.

²⁸⁸ Do mesmo modo, o peso do passado constrange e limita o repertório de escolhas que os homens no presente dispõem. Poderíamos traçar um paralelo dessa questão que estamos abordando com o ato de “compreender” de Gadamer. Para este autor, a “compreensão” parte da constatação de que o passado nos interpela, pois a força das suas estruturas influi em nossas trajetórias pessoais, delimitando e agindo como uma força coercitiva. A partir desta relação entre esses dois pólos – nós, no presente, refletindo sobre a tradição e, ao mesmo tempo, as estruturas do passado agindo sobre nossas vidas –, que emerge a idéia de “círculo hermenêutico”, ou seja, a compreensão a partir da “relação circular entre o todo e suas partes”. Gadamer, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 58.

²⁸⁹ Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.

importante frisar que os entrevistados reconstroem o ontem a partir das posições sociais e temporais ocupadas por eles no presente, e, por isso, alguns pontos de referência histórica são mais “lembrados” do que outros.

O interesse em discutir este ponto surgiu a partir das menções sobre o Portugal atual por parte dos entrevistados, pois quase a totalidade do grupo já voltou ao país e mantém contatos regulares com parentes que se encontram lá.

Devido à complexidade do tema, evitaremos o debate sobre modernidade e as suas acepções. Apenas nos limitaremos a abordar os pontos levantados pelos entrevistados, que se remetem principalmente às transformações materiais as quais passou Portugal nos últimos 25 anos e à situação que se encontra o mundo rural português (ao menos, o que diz respeito às suas localidades de origem).

Tomamos como marcos dois fenômenos reveladores do Portugal moderno: a Revolução dos Cravos, por, além da sua importância política, ter marcado o fim do regime salazarista e o início do processo de estabelecimento da democracia em Portugal; e a integração econômica de Portugal com a Europa, que produziu um crescimento econômico vertiginoso do país, acompanhado pelas transformações nos costumes e nos hábitos há muito consolidados.

Mas esses dois fenômenos possuem significados desiguais quando se tem como juízo o ponto de vista dos imigrantes.

A Revolução dos Cravos, um fato caracteristicamente político, impressiona pela sua ausência na narrativa dos entrevistados. Mais adiante iremos tratar este ponto, que contribui para compreender a ótica política dos imigrantes.

A integração com a Europa produziu transformações materiais radicais na paisagem e no modo de viver em Portugal. Aqui o contraste entre as imagens do presente e do passado é mais vívido, pois as transformações são mais palpáveis, mais concretas. As mudanças, que de certo modo implicaram na dissolução do mundo camponês, assumiram uma significação ambivalente para os imigrantes. Também analisaremos este ponto ao longo dessa seção. Ao tratarmos da Revolução dos Cravos, cabe um pequeno adendo explicativo sobre este fato.

De 1961 a 1974, Portugal arcou os custos de uma guerra inglória em suas colônias ultramarinas, num impasse que minava o domínio exercido por séculos naquelas regiões. Como a economia portuguesa era dependente de suas colônias (sobretudo Angola) e a sua política externa

estava direcionada para o Atlântico²⁹⁰, Portugal não abria mão das suas colônias, mantendo uma política intransigente de não-negociação com os movimentos de libertação, prolongando, indefinidamente, o conflito.

Foi no seio de uma categoria em especial que os rumos dos acontecimentos foram determinados. As divisões internas no exército português – principalmente entre os oficiais do alto escalão e os oficiais de baixa patente – foram um dos principais catalisadores da crescente insatisfação com os rumos da guerra colonial. Os oficiais de baixo escalão formaram o chamado MFA, Movimento das Forças Armadas. Este agrupamento vinha conspirando contra o enfraquecido governo de Marcelo Caetano, buscando a adesão de setores descontentes das Forças Armadas.

Em 25 de abril de 1974, dá-se o golpe militar, executado e coordenado pelo MFA. Curiosamente, o regime salazarista terminava da mesma forma que começou: com um golpe militar. Mas o que foi inicialmente um movimento militar se converteu rapidamente numa revolução. Várias forças políticas, que outrora estavam sufocadas pela repressão do antigo regime, emergiram rapidamente à luz da vida política. Um turbilhão de atividade política de rua, até então represada, veio à tona com toda a sua força mobilizadora. Nas palavras de Kenneth Maxwell:

Em sua pior faceta, Portugal pós-golpe era como uma rocha muito antiga que, emborcada de súbito, revela milhares de insetos correndo freneticamente sob a luz. Na faceta melhor, Portugal era o jardim de folhagens frágeis, brilhantes e enleadas.²⁹¹

A esquerda foi a grande beneficiada com a revolução, especialmente os comunistas e os socialistas, que imediatamente conquistaram espaço no novo governo. Durante os anos do regime, os grupos políticos de esquerda, especialmente o PCP, foram duramente perseguidos e sua vida política se deu na clandestinidade. Quando o regime se esmoreceu com a revolução, esses grupos já estavam organizados e estavam com a popularidade em alta devido à longa folha de serviços prestados como oposição ao regime. A própria lógica do Estado Novo de imputar a

²⁹⁰ A política externa portuguesa durante o salazarismo preconizava o Império ultramarino em detrimento de uma maior integração com a Europa. Essa política estava baseada em várias concepções, na qual uma delas afirmava que era preciso Portugal ter um Império colonial forte para garantir a sua independência frente às pretensões expansionistas da Espanha. Ver: Telo, António José. *As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal*. *Revista de História das Idéias*. Vol 16. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994.

²⁹¹ Maxwell, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 93.

toda oposição o rótulo de comunista produziu, com o advento da revolução, um efeito curioso: como a oposição era identificada com o comunismo, na nova situação revolucionária, os comunistas “tornaram-se os mais identificáveis como heróis do novo.”²⁹² A direita e o centro estavam momentaneamente neutralizados e desarticulados, mesmo os que não estiveram envolvidos com o regime; mas isso foi realmente momentâneo, como os fatos subseqüentes iriam demonstrar.²⁹³

Nesse contexto de mudanças políticas bruscas e de dissolução instantânea de todo o edifício do regime salazarista, é pertinente observar a postura do jornal *Voz de Portugal* nesses momentos cruciais.

Esse jornal manteve a sua linha adesista com o Estado Novo até os seus estertores. Na matéria intitulada “Portugal vítima da incompreensão do mundo”, veiculada em janeiro de 1974, se retoma a certas diretrizes da tese salazarista sobre a questão colonial, como a defesa intransigente do Império ultramarino e a mística da “missão” civilizadora e cristianizadora de Portugal, sendo este o “estandarte” do ocidente nas terras além-mar:

...einentes personalidades estrangeiras, que fazem o que os secretários gerais da ONU se recusam a fazer com medo de confessar a verdade, são unânimes nos seus depoimentos a respeito da ordem social, da perfeita integração étnica reinante, do crescimento magnífico e, quase poderíamos dizer, sem demagogia, espetacular de Angola e Moçambique. [...] Não vemos razões para alguns países do ocidente teimarem em não reconhecer nem compreender o papel desempenhado por Portugal, já que este constitui, verdadeiramente, em África, o mais forte, o mais autêntico baluarte da civilização cristã e ocidental, ameaçada pelo ódio ideológico e pela cobiça desenfreada de uma plutocracia sem alma e sem coração.²⁹⁴

Em fevereiro, dois meses antes do movimento dos capitães de abril, o jornal reitera o apoio ao governo, embora de uma forma um tanto oblíqua:

Os portugueses do Brasil mostraram mais uma vez o seu patriotismo através do incondicional apoio dado à política do governo português, apoio este sentido nas homenagens prestadas ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Patrício. Quer em Brasília, no Rio, em Teresópolis ou em Niterói o apoio foi exatamente o mesmo.²⁹⁵

²⁹² *Ibidem*, p. 94.

²⁹³ Maxwell argumenta que a visibilidade da esquerda durante a revolução trazia uma percepção enganosa quanto a sua real força política. O regime, até os seus momentos finais, contava com o apoio ou o consentimento tácito da população portuguesa. Esse enorme contingente, alienada dos acontecimentos do 25 de abril e sem porta-vozes, vai ser o esteio eleitoral para os partidos de centro e direita formados após 1974. *Ibidem*, p. 95.

²⁹⁴ *Jornal Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 19/01/1974, p. 2.

²⁹⁵ *Jornal Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 23/03/1974, p. 1.

Utilizando a estratégia (por sinal, um antigo recurso do jornal) de emitir a sua opinião através da fala de terceiros, o *Voz de Portugal* pronunciou a sua última menção de apoio ao regime construído por Salazar na matéria com o título “Congresso dos povos confia em Marcello”:

O aladi Manah Maneh, que falou na sessão final, [...] sublinhou, em nome dos congressistas a “inabalável fé na vitória daqueles que desejam a paz, sobre os que fazem a guerra”. [...] E afirmou também: “Estamos com o governo de Marcello Caetano, na construção de um Portugal multirracial, uno e livre.”²⁹⁶

Decerto, não podemos, a partir do fato de que o jornal apoiou o regime até o fim, qualificá-lo como um veículo ultra-salazarista, assim como os nazistas empedernidos que se mantiveram fiéis a Hitler até o derradeiro fim da guerra. Até porque ninguém acreditava que o regime salazarista poderia cair em cinco dias, embora as reiteradas manifestações de apoio e confiança ao governo Marcello Caetano presentes no jornal fossem sintomas indiretos do contexto de crise e isolamento do governo. Mas a exposição dessa postura do *Voz de Portugal* nos momentos finais do Estado Novo serve, além de base de comparação com a postura posterior a 25 de Abril, para ilustrar a relação desse meio impresso com os governos de Lisboa.

Nos primeiros momentos após a Revolução, o tom do jornal era de desorientação, afetado pela perda das linhas mestras que estruturavam a sua pauta. Não era para menos, tendo em vista as circunstâncias em que o regime caiu e a fidelidade ao salazarismo mantida pelo jornal *Voz de Portugal* ao longo dos anos. A única orientação possível era a adesão ao governo vigente, visível na manutenção da prática de noticiar acriticamente os informes e ações governamentais. Podemos citar como exemplo o título da nota “Novas leis para os trabalhadores”, que informa: “Nos círculos políticos de Lisboa é aguardado com expectativa o comício que o Partido Comunista (do Dr. Álvaro Cunhal) promove amanhã à noite no pavilhão dos desportos.”²⁹⁷ Isso era um tipo de notícia inimaginável há alguns meses atrás, onde os comunistas eram comumente rotulados de “terroristas”.

A posição do jornal nesse momento foi semelhante a das forças policiais remanescentes do regime. Devido à perda das bases bem definidas de autoridade e comando e com a total

²⁹⁶ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 20/04/1974, p. 3.

²⁹⁷ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 25/05/1974, p. 1.

inversão da situação política do país, as forças de segurança pública se encontravam perdidas e confusas, restando manterem-se fiéis ao governo da vez. Isso gerava situações bizarras, como prestar “continência para os estudantes cabeludos” e saudar “os milicianos agora instalados no antigo quartel-general da polícia secreta com o mesmo respeito com que haviam saudado os ocupantes anteriores.”²⁹⁸

O trecho a seguir de um editorial do jornal é revelador quanto à situação confusa do veículo pós-revolução, que procurava se salvaguardar em algum ponto estável em meio ao turbilhão de acontecimentos novos (apelando, assim, a um discurso em “favor” da nação portuguesa), demonstrando, desse modo, o caráter adesista do jornal *Voz de Portugal*:

É por Portugal que somos e estamos. Para nós, portugueses ausentes, é Portugal que conta. Lá, talvez discutíssemos princípios, apontássemos caminhos, afirmássemos o nosso julgamento sobre a validade, a eficácia, a grandeza dos rumos que fossem traçados. Aqui, para que se não desvirtue a autêntica posição de quem está longe e por isso não participa, compete-nos apenas acatar, respeitar os poderes constituídos – e ter fé, uma fé inabalável, uma fé transcendente, na sua missão redentora.²⁹⁹

Quanto à representação da Revolução dos Cravos pelos entrevistados, percebe-se, de maneira geral, a ausência de significado ou relevância para eles, ora justificando o desinteresse pelo fato de que já não estavam mais em Portugal, ora alegando que não a acompanharam por ter sido um acontecimento restrito à política, já que “a política só ajuda quem está no poder, quem governa diretamente aos outros. Quem está por fora, nada tem a lucrar com a política. Nunca me interessei por política.”³⁰⁰

Quando a Revolução dos Cravos foi lembrada (ou verbalizada) nas entrevistas, tivemos dois entrevistados que a tomava como uma transformação positiva, com relação direta com o Portugal moderno; também tivemos outros dois entrevistados que a consideraram segundo uma perspectiva negativa, especialmente quando se referiram à questão da ordem. Mas há uma diferença importante entre esses dois tipos de menção sobre a revolução. No primeiro tipo, o 25 de Abril é tido como o início do processo de constituição do “Portugal moderno”, mas a sua imagem é nublada, com poucos detalhes, que somente ganha relevância porque está relacionada ao Portugal da afluência material:

²⁹⁸ Maxwell, Kenneth. *Op cit*, p. 93.

²⁹⁹ Jornal *Voz de Portugal*. Rio de Janeiro, 04/05/1974, p. 1.

³⁰⁰ Reigota, Valter. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 07 set. 2005.

Isso [Revolução dos Cravos] aí não acompanhei muito assim não. Achei uma coisa boa. Achei que foi uma evolução muito grande, que deu uma evolução muito grande a Portugal da política de lá pra cá. Aquilo lá melhorou muito, e tudo mundo fala que foi da Revolução dos Cravos para cá. Que aquilo melhorou muito em relação ao tempo que a gente tava lá, tanto em social, econômica, tudo... econômica, aquele pessoal de lá, mudou do inferno para o céu.³⁰¹

Já no segundo tipo de menção, o detalhamento é maior, sendo o “25 de Abril” tomado de forma mais isolada, sem conexão com presente, como pode ser observado a seguir:

A Revolução dos Cravos, o 25 de Abril. A Revolução dos Cravos do dia 25 de abril se deu mais pelo seguinte: o pessoal estava cansado de ver baixas, porque a guerra era constante e matava-se muita gente sem necessidade. Você [es]tava matando um angolano, e era o seu irmão. [...] Então, eles estavam cansados de ter baixas, aí deu-se essa Revolução aí, por causa da liberdade do 25 de Abril, não é isso? Por causa da liberdade da votação. Mas muitos deles que fizeram isso se arrependeram. [...] É. Muitos deles se arrependeram. Eu já vi até aqui no rádio, eles que estão aqui, que não podem nem mais ir lá, assim foi Craveiro Lopes. Craveiros Lopes não pôde ir mais para lá. E eles [es]tão... estavam revoltados por causa disso. E não era assim que era para ser feito. As coisas não eram assim para serem feitas.³⁰²

Um dos entrevistados, que esteve em Portugal em 1975, no ano em que se radicalizou o processo revolucionário – com a expropriação de grandes propriedades rurais e com a nacionalização dos bancos –,³⁰³ assinalou principalmente a questão da inversão da ordem social. Para ele, a revolução foi negativa porque “os empregados [estavam] a ponto de virarem patrões [e] as empresas de ônibus foram tomadas”. Além disso, o entrevistado alegou que “éramos mal atendidos nos restaurantes e nem podíamos reclamar”, sendo que “as autoridades [policiais] não tinham”.³⁰⁴

Provavelmente, essa pouca relevância da Revolução dos Cravos para os entrevistados esteja relacionada à postura apolítica exibidas por eles, já que esse evento teve uma clara conotação política. Nesse ponto, cabe uma comparação entre duas categorias de portugueses que emigraram para o Brasil e que possuem um corte quanto à postura política: o imigrante “econômico” e o exilado político.

O próprio nome já é revelador da categoria social: econômico porque emigrou para “melhorar de vida” no Brasil; político porque saiu de Portugal em razão da perseguição política do Estado Novo. São dois grupos inteiramente distintos, que não se entrecruzavam e possuíam universos sociais estranhos um a outro. A percepção por parte dos exilados de que a colônia

³⁰¹ Fernandes, Armênio. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

³⁰² Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

³⁰³ Maxwell, Kenneth. *Op cit*, p. 159-160.

³⁰⁴ Lopes, Manoel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 27 ago. 2005.

portuguesa no Brasil era um sustentáculo e propagadora dos ideais do regime, uma extensão do salazarismo, contribuía para o afastamento dos dois campos. É interessante observar as diferentes imagens dicotômicas vinculadas (e imputadas) a cada categoria: o Brasil assumiria a imagem tanto de colônia (na ótica salazarista) quanto de diáspora (para oposição ao regime); o imigrante seria, na visão do salazarismo, um herói, na medida em que seria responsável pela propagação dos valores portugueses e cristãos pelo mundo, ao contrário do exilado, que seria o antipatriota, o traidor da nação.³⁰⁵

Tendo em vista o histórico de oposição e críticas ao regime, que tinha no jornal *Portugal Democrático* o porta-voz do campo anti-salazarista no Brasil, é inevitável supor que a Revolução dos Cravos tenha sido central para os exilados, pois significou a materialização do objetivo primeiro das fileiras oposicionistas, que, pode-se deduzir, forneceu o amálgama para um campo político tão diverso: o fim do regime e o restabelecimento democrático em Portugal.

Embora peque pelo seu caráter homogêneo e vago, essa distinção entre as categorias de emigrante “econômico” e de exilado político contribui para compreender o déficit de significado da Revolução dos Cravos para os entrevistados, que se explica em partes pela sua conotação política.

Em contraposição, o “Portugal moderno” está bem mais presente no discurso dos entrevistados, que se apresenta de forma mais espontânea na narrativa, sem o recurso do questionamento direto sobre o tema, diferentemente quando se trata da Revolução dos Cravos. Basicamente, o “Portugal moderno” emerge sob duas formas principais: de um lado, a descrição das transformações na paisagem do país e a afluência material atual, acompanhada com a referência à escassez característica dos tempos antigos; do outro lado, que possui uma acepção negativa para os entrevistados, se refere à dissolução da paisagem rural e do modo de vida camponês.

Com a crescente integração econômica com a Europa, que fora ratificada com o ingresso do país à Comunidade Européia em 1986, o período dos últimos 30 anos foi o processo que tornou Portugal mais semelhante e mais próximo aos países europeus centrais. A integração com a Europa trouxe significativos aportes financeiros ao país, tanto que “Bruxelas superou Washington por grande margem como fonte de ajuda financeira e assistência,” e forçou, como

³⁰⁵ Silva, Douglas. *Op cit*, pp. 64-65.

contrapartida das inversões de capital, a realização de reformas econômicas no país.³⁰⁶ Esse movimento de integração com a Europa resultou no crescimento econômico vultoso e no incremento de obras públicas pelo país.

O acesso a bens de consumo antes indisponíveis e a transformação na paisagem, agora ocupada por inúmeras edificações, são as tônicas das narrativas. São essas mudanças mais palpáveis, tangíveis e concretas que ativam as lembranças do passado aldeão, dentro de um incessante círculo comparativo entre passado e presente. Segundo uma entrevistada: “Agora tem todo o conforto lá. Luz elétrica não tinha. Era lampião. Também não tinha água encanada. Hoje tem. Hoje tem todo o conforto, tudo o que você pode imaginar. [...] Hoje tem geladeira, tem frigorífico, tem tudo lá.”³⁰⁷

Nos fragmentos a seguir, além de mencionar as melhorias materiais, os entrevistados também se remetem ao impacto que essas mudanças provocaram no estilo de vida dos portugueses:

Eles tornaram-se mais americanos que o americano. Porque muita gente vive e não trabalha. E vivem bem! Olha, eu faço o meu café aqui. Mas pensa que alguém lá faz mais café? Vai lá no [sic] barzinho. [...] E muitos já vão buscar a refeiçãozinha, que antigamente tinham que fazer com lenha. Hoje tem tudo! Hoje tem tudo! Hoje tem vários fogões. Tem casas com... Aqui ó (apontando para o redor), como é o meu quarto. Lá tem as serpentinas em volta para o calorzinho. Já estive lá e sei como é que é. Os meus irmãos têm cada casa que é um espetáculo. Trabalhando lá e vivendo lá.³⁰⁸

Eles ficaram muito vaidosos, não eram como a gente não. Era tanta gente a andar de qualquer jeito. Agora não. Melhorou muito lá em Portugal. Agora eles ganham bem e melhorou muito. Então, no tempo da gente, não era assim não. Andam bem arrumados, tudo tem carro. Esse meu irmão, que esteve aqui, não sei quantos carros eles têm na garagem. Ele tem duas filhas. As filhas têm um carro cada uma. Tem gente que trabalha e vai de moto. Têm alguns que vão de moto. No meu tempo, não tinha nada, não tinha carro. [...] Os rapazes usavam muito era bicicleta, depois uma bicicleta a motor. Agora não, todo mundo tem carro, aquilo melhorou muito.³⁰⁹

E, segundo a entrevistada acima, a melhora se deu pela adoção do Euro em Portugal, o marco que distingue o passado caracterizado pela carência (identificado com o governo salazarista) e o presente da abundância:

³⁰⁶ Maxwell, Kenneth. *Op cit*, pp. 244-246.

³⁰⁷ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

³⁰⁸ Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.

³⁰⁹ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

Aí, então, quando ele [Salazar] saiu do poder e entrou outro, eles ficaram assim... como é que se diz... entraram na... no câmbio europeu. Então aquilo melhorou. Começaram a ganhar dinheiro. Começaram a comprar móveis. Começaram a comprar tudo. A gente não tinha não. Eram poucos móveis. Era uma coisa: pouca roupa, pouco móveis. Agora não. Eu quando fui lá, com os meus irmãos... a casa onde eu nasci tava tudo abaixo. Agora é casa nova, fez no Porto [cidade portuguesa]. Todos com casa nova, com casa grande. Eu tenho que fazer uma casa melhor, se não eu passo vergonha. Eu fui lá e vi, agora estão todos bem, muito bem lá. Aquilo lá melhorou muito. Agora no tempo de Salazar, dinheiro não havia. [...] Entraram nesse câmbio europeu e aquilo melhorou, coisa que o Brasil não pode entrar não.³¹⁰

Mas o presente em Portugal tem um sentido ambíguo, porque também representa a decadência do tipo de atividade rural que eles praticavam e o abandono dos campos. Um entrevistado, com ar de lamentação, constatou em sua última viagem a Portugal o esvaziamento dos campos, onde “tinha um monte de oliveira, assim... vinho, tudo abandonado”, já que “para fazer dez litros de azeite, o cara que ia apanhar lá te cobrava 15, então deixava ficar por lá. Comprava porque era mais barato.”³¹¹

Outro entrevistado constatou o mesmo problema quando visitou as terras de sua família:

Não compensa. Fui numas terras que foram dos meus avós, que depois ficaram com os meus pais, a minha mãe e as minhas tias. Cheguei lá, as uvas secando nas parreiras. “Vocês não vão colher não?” “Não tem gente para colher.” E não conseguiram gente para pagar para colher. [...] Não compensava. Pouca coisa. Só grandes fazendas, entendeu?³¹²

De fato, o mundo rural passou por intensas transformações a partir do pós-guerra, sobretudo nos países de economias centrais. Essas mudanças se apresentaram sob a forma da dissolução física e simbólica do espaço caracteristicamente rural, que se deu a partir de dois vetores fundamentais: o crescimento do perímetro urbano, que produziu um processo de anexação de terras do meio rural pelas cidades; e o abandono dos campos e do trabalho camponês tradicional. Essa dissolução recobriu diversos aspectos do universo rural: “economia, e formas de organização social, paisagens e ideologias, modos de vida, de habitar e de trabalhar.”³¹³

Peixoto, ao tratar mais especificamente do caso português, argumenta que o “desaparecimento” do meio rural engendrou uma “ideologia” da patrimonialização, que concebe o espaço rural como um patrimônio a ser preservado do crescimento voraz da cidade. As justificativas que fundamentam esse pendor preservacionista (ou o temor do “desaparecimento”),

³¹⁰ Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.

³¹¹ Oliveira, Artur de. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 29 ago. 2005.

³¹² Cruz, Antonio Alves da. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 mar. 2007.

³¹³ Peixoto, Paulo. O desaparecimento do mundo rural: um olhar sobre a transformação recente do espaço rural português. In Motta, Márcia (org). *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Niterói: Eduff, 2007, p. 143.

vão desde fatores demográficos, como o esvaziamento do campo e o fechamento de escolas por falta de alunos; passando por fatores econômicos, como a inviabilidade de manter os “modos agrícolas tradicionais”, as poucas oportunidades de emprego e a pressão exercida pela especulação imobiliária ou pelo crescimento do perímetro urbano; até por motivos culturais, com certo traço moralista, que fazem referência à decadência de formas sociais tradicionais, substituídas pela progressiva individualização e “egoísmo”.³¹⁴

Este autor defende a tese de que os espaços sociais se transformam continuamente, em diferentes ritmos, inclusive o mundo rural. A ideologia do patrimônio seria um sintoma da transformação acelerada do universo rural, que gradativamente vai se convertendo em um espaço turístico. Mesmo se fundamentando numa lógica preservacionista, que acredita ser capaz de resguardar um espaço da ação do tempo, a patrimonialização é parte do processo de transformação do meio rural. Mesmo funcionando com essa contradição, o ideal preservacionista da ideologia do patrimônio está vinculado ao sentimento de perda de um mundo rural, muitas vezes idealizado como um *locus* “harmonioso e virtuoso”.³¹⁵

Williams argumenta que o surgimento de um discurso que sugere um mundo rural de paz social reinante e harmonioso está diretamente relacionado aos problemas perturbadores advindos da Revolução Industrial e Francesa. O campo seria a antítese necessária, a imagem idealizada e invertida do presente caracterizado pelo conflito social e pelo questionamento das “hierarquias sociais e políticas”.³¹⁶

A representação do campo pelo imigrante possui conexões vivas com as questões do presente, onde a idealização do passado camponês é a solução imaginária para a percepção dos conflitos do presente, unindo, a despeito da distância do tempo, o imigrante a sua identidade como camponês. O trecho abaixo sintetiza essas considerações:

Agora, dos anos [19]78 a [19]82 ainda continua [sic] a mesma coisa. De [19]86 para cá, mudou tudo lá. Aí mudou tudo. Aí começou a lavoura a não ter valor, a acabar com as lavouras. Não vende a mercadoria. Acaba conforme o meu pai lá. Hoje não tem mais nada. Porque a lavoura não dá nada, vem tudo da Espanha. O que se colhe lá não tem valor, então largaram as lavouras. Mas sempre... Centro tem indústria. Dinheiro tem. Dinheiro por acaso lá tem, o pessoal vive bem. Agora, a alegria... Pega o carro, vai para um lado vai pro outro, aquelas... naquelas... tipo boate. [...] Agora, não é como era naquele tempo. Naquele tempo era bonito, era bom, era bom.³¹⁷

³¹⁴ *Ibidem*, p. 146.

³¹⁵ *Ibidem*, pp. 144 -146.

³¹⁶ Williams, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. *Apud* Sobral, José Manuel. *Op cit*, p. 40.

³¹⁷ Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.

Portanto, a memória sobre o salazarismo produzida pelos imigrantes não é dissociada das suas relações identitárias com o meio ao qual estão inseridos, brasileiro e urbano. Sendo assim, a sua identidade portuguesa é acionada, mas necessariamente vinculada ao seu modo de vida de origem, no caso, o universo camponês. O aspecto temporal também é importante, na medida em que as transformações recentes da sociedade portuguesa, tanto materiais quanto nos hábitos e costumes sociais, agem como critério de rememoração de certas lembranças. Ao mesmo tempo, os valores sociais do campesinato são as referências utilizadas para avaliar e julgar o presente.

Como pudemos observar ao longo desse capítulo, existe entre os discursos dos imigrantes e do salazarismo um espaço ao qual eles não convergem e, até mesmo, se afrontam abertamente. Tem-se então um indicativo da existência de uma cultura própria, de matriz camponesa, onde emerge a visão de mundo dos imigrantes analisados nesta pesquisa. Esse é o tema que será delineado na conclusão.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscamos provar que as representações dos imigrantes portugueses pertencem a uma matriz cultural própria do mundo camponês, cultura essa possuidora de uma relativa autonomia em relação à ideologia produzida pelo regime salazarista. Em outros termos, o discurso, os valores sociais e as representações desse grupo de imigrantes se baseiam nos referenciais da cultura camponesa, na qual vivenciaram e da qual são originários. E mesmo com toda a ação do regime salazarista no sentido de incorporar elementos culturais do mundo camponês nortenho ao seu discurso oficial, além da aparente convergência entre os dois, percebemos, pelo discurso dos entrevistados exposto ao longo dos capítulos anteriores, o grau de autonomia dessa cultura em relação ao governo de Salazar.

Não obstante o discurso salazarista ter se pautado na apropriação do ethos camponês, isto não significou que parcela do campesinato português não era crítica ao regime e que pôde construir um discurso próprio (pleno de ambigüidades). Isto é, ambivalente. Ora este discurso se aproximava de elementos do governo que pareciam próprios aos valores camponeses, ora se distanciavam na medida em que o regime lhes expunha a uma série de situações limítrofes para a própria reprodução social do campesinato. Lembramos que os entrevistados partem do ponto de vista de sua atual inserção na sociedade brasileira, o que muda bastante o foco e o olhar sobre a reconstituição deste passado.

Consequentemente, a hipótese que defendemos neste trabalho nos leva à discussão do conceito de cultura popular, que será tratado mais adiante. Mas podemos adiantar que a cultura não é um conjunto orgânico ou homogêneo, que se constitui à revelia de outras culturas ou grupos. Pelo contrário, ela é caracteristicamente relacional e provisória – no sentido de que seus elementos são móveis e transitórios –, sendo a diferença e a relação com o “outro” que a define e delimita. Dessa forma, a cultura não é um conjunto em estado puro, sendo mais próximo a um amálgama de elementos diversos e de outras origens.

Antes de tratarmos mais detidamente o conceito de cultura popular, vamos nos focar, brevemente, nas características da relação histórica entre camponeses e o poder estatal, incluindo o caso português.

O camponês manteve historicamente uma relação bem peculiar em relação ao Estado. Geralmente, camponeses livres com as suas pequenas propriedades almejavam a não

interferência de um poder externo em seu *locus* social. A autonomia relativa desse grupo, pois a sua organização produtiva e reprodução social raramente extrapolavam as barreiras da aldeia, é a chave explicativa para entender a sua postura política.

Como argumenta Eric Wolf, os camponeses tinham dificuldades adicionais, inerentes à sua condição, em ultrapassar a etapa do reconhecimento das injustiças contra eles para a ação política de combate a essas injustiças. Dentre as razões para essa dificuldade de mobilização política mais ampla, dois pontos são centrais: a dificuldade em se unirem como um movimento político coeso, devido às características atomísticas da organização social campesina – além de, frequentemente, os camponeses competirem pelos mesmos recursos da localidade e fontes de financiamento externo –; e a capacidade da unidade granjeira, aliada ao trabalho familiar e à “solidariedade” de amigos e vizinhos, de dirimir os impactos de uma crise externa e geral.³¹⁸ Pode-se observar que os dois pontos estão intimamente vinculados à unidade produtiva camponesa, que se caracteriza por sua autonomia e pela sua natureza fragmentária.

Seria devido à fragmentação característica do mundo camponês a causa, segundo Rosas, para as diferentes posturas políticas do norte e do sul português durante o regime salazarista.

No sul, área da grande propriedade e do capitalismo agrário, onde existia um grande proletariado rural, as relações sociais eram mais polarizadas. Sendo assim, a formação de uma massa de trabalhadores forjada na experiência comum da exploração mais direta dos patrões dos campos do sul criou uma “cultura coletiva”, “de resistência e até de afrontamento social”³¹⁹, região a qual, ao contrário do norte, o Estado Novo dispensou mais atenção, preocupado com distúrbios em potencial.³²⁰

O norte era a zona essencialmente da agricultura familiar camponesa, formada por pequenos proprietários voltados para subsistência e para reprodução física e social dos grupos familiares. Rosas argumenta que a região norte era uma área de transição, não tão integrada ao mercado quanto o sul rural, tendo a economia camponesa uma função socialmente estabilizadora, ao funcionar como “grande pântano moderador das tensões sociais.” Além disso, essa região era um lugar onde a sobrevivência para muitos dependia frequentemente dos favores dispensados

³¹⁸ Wolf, Eric. Las rebeliones campesinas. In Shanin, Teodor (org). *Campeños y sociedades campesinas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 237.

³¹⁹ Rosas, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In Mattoso, José (dir). *História de Portugal*, V.7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 52.

³²⁰ Pinto, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 131.

pelos poderosos locais, constituindo-se fortes laços de lealdade e dependência senhoriais, formando a base do que Rosas nomeia de “ideologia pequeno camponesa de sobreviventes agradecidos”. Isso explicaria a pouca ocorrência de protestos e manifestações contestadoras contra os poderes locais constituídos.³²¹

As conclusões de Rosas acerca do mundo rural português, com suas diferenças entre norte e sul, são próximas a algumas interpretações marxistas sobre classe social e campesinato. Os trabalhadores rurais do sul se constituiriam como classe social mais coesa, mais unida, com consciência de si e, conseqüentemente, politicamente mais organizados para reivindicarem direitos e para pressionarem os seus patrões e governantes. O campesinato do norte, preso a laços de dependência com os seus senhorios ou isolados em suas unidades granjeiras, não poderia formar uma classe unida em torno dos seus interesses, carente de um projeto político definido, cuja fragmentação característica impediria a formulação de uma ação política sistemática para romper a estrutura do poder dominante. Nesse tipo de interpretação, o referencial de organização política e de consciência de classe é o operariado industrial, e o proletariado rural do sul português, forjado pelo capitalismo agrário, estaria mais próximo a esse modelo; enquanto os camponeses do norte, uma sobrevivência do passado, irremediavelmente deslocados no tempo, seriam politicamente neutros, mas sendo sua passividade, segundo Rosas, funcional para o regime salazarista.³²² Desse modo, este autor coloca o mundo camponês sob o prisma da concepção de classe do marxismo clássico.

Como coloca Shanin, para uma importante vertente sociológica européia, baseada na perspectiva de Marx, o campesinato é concebido como resquício do mundo pré-capitalista, que, com o desenvolvimento exponencial do capitalismo e da indústria, tenderia gradualmente a desaparecer. Ademais, classificar os camponeses como classe na acepção marxista impõe certas dificuldades analíticas, pois classe social nesse caso seria um conjunto coeso, “como uma unidade de interesses”, impulsionada pela ação política coletiva, constituída e desenvolvida a partir do conflito com a sua classe antagônica, dentro de uma lógica de dominação e resistência.

323

³²¹ Rosas, Fernando. *Op cit*, p. 41.

³²² *Ibidem*, p. 41. Mas não podemos omitir que Rosas faz menção a motins rurais ocorridos no norte durante a Segunda Guerra, mas esses protestos possuíam natureza esparsa e acidental, sendo um exceção ao padrão corrente dos camponeses.

³²³ Shanin, Teodor. El campesinato como factor político. In _____. *Op cit*, p. 226.

Assim nesses termos, os camponeses do norte, além de serem em si mesmos anacrônicos, remanescentes do passado, fadados à dissolução com o desenvolvimento capitalista, estariam impedidos, por suas próprias características, de construir uma força política sistemática capaz de romper a estrutura de dominação tradicional – pior, seriam eles mesmos, na maioria das vezes, uma das condições de sustentação dessa estrutura de poder. Silva argumenta que a ausência de articulação política entre o operariado e o campesinato português foi uma característica definidora da relação dessas classes, o que fortaleceu a idéia de que os camponeses eram pertencentes ao campo conservador, estritamente vinculados às “classes dominantes”.³²⁴

Talvez o problema seja o modo como se analisa o ser político do campesinato, imputando a ele um modelo de organização e ação política típicos do operariado urbano – mesmo esse, em certos casos, não corresponde ao modelo esperado. Como veremos mais adiante com Thompson, a postura política dos camponeses tem uma lógica própria, e embora não tivessem mecanismos formais de luta política (como sindicatos), as suas manifestações reivindicativas possuíam organização – no sentido de não ser meramente aleatório e espasmódico – e baseadas em proposições definidas.

Wolf nos lembra que “a utopia do camponês” é a não interferência de um poder externo sobre a vida na aldeia, sobretudo sob as figuras dos arrecadadores de impostos, recrutadores de trabalhadores e funcionários do governo em geral. Frequentemente, o aparelho estatal é encarado pelos camponeses como intruso, que invariavelmente só serve para molestar a condução normal do seu modo de vida.³²⁵ Podemos verificar esse padrão político no histórico de manifestações dos camponeses do norte português durante o século XX.

Ao longo da Primeira República portuguesa, os camponeses do norte, sem afiliações com organizações operárias e distantes dos republicanos liberais, geralmente apoiavam os representantes políticos do campo conservador. O ambiente laico promovido pelos republicanos acentuou o contraste entre campo-cidade. Aos olhos campesinos, o conjunto de interesses e valores dos republicanos – caracteristicamente laicizantes, seculares e anticlericais – se apresentava mais ameaçador para o seu modo de vida do que os referenciais defendidos pelo bloco “agrário-clerical” tradicional.³²⁶

³²⁴ Silva, Manoel Carlos. *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, pp. 23-24.

³²⁵ Wolf, Eric. *Op cit*, p. 244.

³²⁶ Silva, Manoel Carlos. *Op cit*, p. 29.

Segundo Silva, a postura do campesinato do norte durante o Estado Novo foi mais passiva, sem demonstrações de contestação ao poder constituído, com exceção de alguns protestos ocorridos durante a Segunda Guerra – em resposta à escassez e à requisição de alimentos pelo governo. O autor reconhece que entre os camponeses o regime salazarista contava com mais legitimidade do que o governo republicano, isso devido a várias razões, mas todas convergem para um ponto em comum: a menor interferência no modo de vida e na organização econômica camponesa.

O retardamento da industrialização promovido pelo regime, anulando em algum grau os efeitos deletérios e diluidores de um processo industrial acelerado, promoveu uma transição menos traumática de uma sociedade predominantemente rural para uma industrial. Mesmo contribuindo “indiretamente para o prolongamento da agonia dos camponeses,” e não atingindo os anseios prementes dos mesmos, a carga fiscal era suportável, ao menos, não tão pesada quanto para os industriais. De modo geral, nas trocas comerciais entre produtos agrícolas e industriais neste período, as condições se mostravam mais favoráveis para os produtores rurais. De certa forma, esse conjunto de condições contribuiu para desmobilizar um “eventual potencial de resistência e protesto anticapitalista” dos camponeses. Além do mais, todos aqueles valores e idéias defendidos e propagados pelo regime, que exaltavam a família e o trabalho no campo, possuíam alguma correspondência com a realidade da vida campesina.³²⁷

A partir da Revolução dos Cravos, a atitude de “passividade” política dos camponeses muda com as conseqüências do processo revolucionário, que também ressalta as diferenças entre o norte e o sul.

O início da revolução foi caracterizado pelas desapropriações das grandes propriedades agrícolas do sul e das indústrias monopolistas, sendo seguidas pelas nacionalizações dos bancos portugueses. Isso vinha de encontro com a estratégia do PCP e do MFA (Movimento das Forças Armadas), que se concentravam na destruição dos grandes monopólios industriais e dos latifúndios, procurando formar uma aliança tática (e também provisória) com os setores da pequena e média burguesia para alcançar esse objetivo. Isso foi facilitado pela “emigração” de muitos proprietários e, consecutivo, abandono de seus empreendimentos. No setor têxtil, o abandono era mais freqüente, devido às características próprias das indústrias portuguesas: eram dependentes de matérias-primas importadas e geralmente constituíam uma fase da cadeia

³²⁷ *Ibidem*, p. 31.

produtiva de companhias transnacionais. Desse modo, em um contexto de incerteza para os negócios, aliado ao fim da garantia do controle policial sobre o movimento operário, a fuga de proprietários se tornou plausível.³²⁸

A desapropriação de grandes propriedades não produziu maiores resistências. Os empregados assumiram as posições de comando nas fábricas e foram formadas cooperativas agrícolas nas grandes terras do sul – procurando, assim, evitar a fragmentação dessas terras. O problema foi quando se colocou em questão as pequenas e médias propriedades rurais, que se concentravam no centro e no norte do país. “Superada” a etapa dos monopólios e dos latifúndios, não fazia sentido, segundo o raciocínio do PCP, manter a aliança com a pequena burguesia e com os pequenos proprietários em geral. Naquele momento, imaginavam os comunistas, reuniam-se condições históricas para abolição da propriedade privada e para a instauração do socialismo. A mera intencionalidade de concretizar este projeto despertou a resistência inflamada dos camponeses do norte, muitas vezes instigados pela Igreja Católica. Frequentemente os sermões dos padres terminavam com “Deus nos salve dos comunistas”. Com isso, esses camponeses expulsaram uma parte significativa dos comunistas situados na região norte.³²⁹

As posturas políticas dos camponeses nestes três contextos históricos, nos quais a mobilização foi diretamente proporcional à interferência de um poder estranho nos laços políticos tradicionalmente aceitos, indicam que esta classe mobilizou, quando preciso, os recursos simbólicos e materiais ao alcance para defenderem-se do que eles consideravam como ameaça aos seus interesses – certamente, como vimos, essa tendência foi mais explícita durante o processo revolucionário do 25 de Abril. Portanto, o que aparenta, à primeira vista, ser um apego conservador e irrefletido ao passado, o comportamento dos camponeses nestes casos reflete a consciência dos seus anseios e a capacidade de realizar uma leitura a partir das suas perspectivas, embora não podemos desconsiderar a limitação imposta pelo peso da dominação das classes hegemônicas. Para melhor ilustrar essa questão da autonomia relativa do campesinato, no sentido de uma leitura própria da realidade, vamos nos ater a abordagem de Thompson sobre a cultura plebéia inglesa do século XVIII, que, mesmo sendo de um contexto histórico e social completamente distinto do grupo de imigrantes portugueses tratado nesta pesquisa, essa

³²⁸ Maxwell, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 196.

³²⁹ *Ibidem*, pp. 191-193.

abordagem contribui para refletirmos sobre a idéia de autonomia da cultura camponesa, o que é central para a hipótese apresentada no início da conclusão.

A escolha de Thompson em estudar os plebeus ingleses do século XVIII não pode ser vista como aleatória ou gratuita. Podemos colocar que a escolha está relacionada à seguinte questão: os populares podem ser considerados agentes da história antes da Revolução Francesa ou da formação de mecanismos formais e sistemáticos de luta política (como sindicatos ou partidos políticos)? Demonstraremos como o autor responde essa questão.

Thompson observa nos motins de fome do século XVIII, justamente o que era comumente considerado como o ato definidor do termo turba, aquilo que expõe o caráter “caótico” da multidão, um conjunto de regras e preceitos sociais tacitamente reconhecidos, que não operavam sem organização ou disciplina, e tinham objetivos claros. O padrão de organização dessas manifestações “insurrecionais” remete a um passado longínquo, transmitido oralmente, e que trai a aparência espontânea de tais manifestações. Mesmo com o envolvimento de ações como roubo de farinha e grãos ou “saques de celeiros”, o objetivo central dos motins era a regulação dos preços dentro das normas consagradas pelo costume.³³⁰

A ação desses motins estava submetida ao crivo do que era considerado legítimo ou ilegítimo para os populares acerca do mercado, da atividade do moleiro, ou seja, tudo que estava relacionado à produção de alimentos, sobretudo do pão. A questão da legitimidade ou não de práticas envolvidas na produção do pão era orientada pelos referenciais da economia moral da “multidão inglesa”.³³¹

A economia moral, como o próprio nome indica, era orientada por regras e normas morais de uma comunidade, legitimadas pelos preceitos do costume da mesma. Era completamente diversa da economia capitalista, pois esta é fundamentada em critérios racionais de ação (como cálculo de rentabilidade e taxas de lucros), no sentido de que o seu funcionamento é depurado de qualquer interdição moral. Os termos “preço justo” e legitimidade eram para a economia moral o mesmo o que o mecanismo de “oferta e procura” está para a economia de mercado capitalista. Thompson observa que esta economia moral, embora “não possa ser descrita como ‘política’ em um sentido mais avançado”, não era desprovida de sentido político, já que a sua manifestação visível (através de protestos ou motins da fome) estava referendada a partir de “noções definidas,

³³⁰ Thompson, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 176.

³³¹ *Ibidem*, p. 152.

e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum” – noções essas compartilhadas pelos senhores paternalistas, mas cuja defesa delas pelos populares ultrapassavam os limites permitidos pelos primeiros.³³²

O século XVIII na Inglaterra presenciou o processo gradativo de penetração da lógica capitalista (não só) no mercado de alimentos. Essa nova lógica encontrou expressão e justificação teórica na economia política de Adam Smith, que defendia o livre fluxo das operações do mercado, acreditando que o mecanismo de oferta e procura tinha uma função auto-reguladora na economia.³³³ Esse novo tipo de mercado afrontava diretamente os expedientes de controle do preço do pão do modelo paternalista dos patrícios, pois, embora conseguisse fixar os lucros dos padeiros, não podia intervir ou influenciar as flutuações do comércio de grãos.³³⁴

A livre oscilação de preços do pão costurou uma temporária e estratégica convergência de interesses entre patrícios paternalistas e plebeus. Mas a partilha de objetivos não anulou as diferentes perspectivas de classe em questão.

Os populares, de fato, retiravam do modelo paternalista os critérios de legitimação que justificavam as suas manifestações contra os aumentos dos preços. Do outro lado, a existência do intermediário causava repulsa a vários patrícios, cuja figura era considerada como “mercador não autorizado”.³³⁵ Mas as exigências e objetivos da plebe ultrapassavam os limites concebíveis para os fidalgos. Por exemplo, as ações diretas – homens com porretes nas mãos, que exigiam o “preço justo” do pão –, legitimadas pela “ética popular”, feriam frontalmente o código de valores e conduta do modelo paternalista.³³⁶

Assim, ao contrário de um aparente apego conservador às tradições ou de pura manifestação da condição reverente e submissa aos seus senhores, a “multidão inglesa” utilizava as normas e regras do direito paternalista, sob os seus próprios termos, para combater a ameaça ao seu bem-estar, que se apresentava, no caso, sob a manifestação do livre mercado de alimentos. Podemos observar aqui algumas semelhanças entre os populares ingleses deste caso e a postura dos camponeses do norte português ante a intenção do governo revolucionário de dissolver a estrutura da pequena propriedade camponesa desta região.

³³² *Ibidem*, p. 152.

³³³ *Ibidem*, p. 161.

³³⁴ *Ibidem*, p. 159.

³³⁵ *Ibidem*, p. 165.

³³⁶ *Ibidem*, p. 167.

No entanto, o reconhecimento da autonomia e da consciência dos interesses e dos anseios dos populares não pode ofuscar da perspectiva analítica o peso e a influência da dominação sobre a cultura destes. Isso contribui para explicar a ambigüidade que cercava a atitude política de camponeses e trabalhadores, que poderia ser encontrado “no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde”.³³⁷

A partir da problemática acima, que se remete à cultura dos populares, surge a necessidade de discutir esse conceito, assim como problematizar os limites e a definição do que seja a cultura popular. Para isso, começamos com as idéias de Gramsci sobre a consciência das “classes subalternas” e suas relações com as classes hegemônicas, que traz contribuições fundamentais para pensar o conceito em questão.

Antes de dar ensejo às contribuições de Gramsci, é preciso destacar o caráter classista e compósito do seu conceito de “cultura”, sendo impossível refletir sobre ele sem considerar as estruturas de dominação, que este autor apresenta sob o conceito-chave hegemonia. Como a consciência de classe é intrinsecamente relacional, ao abordar as classes “subalternas” é necessário também tratar os seus antagonistas e o modo como se realiza a hegemonia.

Gramsci foi um observador atento dos mecanismos de persuasão e consentimento que sustentam e procuram justificar as posições de poder das classes dominantes. Os instrumentos de coerção e força física, por si só, não são suficientes para manutenção de um poder. A hegemonia, um termo que combina o consentimento a um poder estabelecido e a coerção – embora Gramsci considerasse que o primeiro emana exclusivamente da sociedade civil, enquanto o último é uma prerrogativa somente do Estado³³⁸ – cria o efeito do pensamento único, onde o ambiente social se torna saturado por uma determinada visão de mundo, construindo a aparência de que esta visão é espontânea ou natural. Nesse sentido, o poder da hegemonia está disseminado nas práticas da vida cotidiana, diluído na “cultura”, que se estende aos valores, discursos e costumes. Como observa Eagleton, foi Gramsci quem trouxe um novo significado ao conceito de ideologia, ampliando-o e deslocando a ênfase da antiga acepção de conjunto de idéias para a “prática social

³³⁷ Thompson, E. P. Introdução: costume e cultura. In _____ *Op cit*, p. 20.

³³⁸ Embora com algumas oscilações de significado quanto ao conceito de hegemonia (consentimento) e dominação (seria para o autor o exercício da força e da coerção) em Gramsci, o poder da hegemonia é proporcional à força da sociedade civil e suas instituições (meios de comunicações, Igreja, universidades etc), enquanto o Estado (o executor legítimo da coerção) tem menor importância para a sustentação da ordem vigente. O problema nessa interpretação, segundo Anderson, é não vislumbrar, sobretudo em sociedades capitalistas modernas, o poder ideológico ou persuasivo do próprio Estado: “a forma geral do Estado representativo – em uma democracia burguesa – é ela própria a arma ideológica principal do capitalismo ocidental”. Anderson, Perry. As antinomias de Gramsci. In Sader, Emir (org). *Afinidades seletivas*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002, pp. 39-40.

vivida, habitual”, para além da esfera do institucional, podendo-se presumir que abrange as áreas “inarticuladas da experiência social”.³³⁹ Por isso, para o estabelecimento e a manutenção da hegemonia, com toda a força da sua permeabilidade no tecido social, é importante a constituição de uma extensa e poderosa teia de instituições da “sociedade civil”.³⁴⁰

A posição de domínio requer a conquista da hegemonia, que consiste em “estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social.”³⁴¹ Desse modo, segundo Gramsci, a hegemonia é estabelecida quando interesses setoriais ou restritos a uma classe são tidos e apresentados como gerais ou que dizem respeito a toda uma nação. Em outros termos, significa a ascensão de interesses particulares de uma classe social para um “plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.”³⁴² Para que isso seja possível é central a atividade e a função do intelectual orgânico, um agente histórico ligado a uma “classe social emergente”, que fornece uma coerência, uma união entre a teoria e a prática social desse grupo. Nesse sentido, há um paralelo entre as batalhas militares e a função do intelectual orgânico: a hegemonia é uma posição sustentada, nunca plenamente conquistada, e o intelectual desse tipo está na luta diária da persuasão e do convencimento, tendo o perfil mais próximo a um organizador ou construtor – no sentido de intervir ativamente no mundo – do que a imagem contemplativa dos intelectuais tradicionais.³⁴³

A questão da coesão e da unidade entre classes é uma das condições para a conquista da hegemonia, sendo então a diferença crucial entre as classes subalternas e as dirigentes. As últimas possuem unidade histórica; seus objetivos, interesses e discursos são coerentes e coesos – graças ao trabalho executado pelos intelectuais orgânicos. Segundo Gramsci, o Estado é o galvanizador dessas classes, já que “a unidade históricas das classes dirigentes acontece no Estado”. Mas a unidade não é apenas institucional ou formal, pois passa também pela esfera do vivido, sendo um “resultado das relações orgânicas entre o Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’”.³⁴⁴

³³⁹ Eagleton, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Unesp. Boitempo Editorial: São Paulo, 1997, pp. 106-107.

³⁴⁰ Na comparação clássica de Gramsci entre o Oriente e o Ocidente, o diferencial é a importância da sociedade civil. No Oriente, o “Estado é tudo”, sendo a coerção determinante para a manutenção da ordem social, pois a fonte do consentimento, a sociedade civil, é “primitiva e gelatinosa”. No ocidente é o inverso, lugar onde predomina a sociedade civil, sendo o conjunto de trincheiras e defesas que garantem a estabilidade do status-quo. Anderson, Perry. *Op cit*, p. 21.

³⁴¹ Eagleton, Terry. *Op cit*, p. 108.

³⁴² Gramsci, Antonio. Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. In _____ *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 41.

³⁴³ Eagleton, Terry. *Op cit*, p. 110.

³⁴⁴ Gramsci, Antonio. Às margens da história: história dos grupos sociais subalternos. In _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 139.

A articulação da ideologia das classes dirigentes se deve ao grau de “elaboração filosófica especializada”. No entanto, a eficácia dessa ideologia era verificada pela penetração desse arranjo na “consciência prática cotidiana”, o que Gramsci dava o nome de senso comum.³⁴⁵

A consciência das classes subalternas, pertencente ao terreno do senso comum, é caracteristicamente fragmentária, mais ou menos caótica e contraditória. Basicamente, é formada por duas concepções de mundo, uma que emerge da própria experiência social dessas classes e outra oriunda do pensamento “oficial” e hegemônico.³⁴⁶ O senso comum é semelhante a camadas geológicas onde se depositam vestígios de “sistemas filosóficos mais coerentes”, que, mesclados com os conhecimentos que emergem da realidade vivida cotidianamente pelos populares, são ressignificados, reapresentados como sabedoria transmitida pelo tempo – o que denota o grau historicista da consciência em Gramsci.³⁴⁷

Gramsci acreditava ser necessário dotar o senso comum partilhado pelos “subalternos” (o que inclui o operariado e o campesinato) de uma coerência, transformá-lo em um conjunto sistematizado de conhecimentos, saberes e práticas, com objetivos políticos em comum. Nesse caso, a ação dos intelectuais orgânicos é fundamental. No entanto, esses intelectuais não podem ser vislumbrados como o grupo “clarividente” responsável em transmitir a “verdade” ou emprestar consciência revolucionária aos proletariados “inertes”, como se estes últimos não fossem capazes de construir uma “concepção de mundo”. Ao contrário, para Gramsci, todos eram em alguma medida intelectuais, pois, a realização de sua atividade prática implicava em alguma compreensão da realidade ou uma “filosofia”.³⁴⁸

Por outro lado, condizente ao seu perfil de ativista revolucionário (no sentido de se propor a transformar a realidade), Gramsci considerava que, como um todo, o senso comum era politicamente conservador. Para este autor, existe uma “guerra permanente entre a teoria revolucionária e as concepções folclóricas das massas, e estas não devem ser condescendentemente romantizadas à custa daquela”. Não era para ser diferente, dado o longo tempo submetido à hegemonia do bloco dirigente. Mesmo assim, a consciência das classes

³⁴⁵ Hall, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In Sovik, Liv (org). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 303.

³⁴⁶ Eagleton, Terry. *Op cit*, p. 109-110.

³⁴⁷ Hall, Stuart, *Op cit*, p. 303.

³⁴⁸ Eagleton, Terry. *Op cit*, p. 110.

populares contém elementos “progressivos”, que deveriam ser distinguidos, dentro da construção de uma contra-hegemonia, das suas características mais “reacionárias”.³⁴⁹

Podemos extrair alguns pontos principais desse breve olhar sobre as idéias de Gramsci. A cultura (ou consciência) popular não é um conjunto puro ou genuíno, tampouco uma extensão da “visão de mundo” hegemônica. Ela tem identidade e lógica própria, mas não é imune aos efeitos da dominação. Por isso que ela não pode ser analisada isoladamente, sem examinar as relações desiguais de poder. Como vimos anteriormente em Thompson, essas características da consciência popular fornecem indícios para pensar a ambigüidade da postura política dos populares.

A partir desse momento, o problema que se coloca é a definição do conceito de cultura popular, mas sem perder de vista a sua relação com o seu contrário, com uma cultura das classes dirigentes.

Ginzburg se propõe, no prefácio de *O queijo e os vermes*, a discutir o conceito de cultura popular nas sociedades pré-industriais. Historicamente, argumenta o autor, há um apego arraigado a uma “concepção aristocrática de cultura”, que pressupõe que a cultura dos populares é nada mais do que uma derivação de uma cultura “superior”, sendo a primeira uma versão deteriorada e menor das idéias da última. Neste caso, há uma concepção difusora, que se irradia de um centro para as bordas. Robert Mandrou não difere muito dessa linha, ao enxergar na literatura de cordel não uma produção cultural popular, mas sim uma imposição cultural às “classes populares”. Esse tipo de literatura vedaria os seus leitores tomarem “consciência da própria condição social e política”, tendo assim um papel politicamente retrógrado.³⁵⁰

Em uma perspectiva completamente inversa, Bollème recusa a idéia de que a literatura de cordel é uma “aculturação vitoriosa”, mas a tomou como uma expressão genuína de “uma cultura popular original e autônoma”. A inversão também é enganosa, na medida em que não considera os reflexos da dominação sobre essa cultura.³⁵¹

Há também uma outra linha, de origem foucaultiana, que desconsidera a existência de uma cultura popular distinta ou dotada de alguma autonomia em relação ao arranjo cultural dominante. O que acreditamos ser a cultura popular é mais um domínio da *episteme*, aquilo que

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 111.

³⁵⁰ Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 12-13.

³⁵¹ *Ibidem*, p. 14.

compreende o que pode ser articulado, concebido e expresso. O que está além do discurso é o incognoscível, o silêncio, o resultado da atividade excludente do universo da *episteme* – que, por definição, seria castradora e ideologicamente violenta, como pode ser verificado no discurso médico sobre a loucura. Foucault, ao analisar a história de Pierre Rivière, um camponês do século XVII que matou a mãe, o irmão e a irmã, enxerga o assassino e o seu ato como um exemplo daquilo que está além do discurso, impossível de ser classificado ou interpretado pela racionalidade ocidental. Nesta perspectiva, “as vítimas da exclusão social tornam-se os depositários do único *discurso* que representa uma alternativa radical às mentiras da sociedade constituída.”³⁵² Portanto, aqui, uma cultura popular como entendemos não existe, porque está dentro da *episteme*, e só pode ser expressa ou é inteligível por meio de suas regras discursivas.

A interpretação acima é laudatória à tradição estruturalista francesa. Althusser, tributário desta tradição, considera que a *ideologia* é uma estrutura que recobre todos os aspectos da vida, sendo um universo totalizante, auto-centrado e circular: os sujeitos se constituem como tal somente através e pela *ideologia*.³⁵³ De certa forma, as idéias sobre cultura de Chartier fazem eco ao estruturalismo, na medida em que a cultura – entendida como algo que recobre todas as relações, inclusive sociais e econômicas, pois estas envolvem “esquemas de percepção e apreciação dos diferentes sujeitos sociais” –³⁵⁴ é um universo uno, onde os diversos grupos sociais se apropriam ao seu modo desses elementos e signos culturais. Desse modo, tem-se o questionamento da clivagem entre cultura “popular” e “erudita” (de corte classista). O autor reforça a sua crítica argumentando que esse tipo de divisão é produto de uma tradição analítica que trabalha com categorias estabelecidas a *priori*, onde se privilegia a “classificação socioprofissional” em detrimento de outras (como o sexo, a geração, a religião, por exemplo).³⁵⁵ O problema desta interpretação (tendo como referência a adotada nesta dissertação) se refere à questão da dominação. Se a cultura é um universo, onde diferentes grupos se apropriam de seus elementos, desmente em si mesma a perspectiva classista da cultura. Aqui, as relações de poder desiguais e a dominação existem, mas o poder é difuso e de certa forma aleatório – por não se organizar em uma lógica de dominação entre “subalternos” e “dirigentes”. Todos os grupos da

³⁵² *Ibidem*, pp. 16-18.

³⁵³ Eagleton, Terry. *Op cit*, pp. 125-132.

³⁵⁴ Chartier, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002, p. 59.

³⁵⁵ *Ibidem*, pp. 68-69.

sociedade, então, são responsáveis pela sustentação do arranjo de poder vigente e, por conseguinte, da opressão da dominação que incide sobre eles mesmos.

Voltando a Ginzburg, este autor endossa a perspectiva analítica de Bakhtin, que está sintetizada na adoção do conceito de circularidade cultural. Tal conceito pressupõe a existência de um movimento circular de influências culturais mútuas entre classes dirigentes e populares. Se a obra de Rabelais foi representativa pela influência de elementos culturais populares da Idade Média – a subversão irônica a valores e hierarquias estabelecidas – na cultura erudita da renascença, Menocchio, através do contato com o mundo letrado do tempo da Reforma, forneceu todo um vocabulário àquelas tradições orais camponesas que remontam a tempos imemoriais. O contato das duas culturas, mediada na pessoa de Menocchio, pôde ser observado na “defasagem” verificada entre os livros lidos e a forma como ele os assimilou e os informou aos inquisidores. A existência da circularidade cultural não nega o corte classista da cultura,³⁵⁶ mas confirma a sua natureza relacional e composta, como observamos nas passagens sobre Thompson e Gramsci.

Lembramos que as abordagens de Thompson e Ginzburg se referem a sociedades pré-industriais, e, por isso, será preciso averiguar se as questões sobre a cultura popular discutidas até aqui se verificam também nas sociedades do século XX. A questão que surge então é saber se podemos trabalhar com referenciais analíticos desse conceito que possam ser utilizados em qualquer período histórico.

Como definir um conceito (cultura popular) se, continuamente, antigos modos e estilos de vida são solapados pela história e transformados em algo inédito? Essa e outras dificuldades, como salienta Hall, tornam o conceito escorregadio e problemático.

O problema do tempo histórico, ou mais especificamente, da transformação histórica e cultural, não pode ser apartada do conceito de cultura popular, pois as mudanças de configuração social são reveladoras das relações sociais que dão vida e preenchem uma determinada cultura.

Vimos anteriormente em Thompson como a nova lógica do mercado capitalista, representada nas oscilações do preço do pão – que afrontava diretamente o modo de vida da plebe – mobilizava politicamente os camponeses ingleses do século XVIII, que, à luz dos seus próprios termos, utilizavam as normas do direito paternalista para justificar motins e protesto, que tinham como objetivo a “fixação” do preço do pão. A transformação, nesse caso, traz à luz as peculiaridades da economia moral da multidão inglesa e a consciência dos seus interesses como

³⁵⁶ Ginzburg, Carlo. *Op cit*, pp. 10-23.

classe, mas, ao mesmo tempo, era perpassada por contradições internas e permaneciam atados aos laços de deferência e autoridade dos senhores aristocratas.

Com o exemplo citado acima há um outro (e novo) sentido para o termo tradição, diferente do que é comumente entendido. Deslocando-o da acepção de “impulso meramente conservador, retrógrado e anacrônico” para o conjunto de referências e práticas utilizadas na luta política, a tradição entra no jogo de resistência, negociação e “superação” (de práticas culturais) presente nas relações sociais entre classes subalternas e hegemônicas. Termos como “transformação cultural” e “reforma” – cujo objetivo é reeducar, e o “povo”, não raro, é objeto dela – estão dentro de um processo que envolve a resistência “das tradições populares”, mas também implica em apropriações culturais e reformulações. A natureza histórica e dialética da cultura é uma das características que a define tanto no século XX quanto no XVIII e XIX. “A cultura popular”, nesses termos, “é o terreno sobre o qual as transformações culturais são operadas”.³⁵⁷

A definição de cultura acima impõe algumas dificuldades a uma outra comumente utilizada, aquela notadamente descritiva, próxima do sentido antropológico, que toma a cultura popular como um conjunto daquilo que o “povo” – o próprio sujeito coletivo, o povo, é problemático definir – costuma fazer ou praticar.

O primeiro problema da definição descritiva da cultura popular tende a inflar demais a categoria, pois o inventário de todas as características torna a operacionalização do conceito impraticável.³⁵⁸

O outro problema que a catalogação de características culturais implica em não observar o domínio popular como um campo de tensões estruturadas a partir da oposição entre o que pertence e o que não pertence ao popular. Práticas culturais caem em desuso ou são destituídas ao longo do tempo, mas as relações de força e a disputa antagônica entre cultura popular e hegemônica permanecem. Portanto, a cultura popular está dentro de um processo contínuo de tensão – que implica em influência mútua, mas também antagonismo – com a “cultura dominante”, trazendo ao centro o seu caráter dialético.³⁵⁹

Assim, ao longo dos capítulos da presente dissertação buscamos compreender o sentido ambíguo que marca o discurso dos imigrantes portugueses sobre o salazarismo, que varia da

³⁵⁷ Hall, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In Sovik, Liv (org). *Op cit*, pp. 231 -233.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 240.

³⁵⁹ *Ibidem*, pp. 240-241.

adesão ou simpatia para aversão ou repulsa ao regime. Buscamos na origem camponesa do grupo de entrevistados a resposta para a inquietação colocada acima. É o mundo camponês, que se constitui como uma cultura própria – mas que não pode deixar de ser pensada nas suas relações de subordinação com a cultura hegemônica –, a referência principal da constituição da identidade do grupo e da articulação do seu discurso e memória. Mas como se relacionam a cultura camponesa, a identidade e a memória dos imigrantes?

Os imigrantes portugueses abordados nesta pesquisa vivem no meio urbano e suas atividades econômicas não lembram em nada o trabalho camponês na terra. Mas o nexos entre o imigrante e o mundo camponês permanece através da identidade e da memória, que vem à tona a partir das relações de alteridade do imigrante com o meio ao qual se encontra imerso.

O “ser português” é acionado pelos imigrantes como forma de distinção do meio brasileiro ao qual se encontra envolvido, pois, como vimos anteriormente em Barth, a identidade de um grupo se define pela manutenção de uma fronteira com o “outro”. Por sua vez, o “ser português” para os imigrantes é indissociável da sua identidade como camponeses, já que a auto-representação como portugueses implica na constante referência ao mundo do campo. No caso, esse mundo se faz presente não apenas nas recorrentes “lembranças” dos entrevistados acerca do seu passado rural, mas também na ênfase de valores típicos e imprescindíveis da cultura camponesa, principalmente aqueles baseados na autoridade paterna. Dessa forma, o contraste que aciona a identidade de camponês é uma determinada percepção do presente (tanto aqui quanto em Portugal) por parte dos entrevistados, marcado sobretudo pela dissolução dos laços de autoridade familiar tradicionais.

Do mesmo modo que a identidade, a memória, dentre outros critérios de articulação, também se pauta a partir da diferença, na alteridade entre passado e presente. São as questões que se apresentam presentes no presente uma das razões para enunciação de certas lembranças em detrimento de outras. Ao mesmo tempo, a imagem do presente para os imigrantes é tributária do conjunto de noções e valores pertencentes ao mundo camponês, principalmente em suas acepções mais negativas – enfraquecimento da religiosidade, desagregação familiar e o individualismo “egoísta”. É desta maneira que a identidade de camponês, acionada nas interações desses atores com o meio em que se encontram, se relaciona com a articulação e com a enunciação da memória dos mesmos.

Como pudemos observar no segundo capítulo, o Estado Novo procurou vincular a imagem da nação ao que era entendido como as bases da “tradição”. Mas não era um mero voltar a frente ao passado, pois essa operação envolvia a idealização e a exaltação de um passado virtuoso, cujas raízes se encontram na era das grandes navegações. O regime se imaginava o agente que iria retomar a glória passada, construindo, assim, uma ligação artificial com tal passado. Isso demonstra de que forma a nação é um artefato simbólico, uma construção, sempre empreendida pelo Estado-nação moderno, que visa engendrar a legitimidade e o consentimento social em novas bases.

Todo esse processo implicava na elaboração de um “ser português” colado às “virtudes do mundo rural”, cujo modelo ideal era o campesinato do norte português. Desse modo, o regime extraía do universo cultural camponês os elementos considerados politicamente convenientes, como, por exemplo, a obediência às hierarquias estabelecidas. Então, a imagem do “ser português” era uma forma homogeneizada e folclorizada do camponês do norte, que era imputada a todos os portugueses pelo salazarismo.

À primeira vista, se poderia afirmar que a aproximação do universo camponês e o “ser português” construído pelo regime correspondia à convergência histórica entre campesinato e salazarismo. De fato, a identidade nacional colada aos símbolos do campo podia ser geradora de paralelismos entre os dois discursos. Alguns entrevistados justificaram a simpatia por Salazar ao reconhecer nele o símbolo que representaria as idéias de ordem, harmonia e “respeito”, valores que seriam característicos do campo.

Entretanto, do mesmo modo que pode haver convergência discursiva entre o salazarismo e os imigrantes, há a margem crítica e dissonante entre os dois, que pôde ser observada nas lembranças enunciadas pelos entrevistados e nas próprias críticas ao Salazar. Portanto, foi na ambigüidade característica do discurso dos imigrantes – onde couberam afinidades, discrepâncias, contradições e críticas em relação ao regime salazarista – exposta ao longo desse trabalho, que se vislumbra a matriz cultural camponesa própria, da qual emergem os imigrantes portugueses.

FONTES PRIMÁRIAS

Entrevistas

- Abreu, Joaquim. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.
- Cruz, Antonio Alves. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 mar. 2007.
- Dantas, Manuel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 14 out. 2005.
- Duarte, Rui. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 18 fev. 2008.
- Elisa, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 jan. 2008.
- Fernandes, Armenio. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 16 out. 2005.
- Laranjeiro, João. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 19 set. 2005.
- Lopes, Manoel. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 27 ago. 2005.
- Maciel, Domingos. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 13 jan. 2008.
- Madalena, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 05 nov. 2007.
- Mendes, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 10 nov. 2007.
- Oliveira, Artur de. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 29 ago. 2005.
- Reigota, Valter. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 07 set. 2005.
- Soledade, Maria. Entrevista concedida a Luiz Armando Dantas de Oliveira. Niterói, 15 out. 2005.

Periódicos

- Jornal Voz de Portugal. Rio de Janeiro. Período 01/1947 a 06/1947. Volume: 4-335,04,10
- Jornal Voz de Portugal. Rio de Janeiro. Período 07/1947 a 12/1947. Volume: 4-335,04,11
- Jornal Voz de Portugal. Rio de Janeiro. Período 01/1958 a 06/1958. Volume: 4-336,04,12
- Jornal Voz de Portugal. Rio de Janeiro. Período 07/1958 a 12/1958. Volume: 4-336,04,13

Jornal Voz de Portugal. Rio de Janeiro. Período 01/1961 a 06/1961. Volume: 4-336,04,18

Jornal Voz de Portugal. Rio de Janeiro. Período 07/1961 a 12/1961. Volume: 4-337,04,01

Jornal Voz de Portugal. Rio de Janeiro. Período 01/1974 a 01/1975. Volume: 4-338,04,01

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In Sader, Emir (org). *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- BAHIA, Joana. “*O Tiro da bruxa*”: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARDOSO, Ciro. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: Edusc, 2005.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- COHEN, Abner. *Urban ethnicity*. London: Tawistock, 1974.
- CUNHAL, Álvaro. *Questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo Editorial, 1997.
- FREITAS, Caroline. *A arquitetura de um projeto migratório: representação, memória e “cosmologia salazarista” entre imigrantes portugueses em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- GADDIS, John. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

- _____. Primordial ties. In J. Hutchinson & A.D. Smith (Eds.). *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro (org). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- GOMES, Artur. *Sob o signo da ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. Às margens da história: história dos grupos sociais subalternos. In _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. In _____. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tadeu (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 6º edição. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HESPANHA, Pedro. *Práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Edições Afrontamentos, 1994.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. 3º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Nações e nacionalismo desde de 1780: programa, mito e realidade*. 3º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América: a emigração em massa para a América latina*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LIMA, Maria Beozzo. *A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1973.
- LOBO, Eulália. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

- MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e louvação da diferença. In WOOD, Ellen; FOSTER, John (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MELO, Daniel. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.
- PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.
- PEIXOTO, Paulo. O desaparecimento do mundo rural: um olhar sobre a transformação recente do espaço rural português. In: MOTTA, Márcia (org). *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Niterói: Eduff, 2007.
- PEREIRA, Maria Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc, 2002.
- PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 5, nº 10. Fgv: Rio de Janeiro, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. V.7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1999.
- SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SILVA, Douglas. Exilados anti-salazaristas e suas relações com o nacionalismo e a questão colonial. In NETO, Helion Povoá; FERREIRA, Ademir (org). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos imigratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. O Portugal democrático: uma resistência pertinaz. *Convergência Lusíada*. nº 19. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

- SILVA, Manoel Carlos. *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- SMITH, Anthony. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- SOBRAL, José Manuel. *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.
- _____. Memória e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social*. Vol. XXX. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.
- SOVIK, Liv (org). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- TELO, Antonio José. As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. *Revista de História das Idéias*. Vol.16. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994.
- _____. *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*. Lisboa: Quetzal Editores, 2000.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. Folclore, antropologia e história social. In NEGRO, Antonio; SILVA, Sergio (orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- WALL, Karin. *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- WEINRICH, Harald. *Lete: a arte e a crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)